

RENASCE BRASIL

Versão julho de 2005 - Disponível em www.renascebrasil.com.br



Reformas Culturais, Sociais e Econômicas
Inspiradas na Ética Bíblica

Valvim M Dutra

Valvim M Dutra

RENASCE BRASIL

Reformas Culturais, Sociais e Econômicas
Inspiradas na Ética Bíblica

SEGUNDA EDIÇÃO

Vitória
2005

Copyright © 2005, Valvim M Dutra

Nota: A primeira edição foi registrada com o título “Acorda Brasil”. Por problemas relacionados a marcas e patentes esta segunda edição teve o título alterado para “Renasce Brasil”.

Dutra, Valvim M. – Edição independente

Primeira edição em junho de 2001 sob o título “Acorda Brasil”.

Segunda edição em Abril de 2005 sob o título “Renasce Brasil”.

1. Sociologia Cristã e Teologia Social Cristã. – 2. Reformas Sociais – 3. Política e Governo. – 4. Economia e Educação.

Projeto Renasce Brasil

www.renascebrasil.com.br

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
1. OS 4 PILARES SOCIAIS da CULTURA CRISTÃ	7
Sensatez e prudência.....	8
A importância da humildade	12
2. 1º pilar: CRER e CONFIAR no CRIADOR.....	15
As conseqüências de crer ou não crer	17
Exemplos e demonstrações práticas.....	20
Lembrete às lideranças religiosas brasileiras	29
3. 2º pilar: PRATICAR A VERDADEIRA JUSTIÇA	31
A ingenuidade das leis brasileiras	33
Lembrete aos Juizes brasileiros.....	38
4. 3º Pilar: CONCEDER LIBERDADE	39
Liberdade de agir e reagir e suas conseqüências.....	41
Liberdade de expressão e suas conseqüências	44
Lembrete aos Deputados brasileiros.....	49
5. 4º Pilar: RESPEITAR E AMAR O PRÓXIMO.....	51
A origem dos preconceitos	52
O que é Paganismo?.....	56
Analisando as igualdades e desigualdades	57
Lembrete aos cidadãos brasileiros.....	61
6. CAPITALISMO ou SOCIALISMO?	63
O ateísmo comunista e suas conseqüências.....	65
Estrutura capitalista e acabamento socialista	66
Capitalismo Protestante + Socialismo Católico.....	68
Corrigindo a ineficiência tributária brasileira.....	70
7. ECONOMIA, IMPOSTOS e DESEMPREGO	73
A ineficiência causada pelos impostos embutidos	75
Uma reforma tributária de verdade.....	79
O uso da conseqüência no combate à própria causa.....	83
8. SEGURIDADE SOCIAL e APOSENTADORIA.....	87
Implantando um Instituto de Seguridade Social.....	88
Melhorando o Seguro-desemprego.....	91
As falhas do atual sistema de aposentadoria.....	93
Implantando uma aposentadoria socialista	96
9. SEGURANÇA e PREVENÇÃO da VIOLÊNCIA	101
Esclarecendo as causas da Violência.....	101
Implantando a denúncia anônima indenizada.....	104
Combatendo as Drogas na raiz.....	107
O efeito preventivo da fiança.....	111

10. SAÚDE PÚBLICA e PREVENÇÃO da AIDS.....	115
Dividindo responsabilidades entre os Governos.....	116
Corrigindo Equívocos dos anos 90.....	117
Prevenindo a Aids de forma Cristã.....	118
11. PROJETO de REFORMA da EDUCAÇÃO	121
Corrigindo Injustiças Sociais no Ensino Superior.....	123
Entendendo o efeito justiça	125
A confiabilidade e veracidade do ensino	130
Implantando educação informal através da TV.....	133
12. PROPRIEDADE PRIVADA E TERRA AGRÁRIA.....	137
Deficiência Capitalista e deficiência Socialista.....	137
O ano Jubileu como solução definitiva.....	140
Desestimulando a Especulação e o Latifúndio	142
Resumo.....	146
13. ELEIÇÕES MAIS EFICIENTES E SELETIVAS	147
O voto em “nenhum-dos-candidatos”	148
A opção do voto contra.....	150
Projeto de eleições anuais.....	151
Os riscos da urna eletrônica.....	152
14. CENSURA ÉTICA E MORAL.....	155
Restabelecendo a Decência e a Censura Moral.....	156
Detalhes da Censura Democrática.....	160
O direito de indenização do telespectador	163
15. REFORMA POLÍTICA e GOVERNAMENTAL.....	165
Sugestão de reforma do Poder Executivo.....	166
Sugestão de reforma do Poder Legislativo	168
Sugestão de reforma do Poder Judiciário	170
Relembrando o que é justiça.....	172
16. IMPORTAÇÕES e PRIVATIZAÇÕES	177
Inflação: doença ou sintoma?.....	177
A concorrência como condição para privatizações	181
17. OTIMIZANDO o SERVIÇO PÚBLICO.....	187
Implantando a concorrência profissional	187
Serviço Público Temporário.....	189
Implantando um Serviço Público Obrigatório	190
18. MACHISMO ou FEMINISMO?	193
O casal no Poder Legislativo e Judiciário.....	196
O erro da igualdade absoluta e irrestrita	198
Restabelecendo Diferenças.....	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203
O AUTOR	204

Apresentação

O livro *Renasce Brasil* foi inspirado na ética Bíblica e propõe mudanças culturais, sociais e econômicas. O autor apresenta várias propostas para minimizar o desemprego, a pobreza, a violência, as injustiças, as grandes desigualdades sociais, a ineficiência pública e outros problemas semelhantes. Os primeiros cinco capítulos apresentam os quatro pilares sociais da cultura genuinamente cristã (pilares que sustentam a maioria das grandes nações). São eles: Crer em Deus - Praticar a verdadeira justiça - Conceder liberdade - e Respeitar e amar o próximo. O capítulo 6 esclarece as controvérsias do Capitalismo e do Socialismo. O capítulo 7 inicia o tratamento técnico dos principais problemas brasileiros. O tratamento expõe causas, analisa conseqüências e propõe surpreendentes soluções. São 18 capítulos expondo esclarecimentos importantes e propondo reformas nas áreas da Educação, Economia, Segurança Pública, Previdência Social, Propriedade Privada e Agrária, relação jurídica e civil entre homens e mulheres, estrutura legislativa, executiva e judiciária.

CAPÍTULO 1

OS 4 PILARES SOCIAIS da CULTURA CRISTÃ

Nas décadas de 80 e 90, o povo brasileiro sentiu na pele os efeitos das freqüentes crises econômicas, sociais, morais e políticas pelas quais passaram o país naquela ocasião. Já no ano 2000 (último ano do século XX) o governo insistia em dizer que os problemas brasileiros já estavam resolvidos. Mas, nesse mesmo ano percebeu-se que os crônicos problemas brasileiros estavam apenas maquiados.

É verdade que a sociedade brasileira sempre foi muito desigual e muito injusta desde a época do Império. No entanto, a partir da década de 90, além da forte recessão, o desrespeito, a imoralidade e a violência aumentaram assustadoramente.

É em função desta realidade que este livro foi originariamente elaborado. O principal objetivo é ajudar o país a restabelecer a moralidade ética e social, a justiça justa e imparcial, a fé em Deus e a convicção do certo e do errado para construirmos verdadeiras soluções. Se entendermos a importância deste processo, nos tornaremos aptos a alcançar paz social, prosperidade e felicidade em nossa própria nação.

Vou começar este assunto lembrando que uma sociedade é feita de sócios¹. Logo, se somos sócios, temos direitos a dividendos que até agora não nos foram devidamente concedidos, mas temos, também, alguns deveres a cumprir. Um dos deveres é não nos calar, nos omitir ou nos desviar das nossas responsabilidades, sejam humanas, sejam sociais. Em qualquer dos casos não é prudente fechar os olhos e deixar a nação

¹ **Sócios** – A palavra *sócio* é muito mais representativa que a palavra *cidadão*. (Seria bom utilizarmos esta palavra com mais freqüência para facilitar a compreensão da real posição que os brasileiros deveriam assumir e exigir em relação à nação.) Poderíamos, também, inventar a palavra **SOCIÃO** para substituir a palavra *cidadão*, de modo a não ficar dúvida sobre o real status que cada brasileiro deveria assumir. (Socião, lembra sócio).

sob influência de pessoas arrogantes, demagógicas, avarentas ou depravadas porque a nação também nos pertence. Mesmo que façamos vista grossa aos problemas do país, não encontraremos soluções pessoais num ambiente cheio de violência, de imoralidade, de miséria e estagnação. Por isso, é importante nos conscientizar de que: se ficarmos de braços cruzados deixando a nação se iludir, e se perder num emaranhado de problemas, é óbvio que viveremos de ilusões e num emaranhado de problemas também.

Para obter sucesso na elaboração de soluções nacionais, precisamos analisar com total imparcialidade os resultados práticos de outras nações ao redor do mundo. Além disso, não podemos confiar demais em teorias matemáticas que não levam em consideração as variantes humanas e as divinas intervenções. Teorias excessivamente materialistas, como as utilizadas nas décadas de 80 e 90, podem levar o Governo a perder o controle do país propiciando confrontações sociais e fragmentação da economia. A possibilidade de tais crises tornaria a nação internacionalmente vulnerável e poderia resultar noutra intervenção militar sob a justificativa de preservar a segurança nacional. Na verdade, em caso de total desgoverno e desordem, como já aconteceu no passado, tal intervenção poderia até salvar do caos social como ocorreu na década de 60; mas isso representaria um novo atraso no desenvolvimento democrático brasileiro. (Uma situação pela qual todos nós desejamos não ser necessário passar novamente).

Sensatez e prudência

Já é hora das vozes prudentes e sensatas, desta nação, abandonarem o silêncio e se levantarem com um pouco mais de firmeza e de determinação. Os cristãos, em especial, precisam ajudar o brasileiro comum a entender a fórmula de sucesso que fez prosperar os países que hoje fazem parte do grupo denominado “Primeiro Mundo”. Já é tempo das pessoas prudentes e sensatas deixarem de lado as reservas pessoais e se manifestarem com mais firmeza e com menos timidez. A maioria das pessoas de bem tem se mantido em silêncio porque sabem que os primeiros a abrir a boca, são, em geral, os tolos, os arrogantes e os

imprudentes. Tais pessoas, no entanto, já vêm se manifestando arrogantemente há mais de duas décadas (iludindo a si mesmas e sacrificando a nação). Portanto, já está na hora de revertermos esse quadro e entendermos, inclusive, que democracia não é magia (como pensam alguns políticos demagogos). Se as pessoas prudentes e sensatas não se levantarem, para assumir o Poder nas diversas áreas, os "ex-comunistas", os "modernistas" e os vaidosos podem destruir a nação com suas utopias e soluções paliativas ("jeitinhos" que disfarçam os problemas, mas não os resolvem). Precisamos repudiar as ilusórias soluções e dar mais crédito à sensatez, à prudência e à verdade na hora de avaliar propostas econômicas, sociais e culturais.

Para ajudar o país a sair do caminho das crises, temos que enxergar e reconhecer que, de fato, ainda estamos em fase de desenvolvimento. Por isso, é normal cometermos erros de avaliação, de julgamento e também de planejamento. Além disso, às vezes somos demasiadamente omissos e nos calamos diante de conceitos culturais dispersivos, "depravantes", equivocados e que geram maus hábitos na nossa sociedade; tais como: *levar vantagem em tudo — usar “jeitinho brasileiro” — desrespeitar filas e os direitos do próximo — explorar o trabalhador pobre e necessitado, pagando salários irrisórios — desconsiderar o bom senso e apregoar o extremismo — cultivar prazeres imorais sem considerar suas consequências...* e outros maus hábitos e “práticas pagãs”² que têm produzido prejuízos educacionais, morais, sociais e econômicos.

O maior atraso da nossa cultura³ (das nossas crenças, hábitos e costumes) está no fato de que ainda não compreendemos a real importância dos princípios cristãos (ética e moral cristã) na sociedade e na educação de um povo. Neste aspecto, a principal finalidade é fazer com que os cidadãos aprendam a exercer a liberdade com respeito, a justiça

² “**Práticas pagãs**” – No capítulo 5 há um tópico específico sobre este assunto, com o título *O que é paganismo?* (pág. 58).

³ “**Cultura**” – Neste livro a palavra cultura é utilizada no seu sentido mais amplo, significando o conjunto de crenças, hábitos e costumes de um povo, ou seja, englobando todos os aspectos do comportamento de uma sociedade, e não apenas “artes”.

realmente justa e o verdadeiro amor fraternal, tornando-se aptos a alcançarem um bom desenvolvimento humano e social.

O atraso cultural é o principal motivo pelo qual uma estrutura de governo, do Primeiro Mundo (comprovada como boa), não apresente os mesmos resultados quando imitada por um país ainda em desenvolvimento como é o caso do Brasil. Mesmo as boas estruturas governamentais precisam ser adaptadas segundo a realidade de cada país. Cada povo tem que considerar suas deficiências sociais e, principalmente, suas distorções culturais e educacionais para corrigi-las também. As deficiências de comportamento humano e social, de um povo, precisam ser corrigidas para que os cidadãos (“sociãos”) desenvolvam bons hábitos, boa conduta e bons costumes. Sem bons hábitos não há meios de alcançar os resultados desejados. (Regimes democráticos, sozinhos, não fazem milagres; é preciso também um padrão cultural decente e progressista).

Portanto, é muito provável que o Brasil precise de uma reforma política para melhorar seu desempenho econômico e social, mas precisamos reeducar os cidadãos também. Precisamos reavivar a prática do respeito mútuo e dos bons hábitos que mantêm uma nação no caminho do desenvolvimento. Os bons hábitos, dos quais me refiro são procedentes dos 4 pilares sociais da cultura genuinamente cristã. (Quatro pilares fundamentais que sustentam as principais nações desenvolvidas).

São eles:

1º – Crer e confiar no Deus Criador.

2º – Praticar a verdadeira justiça.

3º – Conceder liberdade sem omissão e sem exagero.

4º – Respeitar e amar o próximo.

Até os anos 90, o Brasil não conhecia de forma clara esses quatro pilares sociais e sua comprovada eficiência social. Talvez os nossos colonizadores tenham enfatizado obediência cega ao invés de promoverem o esclarecimento, a pesquisa e o bom senso, por parte do governo, por parte dos cidadãos e até mesmo por parte das lideranças religiosas.

Infelizmente, a falta de adequados esclarecimentos levou o brasileiro a desenvolver antipatia pelos povos que usam a Bíblia como referência social. Veja o caso da Inglaterra, por exemplo, que até pouco tempo era considerada um verdadeiro bicho papão. Tal preconceito, estimulado inclusive pelas nossas escolas, baseia-se no fato de o povo inglês ser cristão protestante e não cristão católico como os portugueses que colonizaram o Brasil. Não sei ao certo se foi a influência portuguesa que induziu o brasileiro a olhar os povos protestantes com maus olhos. Mas sei que isso distorceu nossa visão e nos privou de conhecimentos sociais sábios e progressistas. A discriminação religiosa (contra os protestantes) atrasou também o nosso desenvolvimento cultural, de forma que, ao contrário dos povos desenvolvidos, nós, brasileiros, ainda praticamos danças selvagens e conceitos pagãos (conceitos “gentios”) apesar de já sermos teoricamente civilizados e cristianizados.

Hoje, se tivéssemos a humildade de fazer comparações, imparciais, entre os povos de educação portuguesa e os povos de educação inglesa, certamente extrairíamos dessa comparação inúmeras lições bastante úteis a todos nós.

Nos anos 80 e 90, a maioria dos brasileiros acreditava que o desempenho econômico era o fator mais importante para o desenvolvimento de uma nação, (os próprios educadores ensinavam desta forma). Isto, no entanto, é um grande engano. O desempenho econômico é uma mera, consequência, porque depende do comportamento do povo. Note que se o povo é extravagante, desperdiçador e destruidor, teremos um tipo de resultado econômico – se o povo é preguiçoso e ineficiente, temos outro resultado – se o povo é conservador, trabalhador e eficiente, temos outro – se o povo é desonesto, corrupto e ganancioso, teremos outro tipo de resultado e assim por diante. Portanto, é o padrão de comportamento de um povo o determinante de todos os índices de desempenho do país, seja o desempenho social, desempenho tecnológico, desempenho da segurança pública ou desempenho econômico. É por isso que precisamos dar uma melhor atenção ao nosso padrão cultural e aos fundamentos da nossa educação. É aí que reside o principal problema da nossa nação.

Antes de entrar na formulação de soluções de caráter técnico, vamos primeiramente esclarecer os quatro pilares sociais da cultura realmente cristã. Assim entenderemos, com mais clareza, tudo o que podemos fazer para melhorar a nossa nação corrigindo, inclusive, a estrutura legislativa, judiciária e governamental, de forma a torná-la mais sensata, mais justa e mais eficiente.

O esclarecimento dos quatro pilares também ajudará o Brasil a desenvolver melhor a sua parte cultural. Além disso, se adotarmos um padrão de educação menos utópico, mais realístico e mais verdadeiro, a sociedade saberá identificar e abandonar hábitos e costumes improdutivos, inúteis e geradores de subdesenvolvimento. O país precisa de uma reformulação cultural para espantar a violência, a miséria e a ineficiência.

A importância da humildade

Na minha opinião, a humildade funciona como porta de entrada para o conhecimento útil e produtivo. Um povo que ainda não tem humildade em si, acha-se "sabichão" e tem ouvidos mas não gosta de ouvir. Povos assim, fazem-se escravos da própria vaidade, tornando-se tolos, insensatos ou adeptos de ilusões e utopias. Portanto, precisamos lembrar sempre da humildade porque ela nos será uma grande aliada em todo o processo de esclarecimento e desenvolvimento do país.

Nos próximos capítulos faço algumas citações sobre o comportamento de outros povos para exemplificar algumas colocações. Essas citações têm o objetivo de dar ao leitor elementos práticos para analisar e compreender o caminho capaz de recuperar e desenvolver a nação. Em nenhum momento, no entanto, tenho a intenção de endeusar ou menosprezar qualquer um dos povos citados. O único objetivo, das comparações e citações, é ampliar o conhecimento sobre o mundo à nossa volta de modo a facilitar todas as nossas decisões.

É provável que surjam muitas surpresas durante a leitura dos diversos esclarecimentos contidos neste livro. Isso deve acontecer porque quase tudo o que sabemos, sobre outros povos, nos foi transmitido pela TV.

Acontece que a televisão não é um veículo de comunicação oficial, na verdade é um veículo de comunicação, comercial. Por isso, não é totalmente confiável já que faz suas reportagens visando principalmente retorno financeiro. Observe que a maioria das TVs só exhibe os assuntos de alto impacto. A maioria das reportagens fala de coisas exóticas, fatos extraordinários e absurdos, fatos fantásticos e escândalos dos mais variados possíveis. Isso acontece porque é esse tipo de reportagem que proporciona grandes retornos financeiros (grandes audiências e muitos patrocinadores). Então, por razões comerciais, a rotina dos povos a nossa volta e o dia-a-dia normal das pessoas geralmente não entram nos noticiários. É por isso que poderemos ter muitas surpresas, já que a maioria dos brasileiros só conhece o lado escandaloso do mundo e segundo a visão ideológica de cada emissora de televisão.

Um outro detalhe muito importante, e que deve ser considerado também, é que nos últimos anos (pelo menos até a década de 90) a maioria das emissoras brasileiras era dirigida ou controlada por pessoas de ideais pagãos. Em consequência disso, a televisão brasileira “propagandeava” o comportamento pagão e menosprezava o comportamento cristão (às vezes de forma discreta, mas outras vezes de forma bem escancarada). Portanto, não se assuste com alguns esclarecimentos aparentemente contraditórios, em relação ao que têm apregoado algumas TVs, disponíveis neste livro. Polêmicos ou não, os dados aqui contidos também nos ajudarão a discernir verdades e mentiras sobre o Brasil e o Mundo.

CAPÍTULO 2

1º pilar: CRER e CONFIAR no CRIADOR

Crer e confiar no Deus Criador, sensatamente, sem misticismo fantasioso, sem sensacionalismos ou hipocrisias é o mais fundamental dos quatro pilares que sustentam grandes nações. Sei que não é isso que foi ensinado aos cidadãos brasileiros. Por isso, vou tentar esclarecer esse assunto para entendermos quais são suas implicações práticas nos resultados econômicos e sociais de uma nação.

Em geral, os povos subdesenvolvidos só confiam em si mesmo e/ou nos “deuses e santos” que podem ver com os próprios olhos. A maioria das pessoas tem dificuldades em se relacionar com um Deus Criador que não se vê e que não se pode tocar. Talvez isso aconteça porque o instinto de independência e de orgulho próprio, dos povos ainda em desenvolvimento, predomine sobre a humildade, a razão e o bom senso. O excesso de autoconfiança também dificulta a compreensão da origem humana e a importância da submissão às leis da criação.

Além disso, hoje, muito se fala na teoria da evolução. Mas será que uma natureza, desgovernada, blindaria o cérebro com uma camada de osso bem rígido, enquanto usava osso “flexível” para moldar o nariz?... Observe que tal diferenciação protege narinas e cérebro durante quedas e trombadas muito comuns na infância. Sem esse crânio rígido e sem essa cartilagem macia, os pequenos acidentes mutilariam o nosso nariz e o nosso cérebro antes mesmo de nos tornarmos adultos.

Se nós, brasileiros, dermos um pouco mais de atenção a esses detalhes, constataremos que o nosso nariz não está acima da boca por obra do acaso. Tal localização nos permite pré avaliar (através do cheiro) tudo o que levamos à boca para comer e para beber. Logo, a localização e funcionalidade das nossas narinas parecem ser coisa minuciosamente planejada e não casual.

Com certeza você já percebeu que o coração e os pulmões, órgãos que se expandem e se contraem, estão inteligentemente protegidos por uma grade flexível que chamamos de costelas. Além de proteger, elas permitem os necessários movimentos do tórax e do tronco. Será que poderíamos considerar essa funcionalidade como fruto de uma evolução irracional, desprovida de planejamento prévio e sem nenhum acompanhamento durante a execução?... Você conhece no seu ambiente de trabalho, ou na sua escola, algum projeto que sem planejamento e sem acompanhamento tenha feito progresso sozinho?...

Que comentário poderíamos fazer a respeito da perfeita localização do umbigo e do ânus?... Já pensou se por *evolucionismo* ou por obra do acaso, fosse ao contrário, o ânus no lugar do umbigo?... E o “bumbum”, seria um enorme calo evoluído de si mesmo, ou uma almofada natural devidamente planejada para sentarmos confortavelmente?...

Se o surgimento do Homem na Terra fosse um processo de auto-evolução, de uma minúscula bactéria ou de coisa semelhante, então as nossas unhas poderiam ter nascido em qualquer lugar do nosso corpo: no cotovelo, na sobancelha, no órgão sexual ou até mesmo no lugar dos nossos dentes. Entretanto, nasceram exatamente nas pontas dos dedos, de maneira que possamos nos coçar retirando da pele os microorganismos que eventualmente tentam invadir o nosso corpo. Será que poderíamos considerar essa localização como simples coincidência ou como fruto de uma evolução irracional, (bacteriana)?... Pode, a razão, ser fruto da irracionalidade?...

Observe que ao fim da gestação, os seios da mulher produzem o mais perfeito alimento para o bebê recém-nascido. Além disso, os seios estão localizados à altura da boca do neném quando acomodado nos braços da mãe (no colo). O detalhe interessante é que no dia do nascimento da criança, os seios produzem um coquetel de vacinas naturais, chamado *coloostro*, para que o recém-nascido o mame e fique automaticamente protegido das doenças comuns.

Estas preocupações protetoras e funcionais, na elaboração dos nossos órgãos e membros merecem profunda reflexão quanto à verdadeira origem. Entretanto, a característica mais significativa e esclarecedora, da

Criação ou Evolução, está na incontestável beleza e harmonia artística do conjunto humano. Observe a beleza e a harmonia do rosto com os cabelos, dos olhos com as sobrancelhas, das mãos com as unhas, das formas arredondadas de braços e pernas e suas perfeitas proporções. Acredito que podemos classificar como característica mais esclarecedora porque beleza e harmonia são detalhes exteriores (só podem ser obtidas a partir de observações externas). Logo, parece óbvio que na criação do ser humano existiu um observador, um executor racional que estando de fora via e moldava todo o corpo enquanto lhe dava vida.

Na minha opinião este executor racional era o Deus Criador que sabiamente tudo fez. Se fez em um dia de 24 horas ou de milhões de anos, não sabemos ao certo, mas o importante é sabermos que nos fez. E, que, tendo tamanha preocupação protetora e funcional com os órgãos do nosso corpo, jamais deixaria sozinha e desamparada esta tão bem planejada criação. Tudo indica que o Criador, na sua superior sabedoria, providenciou um manual de instruções para o ser humano chamado Bíblia Sagrada. (Um manual de boa educação e de exemplos de vida, para nos orientarmos, com sensatez, a fim de sermos em tudo bem-sucedidos.) Além disso, disponibilizou a todos o “Espírito Santo”¹ por intermédio da correta aplicação da fé e da oração. O Espírito Santo está disponível como extraordinário socorro e contínuo veículo de comunicação, de ação e de inspiração divina (inspiração procedente do Criador).

As consequências de crer ou não crer

Os povos mais prósperos e mais desenvolvidos do mundo (tomando como base os índices de IDH), se desenvolveram porque entenderam e respeitaram os ensinamentos do Criador. Vamos analisar o povo norte-americano, por exemplo, que é do nosso próprio continente, tem

¹ “**Espírito Santo**” – Fenômeno celeste de difícil definição, mas o seu efeito pode ser comparado a uma vacina espiritual que contém um programa “antivírus” e de comunicação “on-line”. Esta “vacina” protege os seres humanos contra vírus espirituais (“espíritos imundos”, parasitas que se hospedam na mente), e permite comunicação via, linguagem da fé, com o Criador.

semelhante dimensão territorial e praticamente a mesma idade de colonização (mais ou menos 500 anos): eles não tiveram vergonha de assumir e testificar sua posição sobre estes mistérios. Eles escreveram na sua moeda, o Dólar, “*in God we trust*” (nós cremos e confiamos em Deus)². Escreveram para que o mundo inteiro soubesse e durante os séculos em que cumpriram, tais palavras, tiveram a moeda mais forte e mais respeitada em todo o mundo. Até fins do século XX (época em que elaborei este livro), eles faziam da Bíblia Sagrada o seu manual de consulta social e fonte de inspiração à sua cultura, sua educação e suas leis, tendo feito, inclusive, uma única e bem-sucedida Constituição que está em vigor até o dia de hoje.

Agora note que nós, brasileiros, já tentamos 7 Constituições, a maioria insatisfatórias, (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988). Nossas Constituições não foram bem-sucedidas porque, ao contrário dos povos desenvolvidos, temos negligenciado nesta questão do Criador e dado muita importância a contraditórias filosofias humanas (especialmente nesta última Constituição). Observe que o povo norte-americano, por exemplo, crendo em Deus conforme o ensino bíblico foi bem sucedido em praticamente tudo o que planejou. Desenvolveram eletrodomésticos, fabricação de automóveis em série, aviões, rádio, a televisão, o computador, o telefone, centenas de medicamentos e até o *jeans* e a *coca-cola* (roupa decente e bebida não-alcoólica), que hoje estão presentes no mundo inteiro ajudando a vestir com simplicidade e decência e a reduzir o consumo de álcool.

Portanto, não era ingenuamente que eles faziam os juramentos oficiais com uma das mãos estendida sobre a Bíblia. Era um sinal de respeito e submissão aos ensinamentos de Deus. (Isso acontecia nas cerimônias de posse de presidentes, governadores, juízes, advogados etc.) É lógico que estas atitudes, de juramento e de escrever na moeda, não é o fator diferença, mas elas servem como indicadores do grau de importância dado aos ensinamentos de Deus no dia-a-dia daquele país.

² “**In God we trust**” – Os norte-americanos também escreveram esta mesma frase nos tribunais, nas escolas, nas repartições públicas etc.

Pelo menos até o século XX, a maior festa popular brasileira era o carnaval. Era realizada no mês de fevereiro ou março e tinha características estritamente materialistas e pagãs (procurava satisfazer os desejos do corpo e não do espírito, e, segundo as tradicionais baianas, era uma forma de festejar os “deuses” africanos). Já nos Estados Unidos, a maior festa popular era realizada no mês de novembro e tinha características estritamente familiar e espiritual, sendo denominada “*Thanksgiving Day*” (dia de agradecimento ao Deus Criador ou *Dia de Ação de Graças*). Infelizmente, a maioria dos brasileiros ainda não conhece esses fatos. Em geral, as TVs brasileiras consideram tais festas muito “caretas” porque não tem mulher nua e nem dança imoral. Talvez, por isso, não gostam de mostrar o lado religioso da cultura norte-americana.

É verdade que os Estados Unidos já não são mais um bom exemplo de país cristão. A partir dos anos 90, com o advento da globalização, o país abriu as portas para o feminismo, o homossexualismo, o espiritismo e algumas idolatrias típicas de países do Terceiro Mundo. Depois disso, o povo norte-americano vem se desorientado e perdendo dia-após-dia boa parte das bênçãos divinas. Parece que as gerações mais recentes, que já nasceram na prosperidade e nas riquezas, não têm dado mais o devido valor aos ensinamentos que os guiou ao topo do mundo. Mesmo assim, a maioria do povo continua considerando-se cristã. Nas últimas estatísticas do século XX (em 1995), os resultados indicavam 57,9% de crentes protestantes³ — 21% de católicos romanos — e 6,4% de outros, totalizando 85,3% de cristãos entre toda a população, (estatística editada pelo “*Almanaque Abril 98*” página 367, e “*Almanaque Abril 1999*”, página 289) Estes dados religiosos, que algumas TVs brasileiras procuravam esconder (por serem adeptos do paganismo) precisam ser considerados

³ **Crentes protestantes** – Protestantes históricos, independentes e novas denominações. Na maioria dos países do Primeiro Mundo o Cristianismo Protestante já está implantado há vários séculos. Aqui, no Brasil, temos em crescimento um modelo pentecostal que está sendo chamado de “evangélico”. Os evangélicos dão ênfase à “miraculosidade” do Cristianismo. Mas os crentes tradicionais dão ênfase especial ao lado educativo e social do Cristianismo (justiça rígida, ética bíblica, decência, liberdade moderada e amor fraternal).

na hora de avaliarmos o desempenho de cada nação. Numa análise séria e objetiva, nenhuma verdade pode ficar escondida. Os povos que ainda estão em desenvolvimento, e que querem se desenvolver de forma eficiente e bem sucedida, precisam conhecer estes dados⁴ também.

Não é difícil perceber que os povos que crêem e confiam em Deus, com sensatez, firmeza e seriedade, são realmente mais bem-sucedidos do que os povos que não crêem e que não o levam a sério. Observe que qualquer ser humano, que não é supervisionado no seu trabalho, nos seus estudos e nas suas atividades em geral, torna-se relaxado, ineficiente e pouco produtivo. Mas, este mesmo ser humano, quando consciente de que está sendo “supervisionado”, e que será recompensado para o bem ou para o mal segundo seu próprio desempenho, torna-se mais disciplinado, mais eficiente e mais produtivo.

Então, é claro que um povo que sabe que é supervisionado lá do “Céu”, pelo Deus Criador, comporta-se de forma mais respeitosa, mais honesta, mais disciplinada e conseqüentemente muito mais eficiente e produtiva. Um povo que não sabe ou não crê que está sendo supervisionado, pelo Deus Criador, comporta-se displicentemente tornando-se desonesto, ineficiente e pouco produtivo.

Exemplos e demonstrações práticas

Por este mesmo processo evolutivo, de ter a Bíblia como o principal referencial e fonte de estudos sociais, passaram também outras nações que da mesma forma se tornaram as mais prósperas e as mais desenvolvidas do mundo, como é o caso da Inglaterra, Suíça, Suécia, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, França, sendo o Japão a única

⁴ **Estatísticas** – A maioria das estatísticas e fatos históricos, citados neste livro, foram retirados do *Almanaque Abril*, Editora Abril, S.P. – edições 24^a 1998, 25^a 1999, 26^a 2000. A utilização desta fonte, como principal referência, é apenas por ser de alcance popular. A citação em questão (estatística religiosa americana) foi parcialmente omitida na ed. 2000 (26^o), mas foi restabelecida na ed. 2001 (27^o), pág. 200.

exceção entre os países do Primeiro Mundo. O Japão, no entanto, foi positivamente influenciado pelos princípios cristãos após o episódio da bomba atômica sobre Hiroxima (durante a Segunda Guerra Mundial), quando se rendeu e submeteu-se ao domínio do governo americano e das suas normas cristãs⁵, nos anos de 1945 a 1952. Durante os 7 anos de ocupação americana, chefiada pelo General Douglas Mac Artur, os Estados Unidos fizeram profundas reformas em todo o Japão⁶: reformas agrárias, reformas sociais e uma nova Constituição, em 1947. Isso melhorou sensivelmente o desempenho do povo japonês. Um povo que na verdade já tinha elevada moral e disciplina, mas foram os princípios sociais cristãos que o transformou em um dos povos de maior destaques em todo o mundo.

Agora note que todos os países vencidos pela Rússia (na época da ex-União Soviética) e obrigados a se submeterem às normas anticristãs e ateístas, daquela ocasião, drasticamente empobreceram e regrediram, como a ex-Alemanha Oriental, a Armênia, Estônia, Lituânia, Ucrânia⁷ e outros países daquela região. Nos anos 90, a própria Rússia era um exemplo claro da pobreza e do subdesenvolvimento que alcançam (ao longo do tempo) os povos que desconsideram os ensinamentos do Criador.

Uma das grandes contradições do ateísmo (total descrença em Deus, que foi imposta pela maioria dos governos comunistas) é que seus adeptos, mesmo com aparente boa intenção e desejando serem livres e

⁵ **Normas cristãs** – Normas éticas e morais utilizadas principalmente pelos países protestantes. Alguns veículos de comunicação preferem e expressão “normas ocidentais”. Na verdade, são valores humanos e sociais que eu considero como a “*polpa*” do Cristianismo. A religiosidade cristã (missas, cultos, festejos etc.) eu considero como a “*casca*” do Cristianismo. De fato, a casca também é importante porque tem a finalidade de conservar e preservar a “*polpa*” ao longo dos séculos. Logo, já que o governo americano não implantou a casca (a religiosidade) no Japão, é muito provável que a polpa implantada lá acabe se deteriorando, com o decorrer do tempo, e perdendo seu efeito de paz e prosperidade.

⁶ **Japão** – Almanaque Abril 98, p 489. Ou, Almanaque Abril ed. 2000 (mundo), p 269 – História em Revista 1993, Abril Livros, volume 20, p 147-149.

⁷ **União Soviética** – Almanaque Abril 98, p 210; 230; 369; 511; 658.

independentes, acabam transformando seus povos em escravos de si mesmos, escravos do sistema e escravos do Estado. A maioria dos países comunistas teve que fechar suas fronteiras para, desta forma, conter a fuga da população insatisfeita. (Isso ocorreu na extinta União Soviética e ainda ocorre em Cuba e em parte da Ásia). No entanto, os povos que com humildade e com bom senso, se submeteram aos ensinamentos de Deus (baseando-se na Bíblia), alcançaram uma prosperidade de fazer inveja ao resto do mundo. É verdade que alguns povos cristãos também tiveram que fechar suas fronteiras. Mas foi para conter os milhares de imigrantes, ilegais, que fugindo da pobreza e da violência, dos países meio ateus ou meio pagãos, buscam por uma vida melhor nos países que realmente levam a sério a cultura cristã. (Levam a sério a prática dos princípios cristãos em suas sociedades).

Apesar de bem-sucedidos, os povos seriamente cristãos (ou que já foram seriamente cristãos, mas estiveram negligenciando nas últimas décadas), nunca chegaram a ser exemplo de perfeição absoluta. Na verdade, tal coisa não existe em lugar nenhum deste mundo. O que existe são povos mais obedientes e conseqüentemente mais desenvolvidos e prósperos, e povos desobedientes e conseqüentemente menos desenvolvidos e pobres.

É importante termos consciência também de que o desejo comunista, em si, não é errado, é até bem legítimo apesar de ser economicamente insustentável. O realmente destrutivo é o ateísmo obrigatório que costuma acompanhar o comunismo, proibindo, inclusive, toda manifestação religiosa. A Albânia, por exemplo, (na época do regime comunista) foi um dos primeiros países a declarar-se totalmente ateu (disse ter conseguido o marxismo perfeito). Quem fez a declaração foi o então Presidente Enver Hoxha. No entanto, tudo o que alcançou, com esta filosofia na sociedade e no governo, foi tornar-se a “nação mais pobre da Europa”⁸ (na década de 70 e 80), com um índice de desemprego que chegou a 70% e uma renda per capita 7 vezes menor que a brasileira, apenas US\$ 670.

⁸ **Albânia** – Almanaque Abril 98, p. 207 – J. Patric. B. Mundial, p. 267.

A história da Coreia pode nos servir de exemplo também. Na Segunda Guerra Mundial, o país foi dividido ao meio se transformando em Coreia do Norte e Coreia do Sul. Na metade de cima, do território dividido, ficou a Coreia do Norte (comunista) vivendo sob conceitos ateus de origem marxista implantados pela ex-União Soviética. Na metade de baixo ficou a Coreia do Sul (capitalista) vivendo sob conceitos cristãos implantados pelos Estados Unidos. Na Coreia do Norte, onde se ensinou que Deus não existe, o povo tornou-se quase escravo do Estado, vivendo sob o lema da igualdade, mas com muita pobreza e muita miséria. Enquanto isso, na Coreia do Sul, onde o Cristianismo protestante teve uma das maiores taxas de crescimento em todo o mundo, vive-se com ampla liberdade e muita prosperidade. Observe que o povo, a terra e o clima são exatamente os mesmos tanto no Norte quanto no Sul. A diferença básica é a cultura implantada: uma é atéia e a outra é cristã.

Em algumas regiões da África constatamos a mesma coisa, a miséria e a dor estão intimamente relacionadas à descrença e à desobediência aos ensinamentos do Criador (ensinamentos contidos na Bíblia). O povo brasileiro não pode fazer vista grossa a estes fatos se quiser enxergar o verdadeiro caminho que resulta em soluções.

Apenas como mais um dos muitos exemplos, observemos o Egito, (nação famosa por suas pirâmides e seus Faraós), não adotou e nem creu no ensino cristão e mesmo com seus mais de 5 mil anos de existência e de suposta sabedoria, não prosperou nem se desenvolveu como era de se esperar de um país milenar. Em pleno século XX, o Egito era considerado um país pobre e subdesenvolvido com inúmeras favelas e 48,6% da população ainda analfabeta. Além disso, sua renda per capita era 6 vezes menor que a brasileira, apenas US\$ 790,⁹ enquanto a do Brasil estava em US\$ 4.743 e a dos Estados Unidos em US\$ 29.980. (Dados de 1995).

Estes fatos demonstram que as palavras de Jesus Cristo continuam verdadeiras mesmo nos dias atuais. Há 2000 anos, Jesus Cristo afirmou

⁹ “**Egito**” – ver: Almanaque Abril 98, p. 349; 461.

que é a prática das leis divinas e da verdadeira justiça que promovem bem-estar social e prosperidade. Veja o que Ele disse às pessoas que estavam angustiadas e ansiosas pelo sustento: "*Buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas essas coisas vos serão acrescentadas*".¹⁰ (Aqui, a expressão "*Reino de Deus*" pode ser interpretada como "modelo social ensinado por Deus").

Nos anos 90, logo após a constituição de 1988, o Brasil entrou numa crise de identidade muito perigosa. O povo não sabia se era melhor agir como indígena, como africano, como europeu, como oriental ou se era melhor juntar tudo isso e fazer uma grande salada cultural. Essa fase de muitas dúvidas é a mais adequada para um povo, acordar, e enxergar que o padrão cultural cristão não é uma invenção da raça branca, não é invenção da raça negra, não é da raça oriental, não é invenção de nenhum segmento racial humano. Na verdade, Jesus Cristo não é, e nunca foi, um simples ser humano como nós. Jesus Cristo sempre foi um ser celestial. Ele veio ao planeta Terra para confirmar e aperfeiçoar o padrão de conduta humano e social ensinado por Deus. A fecundação especial, ocorrida no ventre de Maria, teve a finalidade de O fazer como "*filho de homem*", mas para cumprir sua divina missão. O modelo de conduta genuinamente cristão, sem enxertos deste ou daquele Império, deveria ser adotado por todos os povos, em substituição aos modelos raciais, regionais e pagãos (gentios). A maioria dos povos desenvolvidos se desenvolveu porque descobriu que a fé, a ética e a moral cristã, quando genuínas, produzem excelentes resultados de paz interna, união e prosperidade.

Logo, crer e confiar no Criador, com sabedoria e com bom senso, não se trata de teorias primitivas ou lendas e fantasias de pessoas fracas e subdesenvolvidas como pensam alguns brasileiros. Uma análise do desempenho mundial demonstra que se trata, na verdade, de uma postura sábia e que produz povos evoluídos e bem-sucedidos. As estatísticas mundiais comprovam que, normalmente, o sucesso ou fracasso de cada

¹⁰ **Bíblia Sagrada** – S. Mateus cap. 6, versículo 33. (Existem pequenas variações de vocabulário entre as várias traduções existentes no mercado.)

nação está associado ao grau de obediência prestada, ao Criador, no dia-a-dia do país e na organização social. Os dados demonstram que, quanto mais fiel aos escritos bíblicos é uma nação, mais desenvolvimento e prosperidade ela alcança.

Portanto, é importante percebermos e compreendermos que todas as coisas concorrem para o bem das nações que obedecem ao Criador. De acordo com a Bíblia, até mesmo as leis da Natureza foram planejadas para agirem desta forma. Os povos que não se dobram ao planejamento de vida estabelecido pelo Deus Criador, a própria Natureza lhes impede de progredir.

Avaliações estatísticas

O quadro estatístico a seguir foi montado a partir dos indicadores sociais do “*Almanaque Abril 2000, (26^a ed.)*”, e tem como principal referência o IDH — Índice de Desenvolvimento Humano, que avalia o desenvolvimento de uma população através de três aspectos: vida longa e saudável — conhecimento — e padrão de vida decente. Para isso são utilizados os indicadores de: expectativa de vida — grau de escolaridade — e renda per capita da população. O IDH é uma média simples destes três indicadores variando numa escala de 0 a 1, (quanto mais próximo de 1 maior é o desenvolvimento — quanto mais próximo de 0 (zero) menor é o desenvolvimento). O objetivo deste quadro é comprovar que existe uma íntima relação entre o desenvolvimento de um povo, e o crer e confiar em Deus de acordo com os ensinamentos cristãos.

Observe o quadro comparativo, dos 22 países mais desenvolvidos do mundo (de acordo com os índices de IDH do final do século XX), e o quadro dos 22 países menos desenvolvidos, de acordo com estes mesmos índices, e chegue às suas próprias conclusões. (Obs: os índices de IDH podem sofrer pequenas variações de ano para ano).

Quadro comparativo 1 (dados da década de 90)

POVOS MAIS DESENVOLVIDOS

- Cristãos, (católicos). \\ Cristãos, (crentes protestantes).
 Muçulmanos, (Islamismo). \\ Cristãos, (ortodoxos)
 Xintoísmo e budismo. \\ Não declarantes, e outros.
 Crenças tradicionais africanas e tribais (orixás, espíritos e deuses diversos).

Os 22 países mais desenvolvidos do mundo na ordem do 1º para o 22º

Classif.	PAÍS	IDH (0 a 1)	RELIGIÃO (percentual da população).				
			20%	40%	60%	80%	100
1º	Canadá	0,932	45,2% 36,4% 				
2º	Estados Unidos	0,927	21% 57,9% 				
3º	Noruega	0,927	87,9% 				
4º	Japão	0,924	89,6% - obs: Constituição de princípios cristãos (1947)				
5º	Bélgica	0,923	90% 				
6º	Suécia	0,923	87,1% 				
7º	Austrália	0,922	27,3% 43,9% 				
8º	Holanda (Países B)	0,921	33% 21% 4 				
9º	Islândia	0,919	94% 				
10º	França	0,918	76,3% 6 				
11º	R. Unido (Inglaterra)	0,918	21% 59% 11% 				
12º	Suíça	0,914	46,2% 40% 				
13º	Finlândia	0,913	85,7% 				
14º	Alemanha	0,906	**33,1% **43,2% 				
15º	Dinamarca	0,905	88,7% 				
16º	Áustria	0,904	78% 5 				
17º	Luxemburgo	0,902	94,9% 				
18º	Nova Zelândia	0,901	14,8% 41,5% 				
19º	Irlanda (Eire)	0,900	91,6% 				
20º	Itália	0,900	83,2% 				
21º	Espanha	0,894	94,9% 				
22º	Cingapura	0,888	12,9 14,9% 54,4% (crenças asiáticas)				

Fonte: Almanaque Abril ed. 26º- **2000** (v. mundo), p. 98 a 101, e páginas 155, 201,316, 268, 132, 366, 121, 238, 257, 217, 336, 367, 215, 107, 184, 123, 285, 318, 255, 261, 198, 169.

* - EUA – índices retirados do Almanaque Abril edição (25º) **1999**; p. 289

** Alemanha – somatório dos dados da ex-Alemanha Ocidental e da ex-Alemanha Oriental.

Obs. A classificação dos países foi feita a partir dos índices de IDH, nos casos de empate foi utilizado ordem alfabética. (Classificação sujeita a variações de ano para ano).

Quadro comparativo 2 (dados da década de 90)

POVOS MENOS DESENVOLVIDOS

	Cristãos, (católicos).		Cristãos, (crentes protestantes).
	Muçulmanos, (Islamismo).		Cristãos, (ortodoxos)
	Xintoísmo e budismo.		Não declarantes, e outros.
	Crenças tradicionais africanas e tribais (orixás, espíritos e deuses diversos).		

Os 22 países menos desenvolvidos do mundo na ordem do 171º para o 192º

Classif.	PAÍS	IDH (0 a 1)	RELIGIÃO (percentual da população).				
			10%	30%	50%	70%	90%
171º	Senegal	0,426	92%				
172º	Costa do Marfim	0,422	20,8%	5	38,7%	17%	
173º	Benin	0,421	215	12%	62%		
174º	Tanzânia	0,421	30%		35%	35%	
175º	Djibuti	0,412	97,2%				
176º	Uganda	0,404	39%	26%	15%	19%	
177º	Malauí	0,399	50,3%	20%	10%		
178º	Angola	0,398	56,1	14%	29,9%		
179º	Guiné	0,398	86,9				
180º	Chade	0,393	20,3	14,4%	54%	7%	
181º	Gâmbia	0,381	95%				
182º	Ruanda	0,379	44%	9%	47%		
183º	Rep. Cent. Afric.	0,378	~25%	~25%	~15%	~24%	
184º	Mali	0,375	90%				
185º	Eritréia	0,346	50% (valor estimado)		50% (valor estimado)		
186º	Guiné-Bissau	0,343	8%	38%	54%		
187º	Moçambique	0,341	31,4%	7,5	13%	47,8%	
188º	Burundi	0,324	65,1%	13,8%			
189º	Burkina Fasso	0,304	9,8	43%	44,8%		
190º	Etiópia	0,298	52,5%	31,4%	11,4		
191º	Níger	0,298	89%				
192º	Serra Leoa	0,254	10%	60%	30%		

Fonte: Almanaque Abril ed. 26º- 2000 (v. mundo), p. 98 a 101, e páginas 357, 178, 134, 374, 185, 385, 290, 110, 233, 159, 223, 349, 341, 292, 193, 234, 304, 148, 146, 207, 314, 358. Os países estão relacionados na ordem decrescente dos seus respectivos IDH, nos casos de empate foi utilizado ordem alfabética. (Dados passíveis de variações de ano para ano).

Nota importante: Na visão pessoal do autor, o Islamismo e o Judaísmo (originados do Velho Testamento) também são ensinamentos de origem divina, porém, ensinamentos para uma fase, primária, de civilização. O Islamismo (fundamentado na justiça rígida) contém várias orientações bíblicas para estruturação familiar e social, mas não admite o erro e o perdão. Parece que no passado esta educação “primária” tinha como objetivo educar os povos excessivamente pagãos¹ (povos de tendências politeístas e de “dura cerviz”) de modo a colocá-los no caminho do desenvolvimento. O objetivo principal era convencê-los, com o uso da força, se necessário fosse, de que existe um só Deus e que deviam viver com independência espiritual e dignidade material. O Cristianismo, descrito no Novo Testamento e dando ênfase ao amor e ao perdão, é uma educação, secundária, para povos já capacitados a viver em regime de liberdade. Logo, o alto índice da religião muçulmana, entre os países mais subdesenvolvidos do mundo, não quer dizer que ela produza subdesenvolvimento. Na verdade, o Islamismo faz hoje a tarefa que o Judaísmo não conseguiu fazer no passado, que era erradicar o paganismo do planeta e preparar os povos para alcançar a paz divina disponível a todos. Portanto, o Islamismo está presente na maioria dos países subdesenvolvidos (países normalmente de tendências pagãs) para lutar contra o paganismo e preparar estes povos para o desenvolvimento humano, espiritual, social e econômico. Por isso, apesar de muito rigorosos, os muçulmanos merecem o devido respeito. Note que as diferenças de escrita, entre as palavras *Jeová* e *Alá*, são simples questões idiomáticas. Na verdade, ambas se referem ao Deus Criador, ao *Senhor* do Universo.

¹ **Paganismo** – Padrão de comportamento social e religioso que não tem procedência profética, ou seja, não tem procedência cristã, judaica ou muçulmana. Nos ambientes evangélicos os conceitos pagãos são mais conhecidos como *conceitos do mundo*. Nestes ambientes a palavra mundo é utilizada de maneira incorreta para indicar *paganismo*, ou *povo pagão* (povo “gentio”).

Lembrete às lideranças religiosas brasileiras

É profundamente lamentável, mas as igrejas católicas e protestantes (evangélicas) tiveram uma grande parcela de culpa na decadência moral e social que se observou no Brasil na década de 90. Infelizmente, a Igreja tem se mantido muito calada mesmo diante da crescente deterioração da decência e dos bons costumes brasileiros. A maioria dos líderes religiosos tem sido displicentes nesta questão e no próprio aperfeiçoamento religioso. O pior é que esta displicência tem feito o povo se distanciar dos princípios cristãos por notarem significativas distorções na parte religiosa.

As lideranças católicas e evangélicas não podem se acomodar julgando-se perfeitas e corretas. Ambas precisam ser mais humildes e pesquisar continuamente para expurgar todo "fabulosismo", todo resíduo mitológico e toda insensatez que porventura ainda esteja infiltrada na prática religiosa. É preciso, também, dar maior enfoque aos, valores, cristãos, junto à sociedade. O povo precisa entender a importância de se viver segundo esses ensinamentos e não apenas cultuá-los. A religiosidade e os festejos são realmente importantes, mas é a prática dos princípios cristãos na sociedade que produz bons resultados humanos, sociais e econômicas.

Talvez já seja hora dos padres brasileiros se estruturarem para proclamarem a independência religiosa brasileira. Já é tempo do Brasil promover uma reforma, nos moldes protestantes (criando uma igreja semelhante à da Suécia, da Escócia, da Inglaterra, da Dinamarca, etc.), para zelar com mais originalidade pelos princípios cristãos na sociedade brasileira. Uma igreja do Estado, genuinamente cristã (sem a "idolatria romana", embutida nos Santos disso e daquilo, e sem os "fanatismos evangélicos", teoricamente pentecostais), teria reais chances de promover uma unidade religiosa e evitar o crescimento do paganismo (sincretismos diversos), seja de origem indígena, asiática ou africana.

O povo brasileiro já está maduro o suficiente para ter sua própria Igreja, sem precisar se submeter a autoridades religiosas estrangeiras e a antigas tradições da mitologia grego-romana. D. Pedro I, mesmo sendo da

família real portuguesa, ergueu sua espada e deu um grito de independência a favor do Brasil. Portanto, nada impede que um padre, mesmo sendo um representante do Vaticano, erga sua Bíblia e proclame a independência cristã brasileira. (Desde que seja feito de forma planejada e com o aval do governo).

Hoje, o Brasil necessita de uma igreja forte e influente. Infelizmente, um mal disfarçado de prazer, lazer, liberdade e poder, tem invadido algumas televisões brasileiras transformando-as em instrumentos de estímulo à dissolução familiar, estímulo à rebeldia e à indisciplina, estímulo à promiscuidade em vários níveis e estímulo ao desrespeito que se transforma em violência. Portanto, nossos padres e pastores não podem continuar inertes diante de tudo isso.

As lideranças religiosas não podem se esquecer também de que é preciso ser verdadeiro em tudo. Só a verdade permanece para sempre. A verdade, quando bem esclarecida, conquista as pessoas produtivas salvando-as do ateísmo, do espiritismo, das macumbas e dos sincretismos diversos. Os vários conceitos pagãos, espalhados pelo Brasil, apesar de bem-intencionados são ilusórios e ao contrário do Cristianismo nunca levaram bem-estar e prosperidade a nenhuma nação do mundo. Na realidade, conceitos religiosos não estabelecidos por Deus (inventados por homens ou inspirados pelo diabo) resultam em escravidão, enfermidades, violências, desgraças e miséria.

Portanto, seria muito bom para o Brasil se as diversas denominações cristãs se respeitassem mais e trabalhassem juntas para combater o paganismo e restaurar os princípios cristãos na sociedade brasileira. (Falo dos princípios de moral, de honestidade, de disciplina, de estruturação familiar, de respeito e de decência. Na verdade, princípios éticos e sociais do reino de Deus).

CAPÍTULO 3

2º pilar: PRATICAR A VERDADEIRA JUSTIÇA

Um povo só se torna realmente justo quando conhece, de fato, o real significado da palavra justiça. Infelizmente, o princípio de justiça ainda não é bem compreendido pelo povo brasileiro. Isso ocorre porque a palavra *justiça* também é utilizada, pela Língua Portuguesa, para referir-se a órgãos do Setor Judiciário, (Justiça do Trabalho, Justiça Federal, Justiça Internacional, etc...). Essa duplicidade na linguagem ajuda a confundir os cidadãos menos esclarecidos. O cidadão comum precisa saber que justiça é, antes de tudo, um princípio de equidade, de igualdade proporcional; um princípio de sabedoria que deveria ser utilizado pelo Governo e principalmente pelo Poder Judiciário.

O povo brasileiro ainda não conhece adequadamente a importância social e econômica do princípio de justiça. A falta desse conhecimento tem produzido inúmeros equívocos e conseqüentes insatisfações em toda a sociedade. A maioria dos cidadãos conhece apenas duas situações: ser beneficiado ou ser prejudicado. Infelizmente, a Educação Brasileira não nos ensinou a discernir estes extremos e a adotar situações intermédias. É no ponto médio, entre o benefício e o malefício, que encontramos o que é justo para todos.

Em linhas gerais, ser justo é não oprimir nem privilegiar, não menosprezar nem endeusar, não subvalorizar e tampouco supervalorizar. Ser justo é saber dividir corretamente sem subtrair e sem adicionar (sem roubar ou subornar). Ser justo é não se apropriar de pertences alheios e dar o correto valor a cada coisa e a cada pessoa. Ser justo é estabelecer regras claras sem dar vantagem para uns e desvantagem para outros. Ser justo é encontrar o equilíbrio que satisfaz ou sacrifica, por igual, sem deixar resíduos de insatisfação que possam resultar em desforras posteriores.

Nota importante: Para se fazer realmente justiça, o grau de satisfação final de ambas as partes precisa ser igual, mas a medida de cada parte pode ser diferente. Ao alimentar um adulto e uma criança, o tamanho do prato (a quantidade de comida) precisa ser diferente para que ambos fiquem igualmente alimentados (igualmente satisfeitos).

A ausência de uma boa educação, nesse sentido, tem propiciado comportamentos extremistas (ora omissos, ora violentos) por parte da maioria dos cidadãos brasileiros. Até pouco tempo, a maioria das pessoas preferia se calar mesmo diante das inúmeras explorações do nosso dia-a-dia. O maior problema, conseqüente desse tipo de comportamento surge com o decorrer do tempo. A falta de discernimento e de diálogo, para se estabelecer o que é justo e correto, faz o cidadão prejudicado se cansar de ser omissos e partir pra violência (ir direto ao outro extremo). Essas reações têm acontecido até mesmo entre parentes e vizinhos. Por isso, precisamos nos reeducar. Os cristãos, em especial, precisam ensinar o povo a discernir o que é justo e correto. Precisamos fazer com que os cidadãos não se tornem omissos e saibam estabelecer o diálogo ao perceber toda e qualquer injustiça. Se cultivarmos um padrão de comportamento realmente justo, ninguém acumulará motivos para se tornar infeliz, desleal, subornável ou violento.

Em todos os casos de injustiças (profissionais, comerciais, de relacionamento etc.) a pessoa prejudicada deve primeiramente ir até a pessoa injusta e lhe, pedir, que corrija a injustiça. Se não surtir efeito deve levar pelo menos uma outra pessoa para que também dê testemunho (reclame) daquela injustiça. Se, apesar disso, a pessoa injusta não se corrigir, aí então deve levar o caso ao conhecimento das autoridades competentes para que elas determinem a solução. É muito importante entendermos que primeiramente deve haver uma tentativa de diálogo simples e de diálogo com testemunhas (pessoas que também achem a mesma coisa), só depois destas tentativas é que o caso deve ser entregue às autoridades. (Ensinaamentos de Jesus Cristo em S. Mateus cap. 18, vers. 15 a 17).

Por outro lado, as autoridades do Legislativo e do Judiciário precisam agir de forma justa e rigorosa, a fim de que o prévio diálogo, entre as partes conflitantes, seja estimulado e possa apresentar seus bons resultados. A maioria dos políticos brasileiros tem se equivocado na hora de

formular nossos direitos e deveres. Em geral, eles têm feito leis muito tendenciosas e beneficentes (querem passar por “bonzinhos”) quando, na verdade, deveriam ser apenas justos. O Legislativo deveria fazer leis para organizar e disciplinar e não para beneficiar ou prejudicar. Os legisladores deveriam agir de maneira totalmente imparcial (sem se inclinar para nenhum dos lados) em todas as questões sociais e econômicas. Os ensinamentos bíblicos ordenam que, *nem mesmo para favorecer ao pobre se distorça o que é justo*,¹ e que sempre se use o mesmo padrão de peso e de medida para qualquer pessoa, seja pobre, seja rico, seja analfabeto, doutor, mendigo, autoridade, etc. Os nossos políticos precisam entender que é a prática correta do, princípio de justiça, que produz a paz social viabilizando a prosperidade de forma ordeira e bem distribuída.

A ingenuidade das leis brasileiras

Toda lei, formulada de maneira tendenciosa, sem respeitar o princípio de justiça (do tipo beneficente), produz graves efeitos colaterais. Tais efeitos, como descrédito e desrespeito, resultam em desobediência, gerando desordem, estagnação e retrocesso social. Podemos confirmar este fato observando os sinais de trânsito. Se o sinal (semáforo) abre e fecha de forma realmente justa, sem beneficiar a nenhum dos lados, os motoristas respeitam e obedecem a esse sinal. Mas, se o sinal está com a contagem de tempo mal regulada, beneficiando a algum dos lados, a maioria dos motoristas o desrespeita e, mesmo sem má intenção, provocam desordem, engarrafamentos e até acidentes.

Assim acontece também com a maioria das nossas leis. Quando são injustas e tendenciosas elas são desrespeitadas, provocam desordem e ainda estimulam os mal-intencionados. Infelizmente, uma parte dos nossos políticos, principalmente da Esquerda, ainda não enxerga esta realidade. Na hora de formular leis eles gostam de fazer favores e de dar benefícios com o dinheiro alheio. Muitos deles se esquecem de que,

¹ **Bíblia Sagrada** – Levítico, cap. 19, versículo 15. (Frase sintetizada em função das variações de vocabulário das várias traduções existentes no mercado).

quando dão “vantagens” a uma das partes, seja patrão, empregado, sem-terra, proprietário, inquilino etc., a outra parte fica em “desvantagem”. Isso, conseqüentemente, produz indignação e estimula desforras e vinganças posteriores. A maioria dessas desforras leva ambas as partes ao prejuízo fazendo com que todos saiam perdendo.

Por outro lado, a lei e o juízo simplesmente justo, sem paternalismo e sem hipocrisia, conquista o respeito de todos beneficiando, de fato, a toda a sociedade. Somente a lei, realmente justa, que não tende para um lado nem para o outro, estimula os cidadãos a desenvolverem um padrão de comportamento isento de espertezas,² de explorações e de má fé. Isso, por sua vez, é muito bom para uma nação porque a esperteza, a exploração e a má fé, são técnicas ilusórias que têm vida curta e acidentada. As instituições governamentais, empresas privadas e negócios pessoais estabelecidos com injustiças, com espertezas, com explorações e com má fé, são comparáveis a construções sobre areia porque sempre desmoronam nos dias de tempestade (crises, pragas, acidentes, novas concorrências etc.). Mas, os negócios estabelecidos de forma justa, com justiça nos preços, nos salários, nos serviços, nos relacionamentos etc., são comparáveis a construções sobre rocha porque permanecem de pé, mesmo depois de grandes tempestades.

Podemos comprovar esta realidade fazendo simples observações à nossa volta. Mas temos que ser cautelosos e fazer comparações de médio e longo prazo. Avaliações muito imediatistas podem nos deixar confundidos também. Retorno, fácil e rápido, é o que atrai e confunde a maioria dos “*espertinhos*”.

Portanto, desenvolver o sentimento de justiça nos cidadãos brasileiros, ajudando-os a abandonar a omissão, a esperteza, a má fé, a

² **Esperteza** – A palavra esperteza vem sendo utilizada pela mídia brasileira com duas interpretações mais ou menos diferentes. Uma das interpretações é: uso mal-intencionado da inteligência (malandragens). A outra interpretação é: vivacidade e inteligência. Estes sentidos, quase opostos, eu considero uma insensatez que deveria ser corrigida para evitar problemas na educação infanto-juvenil. Por isso, neste livro, a palavra “esperto” e seus derivados são utilizados exclusivamente para indicar: segundas intenções, malandragens, jeitinhos e uso malicioso da inteligência.

ganância e outras técnicas de explorações, é prepará-los para resistirem às normais tempestades da vida. O modelo de conduta justo e correto torna a nação economicamente mais estável e conseqüentemente muito mais próspera. É mais barato e bem mais eficiente cultivar o sentimento de justiça, nos cidadãos brasileiros, do que tentar encabrestá-los com multidões de leis complexas e protecionistas na ilusão de que cegamente obedecerão a todas elas.

Outra questão importante é que na visão de alguns políticos as nossas leis são ótimas mas não são cumpridas. Isso, no entanto, é um grande engano. "*Toda árvore se conhece pelo fruto: se o fruto é bom, a árvore é boa, se o fruto é mau, é porque a árvore é má*", (palavras de Jesus Cristo).³ Portanto, não podemos julgar coisa alguma pela sua aparência ou pela sua intenção, mas temos que avaliá-las pelos seus resultados, pelas suas conseqüências. Logo, se uma lei produz boas conseqüências é porque ela realmente é boa. Mas se ela não produz resultado (ninguém as cumpre), ou se produz más conseqüências (revoltas etc.), é porque a lei é ruim mesmo que teoricamente aparente ser boa. O brasileiro precisa entender que o realmente importante são os resultados (os frutos). Por isso, não podemos confiar em aparências ou em simples teorias.

Até meados do século XX, o povo norte-americano tinha um profundo respeito pela sua Constituição. Naquela época ela era um conjunto de leis que, na prática, produzia ótimos resultados. O povo não a respeitava simplesmente porque era democrática ou porque tinha o nome de *Constituição*, mas a respeitava pelo fato concreto de produzir bons resultados.

No Brasil, algumas leis trabalhistas atuais, demasiadamente paternalistas e tendenciosas, chegam a ser cômicas se analisadas sob o ponto de vista do bom senso ou sob o ponto de vista dos resultados. Nas décadas de 80 e 90, alguns políticos “bonzinhos” criaram leis obrigando o empregador a pagar também as horas de descanso de seus funcionários – mas o resultado foi o oposto do desejado, o salário total começou a diminuir ano-após-ano. Depois, os “bonzinhos” criaram leis para dar

³ **Bíblia Sagrada** – S. Mateus, cap. 7, v. 16 a 20 e cap. 12, v. 33

estabilidade ao trabalhador (por meio de multas e indenizações de demissões) – e mais uma vez o resultado foi o oposto, o trabalhador acabou ficando desempregado ou subempregado. Esses resultados comprovam que quando não damos crédito ao que é realmente justo, e tentamos implantar políticas de benefícios e de vantagens, os resultados vão se tornando totalmente contrários com o decorrer do tempo. Só o que é estipulado de forma realmente justa, para todas as partes, permanece firme e produz bons resultados.

Um exemplo da ingenuidade brasileira, nesta área de leis, é o código de defesa do consumidor que, apesar de ser considerado um avanço, foi um avanço distorcido e aleijado. Se fosse elaborado segundo os princípios de justiça, seria “código dos direitos e deveres de comerciantes e consumidores”. As leis precisam dar, a ambas as partes, o mesmo tratamento para não produzirem efeitos colaterais imprevisíveis e indesejados. As pessoas que se sentem legalmente injustiçadas, acabam inventando formas sorrateiras para fazer sua própria justiça. E assim, a lei que deveria ser para disciplinar acaba provocando mais indisciplina. Em geral, a desobediência disfarçada (o famoso “jeitinho”) gera a necessidade de novas leis para “redisciplinar” o que a própria lei provocou. Este círculo vicioso, em forte crescimento no Brasil desde os anos 80 e 90, eu o chamo de “*inflação legislativa*”. Observe que quanto mais leis tendenciosas o país produz, menos valor elas têm.

Já a lei realmente justa, que apenas organiza e disciplina, sem beneficiar e sem defender nenhuma das partes, põe um ponto final nas questões permanecendo por muito e muito tempo.

Se observarmos o funcionamento da Natureza, vamos perceber que os legítimos direitos são conseqüências de deveres cumpridos. Na verdade, não existe direitos sem os respectivos deveres. Na agricultura, por exemplo, se desejamos o direito de colher temos que cumprir com o dever de plantar. Se não cumprirmos com este dever, certamente não haverá o que colher.

O exemplo acima pode ser óbvio demais, mas a sociedade brasileira tem cometido erros por demais óbvios também. Observe que todo código, só de direitos, é irreal, improdutivo e estimula “jeitinhos” e

deslealdades. Portanto, em vez de códigos de defesa ou códigos de exploração, temos que elaborar *códigos de justiça*, códigos imparciais que reúnam o par, direitos e deveres, em cada área social. Precisamos semear justiça e solidariedade entre toda a sociedade. Inventar “direitos”, desenvolvendo conflitos e disputas entre cidadãos e instituições, não vai ajudar o Brasil a se desenvolver. O mais provável é que estimule as “espertezas”, as injustiças, corrupções etc...

O brasileiro precisa saber que os países que levaram a sério a educação cristã, considerando os verdadeiros princípios de justiça, são países conhecidos de todos e normalmente têm bons empregos para a maioria dos seus cidadãos. Inclusive, muitos desses países dão emprego a inúmeros imigrantes do mundo inteiro. No entanto, os países que não têm dado muito crédito ao ensino cristão, preferindo usar de espertezas e de filosofias próprias (filosofias atéias ou pagãs) vivem freqüentemente em crises econômicas e com elevados índices de desemprego. O ideal é cada cidadão fazer sua própria pesquisa a respeito deste assunto. Observe os países ao redor do mundo e compare o tipo de educação, de cada país, com os resultados de prosperidade e de paz social que eles têm alcançado. (Não se esqueça que a cultura e a educação de qualquer povo normalmente se baseia na sua crença religiosa, ou descrença religiosa).

Os artistas brasileiros poderiam sair da contramão cultural e dar uma contribuição de melhor qualidade à nossa nação. Precisamos estimular os cidadãos a abandonarem a mania subdesenvolvida, de gostar de “levar vantagem em tudo”, e cultivarem a mania, desenvolvida, de gostar de fazer e receber justiça em tudo. A sociedade precisa saber que a vantagem que se leva hoje se transforma no prejuízo de amanhã, mas a justiça que se pratica hoje se transformará no lucro de amanhã.

A população brasileira precisa compreender, também, que o princípio de justiça deve ser cultivado e exigido sempre e sempre, até nos centavos dos trocos, em supermercados, ônibus, pedágios etc... Não podemos deixar nenhum espaço para o surgimento e o crescimento das “espertezas” e da conseqüente proliferação dos injustos, dos demagogos, dos vigaristas e dos opressores.

Lembrete aos Juízes brasileiros

Os juízes precisam descobrir porque que nos países desenvolvidos costuma-se dizer que aqui, no Brasil, não existe justiça. Descubram, se manifestem e corrijam esta situação. Uma sociedade que deseja justiça, de forma social, ou seja, justiça que considere a todos como sócios de uma mesma nação, tem que saber que a violência realmente não produz bons frutos, mas a omissão e a covardia, muito menos ainda. Portanto, antes de sair à procura dos violentos para encarcerá-los, é preciso encarcerar primeiro os enganadores, os injustos, os corruptos, os omissos e os covardes, para que os violentos, vendo uma luz de justiça no país, cessem as violências. As pessoas de bem, do Judiciário brasileiro, não podem se conformar em continuar submetendo o povo a leis elitistas, leis tendenciosas ou leis pagãs. Alguém precisa erguer a voz e incentivar a adoção de normas e leis justas e decentes no Brasil. Os juízes precisam entender que fazer críticas ao sistema não é pecado, aliás, toda crítica, verdadeira e sensata, é sempre construtiva e benéfica a qualquer sociedade.

CAPÍTULO 4

3º Pilar: CONCEDER LIBERDADE

A liberdade moderada é um dos principais fundamentos da cultura cristã. Conceder liberdade aos cidadãos é a forma mais eficiente para evitar explorações e opressões em qualquer sociedade. A liberdade é considerada também uma das raízes da justiça. Sem ela ninguém consegue enxergar com clareza o que é justo e o que é injusto. É num ambiente de liberdade que se consegue estabelecer igualdades de condições, e de oportunidades, que possibilitam resultados realmente justos em qualquer atividade, seja econômica, seja social.

Parece que a Democracia é o sistema (regime) de organização social mais eficiente para se cultivar e se praticar a liberdade de agir e de reagir, e a liberdade de comunicação e expressão. Estas liberdades estimulam autocorrekções que ajudam a acelerar o desenvolvimento de uma nação. No entanto, a Democracia não é a mãe da liberdade, é apenas uma ferramenta que bem usada facilita a preservação do estado de liberdade. Ao contrário do que muitos brasileiros pensam, a Democracia não tem poder de evolução, ela tanto pode ajudar a prosperar como pode também ajudar a arruinar. Um povo sábio e bem informado usa a Democracia para se livrar dos vigaristas, e fazer prosperar o país. Mas um povo ingênuo e mal informado, permite que os demagogos e os vigaristas controlem a Democracia e destruam o país.

O real motivo dos Estados Unidos terem sido um dos países mais bem-sucedidos do século XX, não estava fundamentado na sua Democracia, mas sim no fato de ter sido, por longo tempo, uma nação de educação genuinamente cristã. A Democracia é um bom instrumento de liberdade, mas não é o fator determinante. A Grécia, por exemplo, que é tida pela maioria dos historiadores como berço da Democracia, perdeu a liberdade várias vezes no último século, resultado de invasões, de

guerras civis e de ditaduras militares: a mais recente de 1967 a 1974.¹ (Uma situação pior que a brasileira, e que demonstra que o simples fato de conhecer ou praticar democracia não garante a preservação do estado de liberdade)².

Portanto, precisamos considerar a Democracia como um bom instrumento social, e não como a mãe de todas as soluções. Porque, se assim fosse, a nossa Democracia dos anos 60 não teria resultado numa revolução militar. É obvio que se houve uma revolução foi porque alguma coisa não andava muito bem. Além disso, democratizar não é misturar crianças com adolescentes e com adultos. A Democracia não tem como objetivo igualar estas três diferentes fases do ser humano. A idéia central da democracia é igualar o direito, à opinião, das diferentes classes sociais.

Numa democracia desenvolvida todos os cidadãos exerçam a mesma influência política independentemente de posição social. Na prática, o sistema democrático tem como objetivo evitar que o poder econômico domine o país e oprima os mais pobres. (Uma realidade que as lideranças brasileiras não têm dado o devido enfoque).

Em nenhum lugar do mundo, a Democracia tem como propósito igualar opinião de adultos com opinião de adolescentes, como tem acontecido ultimamente no Brasil. Colocar na mesma urna, o voto de um adolescente de 16 anos e o voto de um adulto de 50 anos não é democracia. É insensatez e desrespeito à vivência e à experiência humana. A Democracia visa minimizar as diferenças sociais e não as diferenças de idade. Tais diferenças são imposições da natureza e conseqüentemente precisam ser respeitadas. Os próprios adolescentes não entendem esta

¹ “Grécia” – Almanaque Abril 98, p. 403

² “Genuinamente Cristã” – Ultimamente a educação norte-americana não merece mais tal qualificação. Depois que começaram a endeusar a “liberdade”, os americanos abriram as portas para o feminismo, para o homossexualismo e outras práticas pagãs totalmente contrárias à orientação cristã. As conseqüências deste desvio cultural já estão sendo notadas por todo o mundo. Se o povo americano não corrigir esse desvio cultural, certamente se tornará alvo de duro castigo divino.

insensatez brasileira de “cidadania precoce”; uma invenção perigosa que, infelizmente, facilita a eleição dos maus políticos e dos manipuladores da adolescência e da juventude.

Portanto, seria mais prudente fazer o contrário e elevar a idade mínima do voto para 21 anos, de modo a atribuir maior respeito à experiência humana e maior responsabilidade para com o destino do país. O povo brasileiro ainda está em fase de desenvolvimento e, conseqüentemente, sujeito a inúmeros vigaristas e enganadores (pessoas que manipulam a imaturidade dos adolescentes visando apenas benefício próprio). Precisamos de um pouco mais de prudência no trato dessa questão. Não podemos deixar a nação se afogar no caos e na desordem, como já aconteceu no passado. É importante nos conscientizarmos de que, o realmente útil e produtivo, numa Democracia, é o livre direito de opinar e de fazer oposição (de criticar e de apontar erros), e não o direito imaturo de votar. O excesso de direitos, inventado no Brasil, pode estimular nossos adolescentes a se tornarem prepotentes, desrespeitadores e inconseqüentes.

Para facilitar a compreensão dos efeitos da liberdade em uma sociedade, vamos analisá-la em duas partes distintas: primeiramente a liberdade de agir e de reagir, e depois a liberdade de comunicação e expressão.

Liberdade de agir e reagir e suas conseqüências

Os povos desenvolvidos sabem que o direito de agir, criar, inventar, fazer ou desfazer, com liberdade, é pessoalmente prazeroso e estimula o desenvolvimento social e econômico. Além disso, conceder liberdade é a maneira mais segura para estimular justos relacionamentos entre os mais diferentes seguimentos de uma sociedade — seja entre patrões e empregados, produtores e consumidores, inquilinos e proprietários, cidadãos e governantes, etc.

A liberdade, quando bem dosada (esclarecimentos detalhados mais adiante) é sempre mais eficiente do que qualquer regra, unilateral, imposta por uma das partes ou pelo próprio governo.

A simples liberdade de negociar condições de trabalho, de preço, de moradia, etc., aumenta o respeito entre as pessoas gerando soluções criativas e eficientes. Isso acontece porque o ser humano é dotado de um sistema de defesa, natural, que o faz reagir em defesa própria ao perceber que está sendo explorado.

Nos países onde a liberdade de agir e de reagir é reprimida, ou substituída por leis protecionistas (aparentemente benéficas como ocorre no Brasil), esses bons resultados já não são plenamente alcançados. O excesso de proteção, do Estado, diminui as reações do sistema de defesa humano tornando os cidadãos acomodados e, conseqüentemente, mais sujeitos a explorações e opressões. Além disso, as “amarras da lei” (nas relações comerciais, trabalhistas, etc.) provocam desânimo, ineficiência e geram prejuízos para ambas as partes. Em geral, um lado fica no prejuízo porque não recebe o justo valor do trabalho (ou do produto); o outro fica no prejuízo porque não recebe um trabalho (ou um produto) de boa qualidade.

Para minimizar esse tipo de problema, o governo brasileiro deveria reduzir os vínculos trabalhistas, comerciais, etc., aos níveis mínimos possíveis. Isso estimularia a liberdade de iniciativa por ambas as partes e, conseqüentemente, propiciaria relacionamentos bem mais justos. Esse é um dos motivos pelo qual precisamos flexibilizar nossas leis, de tal maneira que se alguém estiver sendo explorado, ele se sinta livre para se desvincular da exploração (se libertar do explorador). Se, por outro lado, alguém vê possibilidades de lucro em uma determinada atividade, ele se sinta igualmente livre para se vincular a essa atividade sem ser impedido por restrições “legais” de qualquer natureza.

O controle de preços, por parte do governo (nos combustíveis, nos alimentos, remédios etc.) também prejudicam a sociedade. O tabelamento indevido força os produtores a desenvolverem “jeitinhos” (“invisíveis” aos olhos do consumidor) para tentar compensar eventuais

aumentos de custo. Em geral, os “jeitinhos” mascaram a realidade e atrasam o desenvolvimento do respectivo setor, prejudicando, por fim, produtores e consumidores. É especialmente por isso que precisamos dar um pouco mais de crédito à liberdade na nossa sociedade. Precisamos acreditar mais no ser humano e na sua capacidade de praticar o bem, de se defender e de gerar soluções. As próprias conseqüências de cada iniciativa, já funcionam como fator de disciplina, de autocontrole e de justiça quando a legislação admite liberdade de agir e de reagir. Ao governo cabe a missão de fornecer igualdade de oportunidade para que as pessoas tenham meios de praticar a liberdade num clima de total transparência.

Na década de 90, o paternalismo público foi parcialmente combatido com a economia de mercado, com a livre negociação e com a valorização da concorrência. Parece que já estamos no caminho correto. Entretanto, não podemos sair de um extremo (de paternalismo público) e irmos diretamente para o extremo oposto (liberdade absoluta e irrestrita) num país ainda em desenvolvimento. Temos que adotar uma medida moderada para não ampliarmos ainda mais os problemas sociais. Precisamos nos conscientizar de que a estabilidade e o equilíbrio são obtidos a partir da moderação e do bom senso; nunca do extremismo.

Para compreender a melhor forma de dosar e de administrar a liberdade, numa sociedade, temos que entender primeiramente o efeito, oposição, e suas finalidades e objetivos. Veja os exemplos a seguir:

— *No campo da física Isaac Newton descobriu que para toda força de ação existe uma equivalente força de reação que lhe faz oposição, (3º princípio de Newton). Este efeito impede movimentos caóticos entre os corpos (entre a matéria) estabelecendo ordem e equilíbrio.*

— *No campo da política é normal e necessário a existência de partidos de, oposição, para detectar e apontar erros. Esta combinação, de executor e opositor, impede que os governos se tornem muito autoritários ou muito displicentes.*

— *No campo religioso sabe-se que o diabo (o predador da humanidade) exerce uma força espiritual opositora, a qual Deus permite, porque serve para depurar³ e aperfeiçoar os seres humanos.* (Obs. Não se assuste, mesmo não sendo o objetivo deste livro, este assunto será melhor esclarecido num capítulo mais à frente).

— No campo da tecnologia existe a bobina elétrica e o condensador, fazendo-lhe oposição, para produzir estabilidade e equilíbrio (ressonância, filtro, etc.). Na mecânica ocorre a mesma coisa. O ideal é que onde existe uma mola (permitindo liberdade de movimento) exista também um amortecedor fazendo-lhe a devida oposição para garantir estabilidade e equilíbrio, (suspensão dos automóveis, motos, etc.).

Portanto, o *efeito oposição* não é um simples empecilho nem meramente destrutivo. Em geral, a oposição, na medida certa, funciona como amortecedor de imperfeições. Logo, a liberdade também precisa ser acompanhada de mecanismos de oposição para amortecer os excessos e produzir estabilidade política, social e econômica.

Hoje, os Setores do Judiciário são os órgãos responsáveis pela oposição e amortecimento da liberdade de agir e reagir. Eles utilizam, para isso, as leis e os códigos de defesa. O problema é que existe interferência, em demasia, nas relações sociais em geral tornando o efeito “oposição” muitas vezes maior que o necessário. Já no caso da liberdade de comunicação e expressão, ocorre o contrário, sobra liberdade e não tem nenhum órgão de oposição.

Liberdade de expressão e suas consequências

Com certeza a liberdade de comunicação e expressão é muito boa e para o nosso bem, da mesma forma que comer, adoçar, temperar, trabalhar, descansar, etc... No entanto, não podemos esquecer que, se exagerarmos em qualquer uma destas coisas, elas tornam-se prejudiciais e danosas. Tudo o que é bom, só produz o bem quando administrado na boa medida. Além deste detalhe, alguns políticos brasileiros têm se

³ “**depurar**” – purificar, aperfeiçoar, selecionar, retirar impurezas.

equivocado ao confundir a liberdade cristã (de expressar pensamentos e opiniões), com a libertinagem pagã (de fazer qualquer coisa em qualquer tempo e em qualquer lugar).

Os países que conseguiram chegar ao Primeiro Mundo praticavam a liberdade de expressar pensamentos e opiniões, mas respeitavam o limite ético, moral, decente e ordeiro. Tal liberdade é benéfica à sociedade porque dá direito a apontar erros, reclamar, sugerir, denunciar, criticar ou apoiar. Mas, no Brasil, a partir dos anos 90 uma liberdade de comunicação e expressão, muita além da boa medida, vem produzindo efeitos colaterais bastante nocivos. A omissão da sociedade, nesta questão, tem propiciado comportamentos cada vez mais irresponsáveis por parte das empresas de comunicações (especialmente rádio e TV).

Na década de 90, época em que este livro foi originariamente elaborado, a maioria dos programas de TV baseava-se na exploração da irreverência, da violência, do ódio, do prazer inconseqüente, da infidelidade conjugal, da nudez e do sexo segundo a forma pagã (qualquer um faz com qualquer um). Os seriados e as novelas eram feitos sem nenhum respeito à boa educação e à boa formação da infância e da juventude. Estes fatos aconteciam porque o mercado de informação, notícias e entretenimento, é o único mercado que não possui órgãos públicos para fiscalizar suas atividades.

O maior problema, conseqüente da ausência de um órgão de “oposição” (órgão de fiscalização) aos veículos de comunicações, está no fato de que os atuais excessos induzem os adolescentes a se aproximarem das drogas, da depravação sexual, de “heróicas” violências, de roubos e assaltos (motivados pelo consumismo precoce) e de outras irracionalidades como temos visto freqüentemente nos noticiários. São muitas desgraças que vão de bárbaros homicídios, como o caso do índio de Brasília, em 1997, a inúmeros estupros (até mesmo em família) estimulados ou induzidos pelas freqüentes cenas eróticas na TV.

Infelizmente, a Televisão brasileira tem estimulado comportamentos que levam às graves enfermidades sexuais, a traições conjugais e desilusões que muitas vezes levam alguém para a morte. Talvez, o pior de tudo, seja o fato de adolescentes estarem gerando filhos bastardos,

desprezados e até lançados nas lixeiras públicas. Esta realidade tem assustado significativamente a família brasileira. A maioria ainda não compreende ao certo a causa de tantas aberrações e tragédias, mas já anda desconfiada do exagero da liberdade de expressão principalmente na TV. (Um exagero que, inclusive, vem gerando grandes equívocos no campo dos valores humanos e sociais).

Veja que a dança e a nudez, por exemplo, atualmente muito estimuladas pela TV, nunca foram sinais ou evidências de desenvolvimento. Na verdade, é totalmente o contrário. Basta olharmos para algumas civilizações passadas, e para os países e povos mais pobres do mundo atual, para constatarmos que o excesso de dança e a nudez são indicadores de subdesenvolvimento. Isso, entretanto, não quer dizer que a falta de dança e o excesso de vestimentas indiquem o contrário. Na realidade, o desenvolvimento e o progresso estão ligados ao bom senso e à moderação e não ao pouco nem ao excesso.

Análise e reflita sobre o fato relatado a seguir e chegue você mesmo às suas próprias conclusões: No quadro “Aqui se fala português”, do programa “FANTÁSTICO”, de 13 de setembro de 1998, a Rede Globo de televisão apresentou uma reportagem sobre Moçambique. Na reportagem, jovens seminus exibiam danças sensuais até que atraíram estranhas convulsões sobre si. Tais convulsões, ou transe espirituais como dizem algumas pessoas, nunca produziram nenhum bem a nenhuma sociedade do mundo. Parece que não é por acaso, e nem sem motivo, que “Moçambique é uma das nações mais pobres do mundo”⁴. De acordo com dados estatísticos publicados pela ONU, na década de 90 Moçambique tinha uma renda per capita de apenas US\$ 80, o que era 59 vezes menor do que a renda per capita brasileira.

Alheia a esta realidade, a mídia brasileira vem faturando alto com a exploração da irreverência, do sensualismo e da dança pagã, sem se dar conta deste grande mal que semeia na nação. A irreverência e a sensualidade são duas sementes muito “bonitinhas”, porém, de con-

⁴ **Moçambique** – Almanaque Abril 98, p. 538; 463

seqüências extremamente malignas ao longo do tempo. Estas duas sementes, depois de germinadas, resultam em violências e desgraças que contribuem para consolidar um estado de desordem e de miséria. Os povos desenvolvidos cultivam a reverência e a decência porque já conhecem os maus resultados da irreverência, da sensualidade e principalmente de certas danças ofertadas a “deuses”.

Portanto, se continuarmos fazendo “vista grossa” aos retrocessos “culturais” (que estão em crescimento na nossa sociedade), e concordarmos, estaticamente, com a proliferação da irreverência, do sensualismo, da dança imoral e da nudez, na TV e nos outros veículos de comunicação, estaremos concordando, na verdade, com a proliferação e o aumento do subdesenvolvimento e de todas as suas amargas conseqüências sociais. Infelizmente, tais conseqüências não tardarão a nos dominar, via “vírus mentais”,⁵ se não tomarmos logo providências corretivas.

O povo brasileiro sempre concordou com a utilização de órgãos governamentais para fiscalizar e controlar a qualidade dos alimentos que nós consumimos (SIF S.E.S, INMETRO, PROCON, e outros). Todos concordam com essa fiscalização porque ela tem a finalidade de preservar a boa saúde de toda a população. A Bíblia, no entanto, vai muito além das preocupações com a saúde física. A Bíblia esclarece que as eventuais contaminações, que entram em nós, pela boca, através dos alimentos, causam-nos um dano relativamente pequeno – *“porque não nos entra no coração, mas na barriga, e é lançado fora,”* (palavras de Jesus Cristo em S. Marcos 7:19). Mas, os danos causados pelas más

⁵ **Vírus mentais** – Defino desta forma o que algumas pessoas chamam de espírito encarnador ou caboclo, e outras pessoas chamam de demônio. Defino-os como vírus do “software humano” apenas para facilitar a compreensão deste maligno fenômeno. Na verdade, tais “vírus” se hospedam na mente humana influenciando, dominando e algumas vezes produzindo transe e convulsões. O Primeiro Mundo já erradicou esses “vírus predadores” das suas sociedades. Usou para isso as técnicas cristãs (higiene espiritual lenta, ou exorcismo de impacto). O Terceiro Mundo, no entanto, ainda está infestado deste problema. (Um problema de constatação delicada e de interpretação polêmica porque o seu tratamento se faz em igrejas, e não em hospitais).

comunicações e expressões, que entram em nós pelo ver e pelo ouvir, produzem conseqüências muito mais graves que as produzidas pelas impurezas dos alimentos.

As contaminações que entram em nós, via comunicações e expressões, vão direto ao “coração”, alterando o nosso comportamento e inclinando-nos para o ilusório, para o inútil e para o mal:

Pois é do interior do coração dos homens, que procedem os maus pensamentos, as prostituições, os furtos, os homicídios, os adultérios, a cobiça, a maldade, o dolo, a libertinagem, a inveja, a blasfêmia, a soberba, a insensatez; todas estas más coisas procedem de dentro e contaminam o homem, (palavras de Jesus Cristo em S. Marcos cap. 7. 21).

Observe que um alimento estragado produz uma diarreia e normalmente logo passa. Mas, uma comunicação e expressão “estragada” (mentirosa, manipuladora, ilusória, obscena, depravada, etc.) produz conseqüências de vida que algumas vezes nem o tempo consegue apagar.

A maioria dos brasileiros conhece o hipnotismo, e sabe que, com simples palavras, ou gestos, um hipnotizador transforma uma pessoa comum em um escravo. A hipnose tem o poder de fazer uma pessoa comer cebola achando que é maçã. (Uma demonstração clara e inegável de que, apenas pelo ver ou pelo ouvir, os seres humanos podem ser profundamente influenciados.) Então não é sem razão que a maioria dos povos desenvolvidos, do chamado Primeiro Mundo, inclusive o Japão que não é oficialmente cristão, possuíam recursos de fiscalização ética e moral aos veículos de comunicação. O objetivo era fazer oposição aos exageros, de modo a eliminar a parte nociva que pode se manifestar via liberdade de comunicação e expressão. Nós, brasileiros, não somos mais sábios do que esses povos. Por isso, precisarmos também de uma fiscalização ética e moral sobre os nossos veículos de comunicação. Esta é, na verdade, a maneira mais eficiente de proteger a criança e o adoles-

cente de virem a sofrer deformações de comportamento que possam comprometer seu futuro e o futuro do país.

Atualmente algumas instituições brasileiras fiscalizam o peso, a medida, o conteúdo e até o rótulo dos produtos oferecidos nos nossos supermercados. Então, por que não fiscalizar também o conteúdo que a televisão nos oferece?... (Inspecionando se o que se diz é verdadeiro, se não há falsificação, distorção, se não é ilusório, se não produz efeitos alucinantes nos telespectadores, se é adequado para a infância, a adolescência, etc.).

Sabemos que, no Brasil, falar em censura ainda lembra ditadura militar, o que assusta a muita gente que confunde censura ética e moral com censura política. No entanto, a censura política é característica exclusiva das ditaduras e normalmente não se aplica às Democracias. O que está sendo colocado aqui é a necessidade de uma censura, ética e moral, para proteger a infância, a adolescência e a família brasileira. As cenas e informações que podem ser úteis e benéficas a um adulto, podem, entretanto, serem maléficas a uma criança. Logo, temos que fiscalizar a qualidade, a moralidade e a veracidade, além de exigirmos claras diferenciações de horário e de idade.

Se você ainda não percebeu que isso é uma necessidade, real, então observe que apesar da água ser uma das substâncias de maior importância, para o ser humano, ainda assim é também o meio onde mais se proliferam os germes, os fungos, as larvas de mosquito, etc. Todos sabemos que tanto a água quanto a liberdade são de extrema importância para uma sociedade. É exatamente por isso que, ambas, precisam ser constantemente inspecionadas e filtradas. Precisamos filtrá-las diariamente para eliminar as impurezas produtoras de doenças físicas (no caso da água), e de doenças comportamentais (no caso da liberdade). Ser contra a censura ética e moral, dos veículos de comunicação, é a mesma coisa que ser contra a filtragem da água que nós consumimos. Portanto, a sociedade precisa tomar alguma atitude com relação a esta questão.

Lembrete aos Deputados brasileiros

Os proprietários e diretores dos veículos de comunicação não têm muitos motivos para querer reverter esse quadro. Eles são comerciantes e estão de olho no lucro da forma mais fácil possível. Portanto, cabe aos senhores políticos tomarem tal iniciativa para administrarmos, com ética e decência, a liberdade de comunicação e expressão. A tão badalada capacidade brasileira de desfazer limites, de destruir limites não é vantagem para ninguém. O desrespeito, a isso ou àquilo, está ao alcance de qualquer povo subdesenvolvido. Aliás, desrespeitar limites éticos e morais é uma atitude que normalmente aumenta o subdesenvolvimento. Já a capacidade de estabelecer corretos limites, é uma característica de povo em rota de evolução e é este caminho que devemos trilhar. Os cristãos, em especial, esperam que os senhores deputados e senadores intervenham com coragem e patriotismo. Considerem e aperfeiçoem a sugestão de censura democrática que está sendo proposta no final deste livro (cap. 14).

Lembrem-se que povo sem limites éticos e morais, é povo pagão; é povo que não sabe diferenciar o certo do errado; é povo que, querendo ser tudo, acaba não sendo nada e ainda se autodestrói com o decorrer do tempo.

CAPÍTULO 5

4º Pilar: RESPEITAR E AMAR O PRÓXIMO

A maioria do povo brasileiro ainda não conhece o significado correto da expressão “*amar o próximo como a si mesmo*”. O mau uso da palavra, *amar*, pela nossa arte e pela nossa mídia, que insiste em relacioná-la tão freqüentemente ao namoro e ao sexo, acaba nos confundindo. No entanto, mesmo antes da era cristã, amar era se relacionar com total igualdade de consideração, sem superioridade ou inferioridade e com tolerância às normais falhas e diferenças dos seres humanos.

Amar o próximo (na sua definição mais simples) *é não lhe fazer coisas que nós não gostamos que sejam feitas conosco, e só fazermos o que concordarmos com que também sejam feitas conosco*. O que nós não gostamos de receber, o nosso semelhante também não deve gostar. Se respeitarmos essa regra, nos tornaremos cooperadores um do outro ao invés de destruidores, um do outro, como tem acontecido tão freqüentemente na nossa sociedade. Portanto, precisamos cultivar o amor fraternal para colhermos boa convivência pessoal, familiar e social.

Uma outra questão muito importante também, e que precisa ser esclarecida é que os seres humanos podem ser corrigidos, disciplinados ou recuperados, por intermédio de dois métodos diferentes: O primeiro método é o do “*olho por olho e dente por dente*” (justiça rígida), e o segundo é o de “*dar a outra face*”¹ (amor e compreensão). O primeiro método é mais apropriado durante a fase educativa, isto é, durante o período em que a pessoa em questão ainda está em fase de aprendizado. Nesta fase, a justa, punição, induz as pessoas (crianças, jovens ou

¹ “*Dar a outra face*” – Uma análise detalhada, da Bíblia Sagrada, demonstra que Jesus Cristo não aboliu o primeiro método (do “olho por olho...”). Na verdade, Ele apenas acrescentou um segundo método mais eficiente e mais adequado para determinadas situações, especialmente quando tudo parece perdido ou o confronto é iminente.

mesmo adultos) a enxergarem seus erros e recomeçarem novamente. Entretanto, se já tiver transcorrido o adequado período educativo, a punição, ainda que justa, pode produzir ódio e revolta por incapacidade de entendimento da pessoa “mal formada”.

Portanto, após a fase educativa a punição já não funciona mais. Nesses casos, só o amor consegue recuperar o que já estiver perdido (se ainda houver recuperação). Observe que quando uma pessoa má (ou mal formada) comete um erro e recebe uma palavra de amor e compreensão, ao invés de uma punição, ela fica envergonhada e é induzida a meditar sobre a respectiva questão. Esse momento de vergonha e meditação abre espaço para arrependimentos e uma possível recuperação, que pode reverter todo tipo de mau comportamento. No entanto, existe também um problema: se a técnica do amor e da compreensão for utilizada indiscriminadamente, durante a fase educativa, ela pode induzir os mais rebeldes a se tornarem insensíveis e sem-vergonha. Por isso, devemos usar de justiça rígida para educar, e de muito amor e compreensão para reeducar e recuperar.

É importante entendermos, entretanto, que o sentimento de amor não nasce do nada, não nasce de si mesmo, ele só nasce quando se tem verdadeiro esclarecimento e pleno entendimento sobre a respectiva situação ou pessoa em questão. Na verdade, o amor se cultiva com boa educação², muita informação e adequados esclarecimentos, humanos, sociais e religiosos. Povo sem informação, sem discernimento da verdade e sem temor a Deus, dificilmente consegue desenvolver o verdadeiro amor ao próximo.

A origem dos preconceitos

A complexidade da real origem dos preconceitos é uma das grandes dificuldades que o ser humano enfrenta para entender como respeitar e como amar o próximo de forma sensata. Por isso, vamos fazer um pequeno estudo sobre esse assunto no decorrer dos próximos parágrafos.

² **Boa educação** – Educação que ensine verdades sobre ética, moral, civismo, justiça e amor ao próximo.

Os preconceitos podem ser divididos em dois segmentos: um segmento é maléfico à sociedade e o outro benéfico. O segmento maléfico é constituído de preconceitos que resultam em injustiças, e que são baseados unicamente nas aparências e na empatia. Já o segmento benéfico é constituído de preconceitos que estabelecem a prudência e são baseados em estatísticas reais, nos ensinamentos de Deus ou no instinto humano de autoproteção. Em geral, os preconceitos benéficos são contra doenças contagiosas, imoralidades, comportamentos degradantes, pessoas violentas, drogados, bêbados, más companhias etc. É muito difícil estabelecer o limite correto entre preconceito maléfico e preconceito benéfico. Por isso, a liberdade de interpretação pessoal deve ser sempre respeitada. O povo brasileiro ainda tem muito que aprender sobre relacionamentos construtivos e relacionamentos destrutivos.

É importante entendermos, também, que cultivar o amor ao próximo não implica em exterminar preconceitos da nossa sociedade. Tentar destruir preconceitos à força não é amar o próximo. Na verdade, é cultivar o paganismo e deixar entrar todo tipo de sujeira comportamental na nossa sociedade. No paganismo, tudo é permitido e nada é considerado errado.

Na década de 90, supostos defensores de direitos humanos (agindo como defensores de “anomalias humanas”) deformaram a palavra *preconceito*, a palavra *amor*, a palavra *cultura* e algumas outras. Parece que a intenção era confundir o significado destas palavras abrindo caminho para oficializar práticas pagãs na sociedade brasileira. Na realidade, tudo o que tais pessoas queriam era estimular o homossexualismo, a infidelidade conjugal, os rituais satânicos, a prostituição em diversos níveis e outros comportamentos degradantes e imorais justificando-os como festivos e culturais.

Infelizmente, uma parte da mídia vem usando uma máscara de amor ao próximo para condenar as discriminações de caráter preventivo e apregoar a indiscriminação total e generalizada. Essas pessoas, de ideais utópicos e estranhos, têm atribuído conotações exclusivamente pejorativas, à palavra preconceito, para desmoralizá-la e destruir seu efeito

preventivo (o lado benéfico). No fundo, querem semear “ervas daninhas” em nosso meio e contaminar a nação com hábitos pagãos.

Ao contrário do que tais pessoas têm apregoado, tudo o que não devemos fazer, nesta área, é praticar a discriminação injusta e precipitada, contra o nosso próximo, seja ele quem for ou quem quer que aparente ser. No entanto, fazer uso de conceitos concebidos de maneira prévia, porém comprovados estatisticamente ou orientado por Deus através da Bíblia, é um direito legítimo porque faz parte do nosso sistema de defesa; todo cidadão deve ter a liberdade e o direito de fazê-lo sempre que achar necessário.

A estrutura biológica humana também faz uso de preconceitos (de anticorpos) para se defender de vírus e bactérias caracterizados como nocivos. Em geral, os anticorpos repudiam os invasores antes que se multipliquem e contaminem todo o corpo (um efeito preventivo de origem natural). A medicina avançada também produz vacinas para desenvolver preconceitos biológicos (do sarampo, da poliomielite, do tétano e de várias outras doenças consideradas infecto-contagiosas). O objetivo é deixar o sistema imunológico preparado para quando o vírus nocivo chegar, o corpo, já vacinado (previamente avisado), esteja prevenido e se defenda antes que o vírus se multiplique e cause maiores problemas. Portanto, o preconceito por si só não é sinônimo de sub-desenvolvimento. Na verdade, quando bem usado é sinônimo de prevenção e de prudência. A maioria dos povos civilizados e prósperos desenvolveu-se fazendo separação entre o certo e o errado e o bem e o mal. E, o preconceito, quando fundamentado em experiências reais ou nos ensinamentos de Deus, é um método preventivo que se antecipa ao erro e ao mal evitando a disseminação de maus hábitos e a conseqüente destruição da sociedade.

Se desejamos combater o preconceito injusto, e a discriminação indevida, a solução não é impor igualdade mascarada e fictícia por intermédio de leis. A solução é admitir e esclarecer as diferenças, as aparências e as realidades, para que o sistema de defesa humano as compreenda e não rejeite o que for normal e saudável. Tentar impor qualquer tipo de igualdade, por força de lei, é semear a falsidade, a hipocrisia, o desrespeito e a violência. Na verdade, amar, não é simples-

mente compreender, tolerar e querer bem ao próximo. Amar o próximo é também ter a coragem de repreendê-lo e corrigi-lo para que se torne bem-sucedido como ser humano e cidadão.

Já é hora de compreendermos que a liberdade pacífica, de praticar o justo e fundamentado preconceito (o benéfico), é mais útil a uma nação do que a proibição de usar a intuição humana e o prévio conceito como medida preventiva. Só as pessoas inconseqüentes, ou muito inocentes, é que entendem que devemos considerar todo mundo em igualdade absoluta e irrestrita (sejam sadios, doentes, crianças, homossexuais, estupradores, prostitutas, gente de bem, ladrões, aidéticos, etc.). No entanto, as pessoas sensatas e equilibradas, que se preocupam com o futuro da humanidade e que sabem dosar o amor com a disciplina, enxergam a necessidade da moderação nestas questões. Precisamos respeitar o comportamento de cada pessoa segundo seu merecimento individual. Temos que levar em conta o risco de boa ou de má influência que cada um ofereça.

A maioria dos preconceitos tem como principal origem a educação religiosa, principalmente a cristã. Portanto, condenar preconceitos é condenar as religiões. A questão é: como poderíamos condenar o Cristianismo se a maioria dos países desenvolvidos são países cristãos, e se desenvolveram respeitando os preconceitos ensinados na Bíblia?

As idéias de pluralismo e de total igualdade, que estão circulando pelo Brasil desde a década de 90, não são idéias novas. Na verdade, são conceitos pagãos já utilizados, no passado, por vários povos subdesenvolvidos. Tal preocupação brasileira, de combater preconceitos, é compreensível porque o excesso de preconceitos pode realmente retardar a evolução de uma sociedade. Entretanto, a ausência de preconceitos (o paganismo) pode destruir uma sociedade.

Infelizmente, a maioria do povo brasileiro ainda não sabe o que é paganismo. E, o desconhecimento desse assunto tem dificultado a compreensão de certos fenômenos econômicos e sociais. Por isso, vamos tentar esclarece-lo da melhor maneira possível.

O que é Paganismo?

Antes da era Cristã, há dois milênios, praticamente todos os povos eram pagãos (também chamado por alguns dicionários de “gentios”). Tal padrão de comportamento era consequência da desinformação e da sobreposição do lado irracional sobre o lado racional. (Era como se o corpo “animal” prevalecesse sobre a mente educacional, ou seja, a carne prevalecia sobre o espírito.) Por isso, em algumas regiões eram comuns a promiscuidade, as orgias, as idolatrias e as inúmeras violências. A maioria do povo ainda não conhecia uma educação decente e social procedente do Criador.

Infelizmente, nos anos 80 e 90, alguns dos nossos políticos redescobriram o paganismo, mas acham que inventaram fórmulas evoluídas de conduzir uma sociedade. O modelo pagão (“laico”, pluralista, “igualitário” etc.) é o formato mais rudimentar e arcaico de se conduzir uma sociedade. Esse modelo não estabelece limites nem requer sacrifícios éticos e morais dos cidadãos. No sistema pagão, todos podem de tudo e do que bem quiserem sem se preocupar com consequências.

Em geral, o paganismo está ligado à ausência de limites, ausência de disciplina e ausência de abdições preventivas de qualquer natureza. No paganismo, é comum a presença maciça de atitudes meramente prazerosas sem nenhuma preocupação com as consequências futuras. O efeito religioso (a multiplicidade de deuses, espíritos, orixás e divindades diversas) é apenas o lado mais evidente de um comportamento normalmente “prazeista” e descomprometido com o futuro. (Um comportamento demasiadamente “festivo” onde os desejos do corpo é que controlam a mente e não o bom senso).

No dia-a-dia, o paganismo vai se estabelecendo através da substituição do racional pelo mais prático e prazeroso, isto é, as pessoas passam a se submeter apenas ao que querem e não ao que se deve e a que convém se submeter. As consequências ao longo do tempo são fracassos seguidos de fracassos acompanhados de dores e miséria. Tais consequências levam as pessoas ao desespero e ao surgimento de

adorações a falsas divindades como tentativas de soluções sobrenaturais. Portanto, paganismo não se restringe a insensatas adorações religiosas. Na verdade, é todo um conceito social do qual deveríamos nos afastar o máximo possível para caminharmos em direção ao sucesso. (Obs: Algumas enciclopédias internacionais definem *paganismo* como o padrão de comportamento social e religioso que não tem procedência profética, ou seja, não procede dos ensinamentos cristãos, judaicos ou muçulmanos).

Karl Marx (o idealizador do comunismo ateu) identificou a forte ligação entre a miséria e a prática religiosa pagã. Ele só não soube diferenciar o conhecimento religioso pagão (conhecimento oriundo de lendas, mitos e utopias humanas) do conhecimento religioso profético (conhecimento procedente do Deus Criador).

Hoje, já é evidente que o ateísmo de Karl Marx não é solução contra o paganismo. As últimas décadas demonstraram que o marxismo também gera subdesenvolvimento e pobreza, (isso ficou evidenciado na Rússia e no Leste Europeu, no período comunista). No entanto, o Cristianismo, quanto mais genuíno, mais resulta em esclarecimento e prosperidade. O Cristianismo afasta a violência e a miséria dos países que o adotam de forma séria e social.

É verdade que mesmo nos países tradicionalmente cristãos, as gerações que já nascem na prosperidade (nas riquezas obtidas por gerações anteriores), costumam se tornar ingratas e tenderem ao ateísmo. (Este fenômeno vem ocorrendo em alguns países do Primeiro Mundo, como, por exemplo, Holanda e Estados Unidos.) Tal retrocesso pode dar início a um novo ciclo de: problemas diversos, paganismo e pobreza. De qualquer forma, em qualquer fase ou época, o retorno aos princípios cristãos (como fez a ex-União Soviética nos anos 90) é a melhor solução.

Analisando as igualdades e desigualdades

Na década de 90, um teórico amor ao próximo (inspirado na tolerância a imoralidades) incentivou a destruição de vários valores morais da sociedade brasileira. Infelizmente, se tal tendência não for revertida, certamente levará a nação ao completo paganismo e ao conseqüente retrocesso social. Os retrocessos propiciam múltiplos conflitos internos e em alguns casos podem até resultar em guerras civis como ocorre com certa freqüência no continente africano.

Os políticos brasileiros precisam entender que não adianta retirar as leis, de um dos extremos (do exagero), para colocá-las no extremo oposto (da omissão), ou vice-versa. Os extremos são os geradores do erro para mais ou para menos. Portanto, se desejamos nos posicionar de forma correta, sobre estas questões, temos que assumir uma posição mais intermediária, ou seja, mais moderada e bem distante dos dois extremos.

Os “socialistas” brasileiros (ou ex-comunistas) não se cansam de falar em igualdades “para todos”. É óbvio que é muito mais fácil considerar todas as coisas e pessoas como sendo, “iguais”, do que atribuir seus corretos valores. A igualdade apregoada nos últimos anos, por alguns instrumentos da mídia, não é fruto do amor ao próximo porque cada próximo tem um valor diferenciado. Um ladrão, um trabalhador, um pederasta, uma prostituta, uma mulher do lar, um aposentado e uma criança, não podem ser tratados como se fossem a mesma coisa. Logo, essa publicidade de igualdade total é um equívoco que precisa ser mais bem esclarecido.

A igualdade absoluta e irrestrita sempre foi filosofia de marxistas e de pagãos. Não existe nesse nosso planeta nenhum povo ou nação que tenha se tornado bem-sucedido com estas filosofias em suas sociedades. Portanto, precisamos combater as desigualdades, mas de forma cristã, preservando as diferenças naturais entre homem e mulher, adolescente e criança e certo e errado. Precisamos valorizar, corretamente, cada coisa e cada pessoa a fim de fazermos prosperar apenas o que presta e desestimularmos o que não presta. A igualdade, que devemos promover com todo empenho, é a igualdade de oportunidade. Todos os cidadãos,

independentemente de raça, cor, credo, etc., devem ter as mesmas oportunidades na sociedade brasileira. As recompensas, no entanto, devem ser proporcionais ao desempenho de cada um. Isso é respeitar e amar o próximo de forma justa e correta.

Se olharmos ao redor do mundo, com a atenção voltada para esta questão, constataremos que as nações que cultivaram o respeito e o amor ao próximo, em seus cidadãos, sem, porém, privá-los da liberdade de absolver ou de condenar o que entenderam como errado, tornaram-se nações bastante evoluídas. Em linhas gerais, os povos desenvolvidos cultivaram a igualdade de oportunidade, nos estudos, no trabalho e na cidadania, mas respeitaram as diversas opiniões e as naturais desigualdades que caracterizam os seres humanos. Com esta metodologia, conseguiram manter as diferenças econômicas e sociais em níveis pequenos e justos. Além disso, conseguiram purificar sua cultura minimizando as irracionalidades, os maus hábitos, as prostituições, idolatrias, violências, corrupções, espertezas, jeitinhos, etc.

É por isso que precisamos cultivar o respeito e o amor ao próximo na nossa sociedade, nos relacionando de forma justa, tolerante e solidária, mas sem admitirmos a proliferação de maus-hábitos. Precisamos ter consciência de que, diante do Deus Criador, diante desta Natureza e deste mundo que conhecemos, todos nós, cidadãos brancos, negros, índios, simples, trabalhadores, intelectuais ou analfabetos, somos potencialmente iguais (dentro de um contexto geral), e temos a mesma finalidade, o mesmo objetivo e o mesmo valor diante dos olhos do Criador. Portanto, não podemos avaliar o nosso próximo pela sua aparência, mas devemos avaliá-lo pelo seu comportamento, pelas suas atitudes para não alimentarmos comportamentos destrutivos na nossa sociedade.

Precisamos compreender também que a orientação para “*amar o próximo como a si mesmo*”, não é fruto de filosofias “alternativas”, nem trata-se de um mandamento sem propósito ou meramente autoritário. Quando tomamos como exemplo os países desenvolvidos, constatamos que respeitar e amar o próximo é, na verdade, uma forma, concreta, de estabelecer boa convivência social, produzir paz, progresso e união. Se analisarmos o comportamento de uma ou de duas pessoas, é provável

que não percebamos este fenômeno. Mas, quando olhamos para uma sociedade inteira, que considera e cultiva este ensinamento, aí percebemos a grande diferença que ele faz. (Obs: os povos que cultivam o amor ao próximo normalmente também cultivam a disciplina e a justiça ao próximo, de modo que um não anula o outro, apenas, complementa).

É certo que se não dermos crédito a este mandamento, e começarmos a explorar o nosso próximo, a oprimi-lo, menosprezá-lo etc., o Criador ao seu tempo nos disciplinará. A maioria dos povos desenvolvidos sabe que Deus usa os recursos naturais para educar e disciplinar as nações. O Criador faz uso do próprio homem, das guerras, do clima etc., para levar os desobedientes a profundas meditações (situações dolorosas), a fim de que aprendam a respeitar a Deus acima de tudo e a amar “seu semelhante”³ tal como a si mesmos. (Obs: só conseguimos enxergar esta realidade quando já sabemos e concordamos que este mundo tem um Criador que o administra até os dias de hoje.) O Deus Criador concede livre arbítrio aos seres humanos, mas disciplina todos os exageros, de modo que povos obedientes e respeitadores, evoluem; povos desobedientes e desrespeitadores, retrocedem.

Nota importante: as gerações obedientes, em cada nação, são normalmente abençoadas; as gerações desobedientes, são disciplinadas na proporção de suas desobediências.

Uma das principais causas, que contribuiu para o desenvolvimento dos povos do Primeiro Mundo, está no fato de que a maioria dos seus cidadãos aprendeu a se respeitar e a se ajudar de forma sensata e sem hipocrisia. Enquanto os “revolucionários socialistas” se preocupavam em estimular várias lutas de classe, os países mais seriamente cristãos se preocupavam em estimular a solidariedade e a união de classes. Já os povos pagãos, que também não deram muito crédito a esse mandamento, continuam achando que conseguirão enriquecer a todos explorando e oprimindo seus próprios concidadãos. Tal metodologia, meio selvagem, estabelece absurdas desigualdades sociais e econômicas entre os

³ “**Seu semelhante**” – Seu empregado, seu patrão, seu freguês, seu inquilino, seu concorrente, seu conhecido, seu vizinho etc...

próprios cidadãos e empobrece o país. As conseqüências, desse comportamento meio irracional, são os bolsões de pobreza, a violência, os assaltos, seqüestros, extermínios, invasões, etc.

Portanto, se desejamos bem-estar social, desenvolvimento e prosperidade de forma pacífica, precisamos reduzir a hipocrisia e dar mais atenção ao cultivo do amor ao próximo na nossa cultura. Precisamos descobrir o correto uso do preconceito, da discriminação, da tolerância, da igualdade de oportunidade e do justo valor do ser humano dentro de cada posição social. Se agirmos de forma correta, a maioria dos cidadãos brasileiros passará espontaneamente a:

*Praticar o bem, a não ser invejoso, a não se vangloriar inutilmente, a não ser arrogante, inconveniente e interesseiro, a não se irritar e nem condenar precipitadamente, a não se agradar da injustiça mas da verdade. A sofrer junto, a crer, a esperar e a suportar,...*⁴

Estas são as principais características práticas do amor em uma sociedade de cultura cristã. Elas têm demonstrado serem eficientes, suficientemente, para desestimular a indiferença, a exploração e os preconceitos indevidos. Em geral, o amor ao próximo desenvolve a solidariedade, o respeito e a união, criando um ambiente mais fértil, mais pacífico e muito mais propício ao desenvolvimento e à prosperidade.

Lembrete aos cidadãos brasileiros

Cultivar o sentimento de respeito, para com o próximo, minimizando as explorações, as desigualdades sociais, os preconceitos sem fundamento, mas usando de bom senso para não misturar o bom com o mau, o sadio com o doente, o perfeito com o podre, o decente com o depravado

⁴ **Bíblia Sagrada** – I coríntios cap. 13, vers. 4 a 7. (Texto adaptado). Existem pequenas variações de vocabulário entre as diferentes traduções disponíveis no mercado. Algumas traduções utilizam, inclusive, a palavra “caridade” no lugar da palavra “amor”.

e o lobo com a ovelha, é uma atitude sensata e está ao alcance de todos nós. Portanto, precisamos reanalisar esta questão e nos dedicar um pouco mais à nossa sociedade. Precisamos restabelecer a conduta cristã (na sua forma mais genuína, sem idolatrias) para colhermos o bem-estar e a paz social que tanto desejamos.

Já é tempo de entendermos que o Deus Criador exerce Sua justiça segundo o merecimento de cada nação. Logo, cabe a nós, simples cidadãos, fazermos a nossa parte também. Precisamos dar mais crédito aos ensinamentos do Criador e nos esclarecer o máximo possível sobre todos estes assuntos. Na verdade, o povo brasileiro precisa entender como se comportar de forma a merecer os resultados sociais e econômicos que há muito tempo deseja.

CAPÍTULO 6

CAPITALISMO ou SOCIALISMO?

Existem pelo menos dois tipos de capitalismos e dois tipos de socialismos sendo utilizados em todo o mundo. Os dois tipos de capitalismos mais utilizados são o Capitalismo Pagão e o Capitalismo Protestante. Os dois tipos de socialismos mais utilizados são o Socialismo ateu (mais conhecido como “científico”) e o Socialismo Católico (mais conhecido como “utópico”). Estas divisões não são muito comentadas, no meio acadêmico, por razões mais ou menos diplomáticas e anti-religiosas.¹ Mas, na prática, tais divisões existem e fazem muita diferença.

Em termos práticos, o Capitalismo Pagão é utilizado há muito tempo pelos povos que não têm muito compromisso com o princípio de justiça e com o respeito ao próximo. Já o Capitalismo Protestante, utilizado principalmente pelos países do Primeiro Mundo, nasceu logo após a Reforma Cristã Protestante e, segundo Max Weber, do livro *A ética protestante e o “espírito” do Capitalismo*, teria surgido com a doutrina calvinista. O Brasil, que não adotou o modelo protestante, continua praticando o Capitalismo Pagão: juros altos, salários baixos e preços abusivos. Nos países de maioria cristã protestante, o capitalismo utilizado é o de juros baixos, salários altos e preços justos. Lá, (Estados Unidos, Suécia, Escócia, Finlândia, Noruega, Dinamarca, Inglaterra etc.) o modelo de capitalismo protestante é chamado apenas de *Capitalismo*. Na verdade, praticamente tudo o que fazem é, em geral, nos moldes protestantes (“puritano”). Talvez, por isso, o povo brasileiro tenha dificuldades para entender a diferença entre o nosso Capitalismo e o Capitalismo do Primeiro Mundo (o protestante).

¹ **Anti-religiosas** – Nas últimas décadas a academia brasileira tornou-se simpatizante do ateísmo e, por isso, tem evitado toda e qualquer explicação que envolva religião. As universidades federais estão tentando formar professores com essa mesma mentalidade – omitir dos alunos o aspecto religioso e, se possível, transformá-los em marxistas.

O Socialismo ateu (“científico”) desenvolvido por Karl Marx e também chamado de Comunismo, ficou famoso ao ser adotado pela antiga União Soviética, Cuba, Vietnam e alguns outros. Já o Socialismo Católico (“utópico”) nasceu na França e é parcialmente utilizado por países europeus de maioria católica (França, Itália, Espanha etc.).

O Capitalismo e o Socialismo, ou a Direita e a Esquerda, ou ainda, o Liberalismo e o Comunismo realmente referem-se a conceitos mais ou menos opostos, porém podem ser considerados complementares. Os dois lados são representativos e têm suas respectivas finalidades dentro de uma organização social. O *Capitalismo*² (associado à direita e ao liberalismo) é inspirado na justiça e na *razão*³ enfatizando a recompensa segundo o merecimento individual. Já o Socialismo (associado à esquerda e ao comunismo) é inspirado nas necessidades comuns e no *sentimentalismo*⁴ enfatizando a igualdade independentemente do merecimento individual. Infelizmente, a maior parte do Terceiro Mundo ainda não conseguiu adequar estes dois conceitos em suas sociedades.

De fato, o Capitalismo e o Socialismo tratam diferentemente os problemas sociais e econômicos: um enfatiza a liberdade e a justiça, acima de tudo, enquanto o outro enfatiza a igualdade e o amor ao próximo, acima de tudo. Por isso, é natural que existam defensores do conceito socialista e defensores do conceito capitalista numa mesma sociedade. A verdade, no entanto, é que esta ou aquela militância é normalmente motivada pelas situações circunstanciais de cada cidadão (uns cansados de desigualdades econômicas e sociais, outros cansados de ineficiência pública e de falta de oportunidades).

² **Capitalismo** – O Capitalismo Protestante se firmou por volta do século XVII e XVIII visando estabelecer liberdade e justiça nas relações trabalhistas, produtivas e comerciais, (um sistema contrário ao trabalho-escravo). Nessa ocasião consolidou-se a adoção do livre trabalho assalariado, do sistema de preços e da produção em larga escala pela iniciativa privada.

³ **O capitalismo é mais racional** – Weber, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo, p. 5 – 7.

⁴ **O Socialismo é mais sentimental** – Marx, Karl. O manifesto comunista, p. 56 – 60.

Atualmente, as Democracias desenvolvidas já entendem que toda opinião de “massa” sempre tem algum fundamento. Pode não ser uma visão totalmente correta, mas costuma ter uma motivação real e verdadeira. Portanto, os governantes brasileiros precisam considerar tanto as opiniões da Esquerda, quanto as opiniões da Direita, antes de elaborar qualquer projeto de importância coletiva. Precisamos dosar o efeito de justiça, que está contido no capitalismo protestante, com o efeito de amor, que está contido no socialismo católico. Somente com a união destes dois conceitos conseguiremos gerar soluções equilibradas em termos sociais e em termos econômicos.

O desejo de “comunidade” (comunismo) é um desejo muito antigo e apesar de irrealista e utópico parece não ter má procedência. O que na verdade tem má procedência é o ateísmo intransigente (descrença e repúdio a Deus) que se instalou na maioria dos regimes comunistas. Tal postura religiosa massacrava os opositores (especialmente os cristãos protestantes), e estabelecia um autoritarismo quase escravo em falso nome do bem-comum.

O ateísmo comunista e suas consequências

O principal motivo que levou o mundo cristão (“mundo ocidental”) a repudiar as nações comunistas foi o fato de proibirem o cristianismo e imporem o ateísmo. A maioria das escolas brasileiras não esclarece estes assuntos aos seus alunos. A própria imprensa nunca teve coragem de dizer ao povo em geral que a guerra fria, entre Estados Unidos e União Soviética, era, na verdade, uma guerra fria entre os princípios cristãos e os princípios ateus. Hoje, já existe liberdade pessoal, social e religiosa na antiga Rússia. O Cristianismo já retornou à nação (*principalmente o ortodoxo*)⁵ apesar de parte do povo ainda ser ateuista, (resíduo da rígida imposição praticada no regime passado).

⁵ **Cristianismo Ortodoxo** – Em 1995 17,5% da população Russa já havia retornado ao cristianismo. Hoje, esse número é bem maior.

Por causa da queda da União Soviética (maior representante do Comunismo no mundo), os comunistas brasileiros passaram a usar a expressão *socialista* para não sofrerem discriminações. O próprio *PC do B* (Partido Comunista do Brasil) passou a usar o seguinte slogan: “*Venha para o PC do B, o partido do Socialismo*”. Por isso, no grupo dos atuais socialistas não sabemos ao certo quem é católico e quem é marxista (ateu militante).

Uma vez que o Capitalismo reflete o desejo de liberdade e de justiça (de forma rigorosa e racional), e o Socialismo reflete o desejo de igualdade e de amor ao próximo, então não é difícil entender o porquê de tanto o capitalismo quanto o socialismo terem o seu devido lugar numa mesma organização social. O fato de um ser *Direita* e o outro *Esquerda* em nada atrapalha desde que fiquem nos seus respectivos lugares. Quando iniciei este livro a minha mão *esquerda* segurava o bloco de papel, enquanto a mão *direita* escrevia sobre o mesmo bloco de papel. Esquerda e direita, mãos opostas fazendo tarefas diferentes, mas em conjunto e com a mesma finalidade. Portanto, podemos dizer que, em geral, os opostos existem para se complementar e não para se confrontar.

Estrutura capitalista e acabamento socialista

O ensino bíblico deixa claro que a *justiça* vem primeiro e só depois vem o *amor* envolvendo e preservando a justiça. (Podemos fazer esta constatação analisando as diferenças de enfoque entre o Velho, e o Novo Testamento.) Então, o capitalismo, que é baseado na “*justiça rígida*”⁶, deve ser a parte estrutural de uma sociedade — a parte que dá sustentação tal qual o esqueleto, no corpo humano, que é propositadamente rígido para dar firmeza e sustentação a todo o corpo.

⁶ “**Justiça rígida**” – Quem trabalha, ganha. Quem não trabalha, não ganha. — Quem usa, paga. Quem não usa, não paga. — Quem merece, recebe. Quem não merece, não recebe.

O socialismo deve ser a parte maleável — o acabamento *sensível*⁷ — a parte social que deve envolver a estrutura tal qual a carne, no corpo humano, que, diferentemente do esqueleto, é mais flexível e igualmente importante na composição do conjunto.

Analise o exemplo a seguir para entender a interação, necessária, entre capitalismo e socialismo: Imagine um prédio em construção, a estrutura de concreto é a parte mais rígida. Ela realmente não é muito simpática, mas é a parte que sustenta o prédio de pé por longos e longos anos. É a estrutura que garante a solidez e a firmeza para que o prédio não caia e nem se desmonte. O reboco, com azulejos, mármore, vidros, janelas, ornamentos etc., que envolvem a estrutura, são igualmente importantes porque dão o adequado acabamento tornando o prédio simpático, confortável e acolhedor.

Desta mesma maneira deve-se fazer com uma nação que pretende ser sólida e bem-sucedida. O capitalismo protestante, por ser mais rígido, deve ser a estrutura. Deve prover sustentação econômica e garantir que o país não venha a falir nem “quebrar” suas instituições. O socialismo católico, por sua vez, deve envolver a estrutura capitalista para minimizar as desigualdades econômicas e desenvolver uma convivência pacífica e feliz, entre as diferentes camadas sociais.

É importante entendermos, também, que da mesma forma que um prédio consegue se manter de pé só com a estrutura de concreto — mesmo que tenha uma aparência áspera, desagradável e antipática — uma sociedade consegue se manter de pé só com o conceito capitalista. O problema é que o Capitalismo puro (sem acabamento social) pode produzir estresse e individualismo. Por outro lado, da mesma forma que um prédio não consegue se manter de pé só com paredes e acabamentos — apesar de eventualmente ter uma boa aparência — uma sociedade também não consegue se manter de pé só com o conceito socialista, mesmo com toda sua boa aparência e boa intenção.

⁷ “**Sensível**” – Quem necessita, também recebe. — Quem não pode pagar, também pode usar. — Mesmo quem não merece, não será esquecido.

Portanto, para uma sociedade ser sólida, pacífica e bem-sucedida, é necessário que cada um destes dois conceitos faça sua parte, para, em conjunto, proporcionarem os melhores resultados possíveis — seja na economia, na saúde pública, na segurança, na divisão da terra, na geração e manutenção de empregos, ou em qualquer outra atividade básica e essencial a uma nação.

Diferentemente do que se dizia no Brasil, os países desenvolvidos não utilizam o capitalismo ganancioso (pagão). A maioria desses países faz uso do Capitalismo Protestante. Além disso, possuem programas de bem-estar social⁸ planejados para dar assistência aos necessitados e amenizar a rigidez e a disciplina do sistema capitalista. Isso ocorre na Alemanha, Reino Unido, Suécia, Estados Unidos e vários outros países do Primeiro Mundo.

Capitalismo Protestante + Socialismo Católico

Para acomodar adequadamente o Capitalismo Protestante com o Socialismo Católico, na sociedade brasileira, precisamos primeiramente criar um verdadeiro *Instituto de Seguridade Social*. Esse Instituto cuidaria da parte socialista estabelecendo o “acabamento social”. A partir da criação desse Instituto, nos moldes esclarecidos mais adiante, poderíamos então estruturar as instituições públicas pelo método capitalista. (Um dos objetivos deste procedimento é permitir a redução da carga tributária brasileira, e estimular o desenvolvimento humano, econômico e social).

Com esse novo processo, os serviços públicos deixariam de ser custeados pelos *impostos embutidos*⁹ e passariam a ser pagos pelos próprios usuários. Dessa forma se estabeleceria a parcela de justiça — quem usa paga, quem não usa, não paga.

⁸ **Programas de bem-estar social** – Almanaque Abril 98, pág. 584

⁹ **Impostos embutidos** – Impostos que as empresas pagam ao governo, mas acrescentam nos preços dos produtos. A maioria dos brasileiros não sabe que é ele quem paga por todos estes impostos diariamente (seja no cafezinho, no pão, na gasolina, no supermercado, na passagem do ônibus, etc.).

Observe que o Brasil já faz uso do método “capitalista” para aquisição de alimentação, de eletricidade, de telefonia e de água também. Nestas áreas, cada cidadão paga sua própria despesa. O problema é que, se o cidadão não tem dinheiro, ele fica com fome, sem água e sem luz.

Daí a necessidade de um Instituto de Seguridade Social para solucionar esse tipo de problema. O novo Instituto assistiria as áreas já estruturadas pelo método capitalista e as áreas públicas também. O objetivo é envolver, socialmente, a estrutura capitalista e permitir que todos os cidadãos (pobres, ricos, desempregados, etc.) usufruam os serviços essenciais ou públicos independentemente de terem dinheiro ou não. Precisamos, no entanto, manter satisfeita a relação estrutural capitalista de um serviço executado, um pagamento efetuado. Para alcançar esse equilíbrio, o Instituto de Seguridade atuaria como financiador e administrador de dívidas sociais.

O novo Instituto de Seguridade ficaria à disposição dos cidadãos que precisassem de ajuda financeira para custear suas necessidades essenciais. Toda pessoa, que não tivesse dinheiro para pagar a conta do supermercado, a conta de água, luz, hospital ou qualquer outro serviço básico, levaria essas contas para que o Instituto as pagasse. Mas teriam que retribuir com horas de trabalho público e comunitário. No caso da pessoa não ter tempo, para retribuir, poderia apresentar um familiar (companheira(o), filho(a) ou irmão(ã)), para assumir seu lugar na realização de tarefas públicas temporárias.

Com o sistema de retribuição (com horas de trabalho), o Instituto de Seguridade teria meios de pagar qualquer conta e assegurar, a todos, o legítimo direito à subsistência e aos serviços públicos e básicos do país. Com essa medida estabeleceríamos a parcela de amor e de igualdade, a parte socialista da sociedade, casando o equilíbrio econômico com a satisfação social.

Note que haveria equilíbrio econômico porque as instituições públicas deixariam de ser “gratuitas” e passariam a ser custeadas pelos próprios cidadãos. Isso as tornaria auto-sustentáveis e conseqüentemente mais responsáveis e eficientes. Por outro lado, também se conseguiria a

satisfação social porque, mesmo sem dinheiro, todo cidadão teria acesso aos serviços públicos e básicos, (embora precisasse recorrer ao Instituto de Seguridade Social para não ficar devedor da instituição que o atendeu). De uma maneira ou de outra, é necessário satisfazer os princípios econômicos para que haja equilíbrio financeiro em todos os setores. O mais importante, no entanto, é que todo cidadão poderia usar o novo Instituto para quitar qualquer dívida pública ou de serviços essenciais.

Para nós, brasileiros, que já estamos acostumados com a ineficiência e o descaso público, tal Instituto de Seguridade pode parecer uma utopia, especialmente para as pessoas que não conhecem os bons resultados de Seguridade (previdência e assistência social) existentes nos países do Primeiro Mundo (Canadá, França, Reino Unido, Alemanha, EUA, Suécia e alguns outros). No entanto, quando analisarmos os exemplos de funcionamento, detalhados no capítulo 8, entenderemos que não se trata de um projeto anti-social nem impossível de realizar, apesar de conter algumas novidades nesta área.

Corrigindo a ineficiência tributária brasileira

A partir do momento que as instituições públicas tiverem parte das suas receitas de origem própria, e não via impostos públicos como ocorre atualmente, será possível reduzir a obscura e ineficiente tributação atual. A má formulação dos impostos públicos encarece os produtos, reduz os salários e dificulta a concorrência com os produtos importados.

Esta proposta, de serviços públicos pagos diretamente pelo usuário (em vez de indiretamente via impostos embutidos, conforme ocorre atualmente) pode parecer meio absurda para algumas pessoas. O brasileiro sempre foi induzido a achar que os serviços do governo lhes são todos de graça. A maioria pensa que o governo gera dinheiro de si mesmo para custear os serviços públicos. Já é hora de o povo compreender que nada nos é de graça, e que todas as despesas públicas saem do nosso próprio bolso. O sistema tributário brasileiro está planejado de

maneira a embutir impostos nos preços de todos os produtos. Somos nós que pagamos tudo ao governo, mesmo sem perceber.

Portanto, o que está sendo proposto neste capítulo é a utilização de um método mais transparente, mais justo, mais eficiente e realmente social para custear e manter todos os serviços públicos e essenciais.

O planejamento do Instituto de Seguridade Social, e a reformulação dos impostos, estão detalhados nos capítulos 7 e 8. O importante, no momento, é não nos esquecermos de considerar os quatro pilares sociais, da cultura cristã, em todos os nossos planejamentos, sejam pessoais, sejam coletivos.

A sociedade brasileira não pode se esquecer de:

- 1º – **Crer e confiar no Deus Criador** para entender os ensinamentos cristãos e enxergar a verdade. Assim o país conseguirá se desviar dos antigos erros e a se tornar bem-aventurado (bem-sucedido em tudo o que planejar).
- 2º – **Praticar a verdadeira justiça** (*agir sempre de forma realmente justa*)¹⁰, considerando a estruturação capitalista para alcançar desenvolvimento e prosperidade.
- 3º – **Conceder liberdade**, através da democracia, por exemplo, para ouvir os oposicionistas e detectar o que tem feito certo e o que tem feito errado.
- 4º – **Respeitar e amar o próximo**, considerando o acabamento socialista para alcançar paz social e plena felicidade.

¹⁰ "**Agir sempre de forma justa**" – É agir de forma equilibrada, sem dar benefícios nem impor malefícios – sem dar vantagens nem impor desvantagens – sem apertar demais nem afrouxar demais – sem inventar direitos irreais e utópicos nem omitir direitos reais e verdadeiros.

CAPÍTULO 7

ECONOMIA, IMPOSTOS e DESEMPREGO

A má formulação dos impostos públicos é uma das principais causas do fraco e contraditório desempenho da economia brasileira. Nas últimas décadas o sistema tributário tornou-se insensato, desorganizado e muito obscuro. Isso, por sua vez, ajudou a retardar o desenvolvimento econômico e a evolução social do país. Um dos maiores problemas atuais é o cidadão comum não saber que é ele o principal contribuinte de todos os impostos. Esse fato acontece porque o valor dos impostos já está embutido nos preços dos supermercados, shoppings, lojas, etc. Com esse modelo tributário, o governo impossibilita o cidadão de saber o quanto paga, de impostos, todas as vezes que faz suas compras.

A maioria dos brasileiros não consegue entender como é que os impostos já estão embutidos nos preços que pagam. Muitas pessoas pensam que são os ricos, as indústrias e o comércio que sustentam a nação. Já é tempo de acordarmos e compreendermos que não é bem assim, e que nada proveniente do governo nos é de graça. Mesmo sem perceber, somos nós, os simples cidadãos que pagamos por tudo, inclusive, por todos os desperdícios e prejuízos da nação.

As indústrias e comércios de qualquer país do mundo, apenas repassam para os governos o valor dos impostos que obviamente acrescentam aos preços de todos os seus produtos, (seja farinha, feijão, arroz, bicicletas, automóveis, etc.). É sempre o consumidor que, ao comprar qualquer coisa, paga também todos os impostos do país (os impostos já vêm incluídos no preço do produto). No Brasil, a carga dos impostos é acrescentada no decorrer do processo produtivo. A cobrança tem início na colheita ou mineração, passando pelas etapas de industrialização, de distribuição atacadista e continuam até chegar ao varejo, onde, o consumidor, mesmo sem perceber é obrigado a pagar todos os impostos anexados ao preço do produto. O pior é que, na maioria dos

casos, a soma desses impostos ultrapassa o valor do próprio produto, de modo que mais da metade do preço final é só de impostos embutidos.

Portanto, não é sem razão que em geral os produtos brasileiros são mais caros que os equivalentes importados. Essa diferença, às vezes disfarçada por manipulações cambiais (explicações mais à frente), nos empobrece cada vez mais e destrói a economia do país. Isso, conseqüentemente, gera bolsões de pobreza e muito desemprego em vários setores. A partir do momento que entendermos os efeitos da obscuridade tributária, poderemos exigir soluções transparentes e eficientes para revigorar, de fato, a economia do país.

O processo de embutir impostos, nos setores produtivos e atacadistas, gera três grandes problemas:

— *O primeiro deles é aumentar o preço dos produtos brasileiros desnecessariamente. (Demonstrarei isso de forma detalhada mais adiante). Este acréscimo "governamental", ainda na fase atacadista, dificulta a concorrência com os produtos importados e ajuda a enfraquecer a indústria nacional, (resultando em desemprego e baixos salários).*

— *O segundo problema está no fato de que uma parte dos impostos, pago pelo consumidor, é apenas "virtual" e, por esse motivo, não chega aos cofres do governo. Este fenômeno é consequência de um efeito econômico que ocorre quando a matéria-prima, ou o produto, muda de uma empresa para outra. Este efeito ainda é pouco comentado no Brasil. A maioria dos economistas não conhece muito bem esse fenômeno, (detalharei esse problema mais adiante).*

— *O terceiro problema é o cidadão comum não saber que é ele quem paga as despesas do país. Tal desconhecimento transforma o cidadão num verdadeiro "cordeirinho" mesmo diante das costumeiras e inúmeras injustiças sociais. Infelizmente, a maioria dos brasileiros acha que os serviços públicos não lhe custam nada, e, sendo assim, se forem malfeitos ou se não forem feitos não têm muito problema, já*

que tudo parece ser de graça. Esta mentalidade errônea é consequência do modelo de impostos, embutidos ("invisíveis"), utilizado no Brasil. Hoje, o cidadão comum não reage, energicamente, para corrigir e punir os inúmeros descasos públicos porque não percebe de onde sai o dinheiro que sustenta as atividades públicas em geral. O dia que compreender que é, ele, o verdadeiro e único pagante de todos os impostos (único que paga, de fato, por estar no fim da linha de comercialização e não ter para quem repassá-los), certamente vai arregaçar as mangas e ajudar a corrigir muitos absurdos da nossa sociedade.

A ineficiência causada pelos impostos embutidos

O aumento de preço, “desnecessário”, o qual me referi anteriormente ocorre porque os impostos, quando embutidos, ficam sujeitos à taxas de lucro toda vez que o produto muda de uma empresa para outra. Por isso, quando o produto chega às lojas, o consumidor tem que pagar pelo custo real do produto, pelos impostos que incidiram sobre as empresas que o produziram, e ainda tem que pagar pelas parcelas de lucro que recaíram sobre o valor dos impostos já embutidos no custo. (Mais à frente vamos ver como tais parcelas podem ser removidas sem causar prejuízos ao governo, às indústrias e nem aos consumidores.) Na verdade, se forem removidas, todos sairemos ganhando.

Observe a demonstração a seguir para facilitar a compreensão deste fenômeno: o ciclo de produção de bicicleta, por exemplo, começa na empresa que extrai o minério de ferro — vende para a siderúrgica que fabrica os tubos de aço — a siderúrgica vende para um distribuidor atacadista — o distribuidor fornece para a fábrica de bicicletas que depois de montá-las vende às lojas varejistas colocando então à disposição do consumidor.

A primeira questão é: se a única renda da empresa de mineração vem da venda de minério, então se o governo lhe cobrar taxas, impostos, “royalties”¹ etc., ela não terá outra alternativa a não ser acrescentar essas despesas no preço do minério para, daí, retirar o dinheiro e pagar ao governo. Vamos considerar o total, de imposto de renda, mais royalties, mais INSS, mais ICMS etc., como sendo de 30%. Considere também que a quantidade de minério de ferro, necessária para fabricar uma bicicleta, custe R\$ 5,00 (sendo que a empresa de mineração retira 30% [R\$ 1,50] para pagar os impostos do governo). Portanto, se não houvesse impostos na fase de mineração, o preço do minério seria R\$ 3,50. Mas, no nosso sistema atual, a siderúrgica tem que pagar os R\$ 5,00 à empresa de mineração para cobrir o preço real e o valor dos impostos que ela pagou.

Na segunda fase, a siderúrgica transforma o minério em tubos de aço e aplica 100% pelo seu trabalho, ($5 + 100\% = 10$) o que resulta em R\$ 10,00. Ocorre, porém, que o governo também cobra impostos da siderúrgica, e, da mesma forma que a empresa de mineração, sua renda vem da venda de seus produtos. Logo, a siderúrgica não tem outra alternativa a não ser acrescentar, no preço do tubo, todos os impostos que o governo lhe cobrar. Vamos simplificar e considerar como apenas 20% o total dos impostos de renda, IPI, ICMS, INSS etc. Então, a siderúrgica acrescenta estes 20% aos R\$ 10,00 vendendo ao distribuidor por R\$ 12,00 e recolhendo R\$ 2,00 para os cofres do governo.

O distribuidor atacadista faz a mesma coisa, repassando os tubos com margem de 28%, por exemplo (para cobrir custos operacionais, salários, instalações e lucro real), e acrescenta também os 20% referentes aos seus impostos. Então, de R\$ 12,00 passa para R\$ 15,30, mais 20% de imposto chega a R\$ 18,40, sendo que R\$ 3,10 são recolhidos aos cofres do governo.

A fábrica de bicicletas paga R\$ 18,40 e aplica 100% pelo trabalho de confecção e montagem, o que eleva para R\$ 36,80 e, da mesma forma que as demais empresas, também acrescenta todos os impostos por não

¹ “Royalties” – pagamento pelo direito de exploração, ou pelo direito autoral.

ter outra alternativa. Então, de R\$ 36,80 passa para R\$ 44,20, recolhendo mais R\$ 7,40 para os cofres do governo.

A loja varejista aplica sua margem de 50% (para cobrir despesas operacionais, salários, lucro real, etc...) elevando para R\$ 66,30 e, logicamente, também acrescenta todos os impostos que o governo lhe cobrar. Simplificando em 20% chegamos a R\$ 79,60 e, mais uma vez, R\$ 13,30 vão para os cofres do governo com os nomes de: Imposto de Renda, ICMS, Confins, INSS, CPMF, ISS e outros. O consumidor tem que pagar então R\$ 79,60 pela bicicleta já com todos os impostos embutidos.

Note que o governo recebeu 1,50 da mineradora, mais 2,00 da siderúrgica, mais 3,10 da distribuidora, mais 7,40 da fábrica de bicicleta e mais 13,30 da loja varejista, totalizando R\$ 27,20 de impostos. Esse valor equivale a 51% do “preço original”² da bicicleta, e corresponde mais ou menos à nossa realidade atual.

Agora observe a diferença que faria se estes, 51% de impostos, não fossem cobrados aos pedacinhos das empresas produtoras, mas fossem cobrados de uma única vez, e de forma clara, no momento em que o produto fosse vendido ao consumidor. (Não podemos esquecer que, de um jeito ou de outro, é sempre o consumidor que acaba pagando por todos os impostos).

Se os impostos fossem cobrados somente no final da linha de comercialização, a empresa de mineração venderia o mesmo minério por R\$ 3,50 — a siderúrgica aplicaria os mesmos 100% vendendo os tubos por R\$ 7,00 — o distribuidor aplicaria os mesmos 28% vendendo por R\$ 8,90 — a fábrica de bicicletas aplicaria seus 100% vendendo por R\$ 17,90 — e, por fim, o lojista aplicaria seus 50% vendendo ao consumidor por R\$ 26,80 e, neste momento, acrescentaria os 51% de impostos do governo. Isso totalizaria R\$ 40,50; preço final que o consumidor pagaria com o mesmo percentual de imposto. Um preço muito menor que o preço anterior, de R\$ 79,60.

² “**Preço original**” – O preço verdadeiro seria então $79,60 - 27,20 = \underline{52,40}$ (valor que foi utilizado para chegar ao índice de 51% de impostos).

Esta diferença acontece porque a parcela de lucro, que incidia sobre o valor dos impostos, é eliminada ao se “desembutir” os impostos. Note que todas as empresas permaneceram com os mesmos percentuais de repasse (de lucro bruto), e o governo permaneceu com o mesmo percentual de impostos. A simples mudança do local e da forma do recolhimento, produz essa enorme diferença.

O segredo deste fenômeno está no fato de que, durante as etapas produtivas, os impostos se transformam em custos e, conseqüentemente, são submetidos às taxas de lucro das empresas subseqüentes. É natural que as empresas subseqüentes apliquem sua margem de repasse sobre os impostos também porque lhes representam um custo como outro qualquer. O problema é que o valor inicial dos impostos vai “inchando” cada vez mais e produzindo um acréscimo desnecessário que não beneficia ao governo, às empresas e muito menos ao consumidor.

Este exemplo simplificado é apenas ilustrativo, mas a nossa realidade é exatamente essa mesmo. Imagine o que acontece com os produtos à base de plástico, que foram tributados quando ainda eram petróleo, depois derivados etc, (sem falar dos produtos agrícolas, que têm o próprio adubo já pagando impostos). Se, do petróleo, utilizado na fabricação de plásticos, até o brinquedo pronto houver um aumento de 20 vezes, então a parcela do imposto, que foi cobrado da empresa de petróleo, também será amplificada em 20 vezes, encarecendo o preço final do brinquedo desnecessariamente. Para cada 1 Real, retirado pelo governo no início da cadeia produtiva, o consumidor tem que pagar dezenas de Reais no final da linha de comercialização (no varejo).

Qualquer pessoa pode comprovar facilmente este fenômeno. Basta entrar em uma loja de eletrodomésticos e pedir para fazer o financiamento de uma geladeira, por exemplo. Depois, pede ao vendedor para fazer o mesmo financiamento, mas desembutando o valor do ICMS e acrescentando-o no final, nas prestações. Agora faça o cálculo novamente e você vai constatar que a mensalidade e o preço final diminuíram. Vai constatar também que ninguém sai no prejuízo, lucra o governo e especialmente o consumidor.

Eu fiz esta experiência no dia 12 de novembro de 1998³, na cidade de Vitória (ES), e os números foram estes:

Geladeira popular à vista - R\$ 669, 00

1º cálculo – Financiada normalmente com os 17% de ICMS embutidos:

12 x R\$ 100,35 totalizando R\$ 1.204,20

2º cálculo – Desembutindo os 17% de ICMS e cobrando-o diretamente nas prestações, resultou em 12 de (R\$ 83,29 + 17%). Igual a:

12 x R\$ 97,45 totalizando R\$ 1.169,00

Compare os valores das prestações ou os valores totais e note a diferença.

Esta redução foi obtida ao “desembutir” um dos impostos, e na última etapa de comercialização, que, neste caso, foi a etapa do financiamento. Imagine se fossem desembutidos todos os impostos, desde a etapa em que esta geladeira ainda era minério de ferro, petróleo etc. É provável que o preço total fosse reduzido para aproximadamente a metade.

Uma reforma tributária de verdade

A correção desse nosso processo tributário é a única alternativa que o Brasil tem, de imediato, para se tornar realmente competitivo no atual mercado globalizado. Só uma boa reforma tributária conseguirá recuperar os postos de trabalho perdidos nas décadas de 80 e 90. Esta é, na verdade, a nossa melhor opção para reerguer a economia brasileira e melhorar a vida dos trabalhadores em geral. O governo não pode se prender a freqüentes manipulações cambiais (desvalorização ou supervalorização do Real) porque isso não gera desenvolvimento real.

³ **1998** – Época em que este livro foi originariamente elaborado. Nesta ocasião, 1 real equivalia a 1 dólar. Logo, considere todos os valores em dólares.

A técnica de desvalorização cambial (promovida pelo governo em várias ocasiões) é, na verdade, um processo discreto de desvalorização dos salários, da mão-de-obra e dos produtos brasileiros em relação aos estrangeiros. As desvalorizações cambiais, ocorridas no fim dos anos 90, por exemplo, visavam diminuir o nosso poder de aquisição para não conseguirmos fazer importações. É verdade que à medida que nos tornamos menos remunerados (em relação à moeda internacional), fica mais fácil para o governo vender os produtos brasileiros aos países estrangeiros (fazer exportações). O problema é que este artifício nos empobrece em relação aos outros povos. E, logicamente, o povo brasileiro não deseja trabalhar a "preço de banana" para encher a mesa de povos estrangeiros.

Portanto, a solução é retirar todos os diferentes impostos, dos setores produtivos e atacadistas, e transformá-os em um "imposto globalizado". Tal imposto seria cobrado somente no varejo (nos supermercados, shoppings e lojas em geral) para, inclusive, dar plena transparência ao processo. Com este novo sistema os produtos brasileiros se tornariam mais baratos em relação aos importados. Isso ocorreria porque na fase atacadista todos os produtos estariam livres de impostos embutidos. Quando chegassem ao varejo, onde receberiam o *Imposto Globalizado*, os importados também receberiam este mesmo acréscimo. Logo, se os produtos brasileiros sofressem um acréscimo de 50%, em função dos nossos impostos, os produtos importados também sofreriam este mesmo acréscimo.

Com o processo de inúmeros impostos sobre o setor produtivo, os produtos estrangeiros ficam em vantagem em relação aos produtos nacionais. Isso acontece porque já chegam aqui prontos para a comercialização e, conseqüentemente, não recolhem a maioria dos nossos impostos. Com isso, o próprio governo sai perdendo porque não recebe esses valores dos importados também. Um outro detalhe muito importante é que em função dessa ineficiência tributária, os produtos importados invadiram o mercado brasileiro na década de 90. Este fenômeno colocou em risco a sobrevivência da indústria nacional e desequilibrou as relações trabalhistas, econômicas e sociais.

A transferência, de todos os impostos para a etapa final de comercialização (varejo), aumentaria a atividade industrial brasileira e geraria muitos empregos. Isso aconteceria porque os preços nacionais diminuiriam com a retirada dos impostos do setor produtivo. Com isso, o Brasil passaria de importador para exportador de produtos industrializados que resultassem, de fato, em real lucro para o país.

De uma maneira ou de outra, a arrecadação total do governo aumentaria com o *Imposto Globalizado* incidindo também sobre os produtos importados. Além disso, os bons investidores, nacionais e internacionais, certamente se interessariam em investir no nosso setor produtivo, já que estariam livres da má tributação atual. Isto seria muito bom para o trabalhador brasileiro e para a economia em geral, inclusive, porque não precisaríamos mais ser tão dependentes de investimentos meramente especulativos e de alto custo social.

Além de trazer bons resultados econômicos, a transparência dos impostos estimularia a sociedade a fiscalizar o setor público e os bens comuns do país. Com estas modificações o cidadão descobriria exatamente o quanto lhe custa os serviços públicos e as despesas dos governos. A conscientização do povo, por sua vez, resultaria em maior eficiência por parte das Instituições e do governo também.

À primeira vista, pode-se pensar que a sonegação aumentaria com esse novo processo de recolhimento dos impostos. Mas isso não deve se tornar realidade porque, a partir do momento que o cidadão é tratado com o devido respeito, ele também tende a retribuir com o respectivo respeito. É verdade que pessoas mal-intencionadas sempre existirão, mas, para estes casos existe uma solução que está sendo proposta no capítulo *Segurança*. A proposta é relativamente simples e tem a finalidade de combater a corrupção, a sonegação, os desvios de verbas públicas, os subornos, os enriquecimentos ilícitos e outros crimes de caráter econômico. Portanto, não precisamos nos preocupar com os riscos de sonegação porque isso não será problema, (detalharei essa questão no capítulo 9).

O novo imposto, que substituiria os que atualmente recaem sobre a produção, eu o estou chamando de “Imposto Globalizado”, mas ele pode ter qualquer nome, inclusive IVA (como é chamado um processo semelhante utilizado em alguns países). No entanto, seria definitivamente importante dividir o dinheiro, desse imposto, entre todas as instituições (Federais, Estaduais e Municipais) já no momento do recolhimento aos bancos. Desta maneira, cada instituição receberia imediatamente sua parcela independentemente de distribuição do Tesouro Nacional. O imposto globalizado não pode ser recolhido a um cofre único para só depois ser dividido entre as instituições. O principal objetivo desta metodologia é evitar as politicagens, os partidarismos, os subornos, desvios e outros.

Portanto, o ideal é dividir o imposto em fatias proporcionais e estabelecer, de antemão, o percentual correspondente a cada instituição, seja a fatia da administração federal, estadual, municipal, do judiciário e assim por diante. O próprio banco, que recebesse os depósitos, faria a correta divisão das fatias creditando cada parte na conta da instituição correspondente. Este processo facilitaria a supervisão e o gerenciamento econômico, além de estabelecer independência financeira entre as instituições e minimizar as politicagens.

O percentual adequado, do Imposto Globalizado, precisa ser muito bem calculado considerando-se também a necessidade de ser um valor prático (um índice arredondado), de maneira a facilitar a conferência no momento da compra do produto. Além disso, é necessário ficar bem claro que não seriam as lojas varejistas que pagariam o imposto. Elas fariam apenas o recolhimento das mãos do consumidor e o transfeririam para as contas do governo. É muito importante se fazer clara distinção entre o preço do produto e o valor do imposto. É a “clara distinção” que vai ajudar a sociedade a se desenvolver politicamente, socialmente e economicamente também.

É natural que inicialmente ocorra um clima de "mal-estar" no momento de pagar o imposto. Nessa hora, o consumidor vai perceber que é ele quem sustenta a nação. É exatamente esse “mal-estar” que vai se transformar em grande indignação se o dinheiro público for mal

utilizado. A transparência dos impostos dará força e coragem aos cidadãos para reagir e combater a corrupção, os desperdícios, a ineficiência e os eventuais privilégios imorais de governos e governantes.

O uso da consequência no combate à própria causa

Além do *Imposto Globalizado*, é aceitável que existam outros impostos desde que tenham finalidades bem específicas e exclusivamente corretivas. A produção de bebidas alcoólicas, por exemplo, poderia ser submetida a um *imposto específico* para controlar o consumo e combater, ao mesmo tempo, os males que o álcool provoca. Nesse caso, o dinheiro desse imposto teria que ir para as instituições de combate ao alcoolismo, para a saúde pública e para a segurança pública também. Os médicos costumam dizer que o álcool é causador de vício, acidentes, doenças, badernas e violências. Portanto, é justo que seus produtores e consumidores paguem um imposto específico para ajudar a custear os hospitais e delegacias.

É importante ficar bem claro que o “imposto específico” só se justifica se for utilizado para combater e corrigir os problemas que o respectivo produto ocasionar à sociedade. A produção de tabaco (cigarro) também poderia sofrer um imposto específico, mas o dinheiro teria que ser destinado às campanhas de combate ao fumo e aos hospitais que tratam das doenças conseqüentes deste vício. Com estes objetivos, seria tolerável a existência de impostos específicos recaindo sobre a produção. Note que à medida que o consumo aumentasse, aumentaria a arrecadação das verbas *específicas* para controlar e combater seus efeitos indesejáveis.

Esta visão, de taxar ou multar um “erro” social e utilizar esse dinheiro para combater a causa geradora do erro, precisa ser absorvida pelo povo brasileiro e exigida das autoridades governamentais. Esta é, na verdade, a forma mais eficiente de minimizar, ao mesmo tempo, causas e conseqüências. Portanto, já que é impossível acabar com os males sociais em geral, é aconselhável então que tenhamos um bom sistema de autocorreção para controlá-los e minimizá-los.

Para esclarecer esta técnica, de utilizar a própria consequência no combate à causa que lhe deu origem, vamos analisar o problema do estacionamento proibido⁴. Atualmente, já existe uma multa para punir os transgressores. No entanto, se o dinheiro destas multas não for aplicado no combate às causas deste problema, seja na educação dos motoristas, seja na construção de estacionamentos, esse tipo de problema jamais cessará. Entretanto, se com o próprio dinheiro das multas, construirmos mais vagas de estacionamentos e financiarmos campanhas de orientação aos motoristas, estaremos fazendo com que a consequência recaia diretamente sobre a causa. O uso dessa técnica faz o problema diminuir pouco a pouco até o ponto de se tornar insignificante.

Por isso, precisamos avaliar minuciosamente este efeito na hora de planejar o que fazer com o dinheiro dos impostos, das taxas e das multas. Com a proposta do Imposto Globalizado, o imposto de renda das pessoas jurídicas (das empresas) seria extinto porque, na prática, ele é repassado ao consumidor ao incidir sobre o setor produtivo. Mas o imposto de renda das pessoas físicas poderia se transformar em um imposto do tipo específico. As pessoas que ganham muito continuariam pagando este imposto, mas o dinheiro seria destinado exclusivamente a projetos de redistribuição de renda. (Projetos que tivessem a finalidade de diminuir as grandes diferenças econômicas entre a classe pobre e a classe rica.) Além disso, os descontos e deduções atuais, disso e daquilo, não fazem o menor sentido e alimentam as injustiças, as corrupções e as espertezas em geral. Por isso, os descontos e deduções atuais (de dependentes, médicos, escolas, cursos etc.) deveriam ser todos cancelados. Na verdade, o governo deveria calcular este imposto de forma mais exata para eliminar definitivamente a necessidade de restituições. As muitas regras de restituições, estabelecidas pelo Ministério da Fazenda, estimulam armações e espertezas incentivando a corrupção e a "malandragem" em outros setores também.

⁴ **Estacionamento proibido** – Em geral, a raiz desse problema é cultural e urbanístico, ou seja, é fruto da má educação e da falta de espaço físico nas grandes metrópoles.

Este projeto, de reformulação da economia, será complementado no capítulo 8 com a proposta de criação de um *Instituto de Seguridade Social*. O Instituto tem características sociais, porém foi formulado de maneira a racionalizar custos e reduzir as despesas do governo. Isto, por sua vez, possibilitaria reduzir o valor do *Imposto Globalizado* em qualquer época em que fosse implantado. Com estas duas modificações alcançaríamos uma elevada redução dos custos públicos e privados, permitindo um considerável aumento do nível de emprego e da massa salarial em todo o país.

CAPÍTULO 8

SEGURIDADE SOCIAL e APOSENTADORIA

Conforme comentado no capítulo 6, o Brasil precisa de um Instituto de Seguridade que vá muito além de um simples sistema de previdência social. Tal Instituto deve ter características mais ou menos socialistas para administrar as necessidades comuns da sociedade brasileira. O objetivo principal é solucionar as dificuldades financeiras que qualquer cidadão venha a ter na hora de pagar suas necessidades essenciais. Esse Instituto viabilizaria o acesso de todos os cidadãos aos produtos e serviços básicos, inclusive alimentação, permitindo a implantação de uma estruturação semicapitalista em todos os setores públicos do país. Com essa nova metodologia as atividades públicas passariam a ser custeadas de forma direta, e não indireta (via impostos embutidos), conforme ocorre atualmente.

Observe o caso das certidões de nascimento, ocorrido em março de 1998, para compreender a necessidade de interação entre o método socialista e o método capitalista: Até 1998, todas as certidões de nascimento tinham que ser pagas no ato do registro independentemente da classe social da criança. Era uma postura exclusivamente capitalista e conseqüentemente gerava efeitos colaterais: muitas famílias não conseguiam registrar seus filhos por problemas econômicos.

Quando o governo detectou esse problema, mudou de idéia e criou uma lei¹ obrigando os cartórios a registrarem as crianças de graça. Com a nova lei, o governo assumiu uma postura exclusivamente socialista, o que, conseqüentemente, também gerou seus efeitos colaterais. Os cartórios, não tendo como arcar com estes custos, além de considerá-los injustos, inventaram formas de burlar essa imposição do governo, (passaram a distribuir senhas limitando assim o número de registros

¹ Lei Federal N° 9.534 → de 10 de dezembro de 1997.

diários). Com essa e outras reações, o novo sistema continuou impedindo que muitos cidadãos registrassem seus filhos, (só que agora por falta de vaga nos cartórios e não mais por falta de dinheiro como antes).

Note que o governo saiu do extremo capitalista (totalmente pago) e foi parar no extremo socialista (totalmente de graça) sem conseguir resolver o problema. O mais provável é que tenha complicado ainda mais essa situação. Alguns cartórios, agora insatisfeitos, não terão muita preocupação em preservar os livros de registros, já que não recebem nada por esse trabalho. É provável, inclusive, que no futuro tenhamos complicações na hora de comprovar a autenticidade dos atuais registros de nascimento, ou de fazer solicitações de 2ª via.

Portanto, quando aplicado isoladamente, tanto o método capitalista quanto o método socialista não foram capazes de solucionar, de fato, o problema do registro de nascimento. A solução, então, é unir capitalismo com socialismo para resolvermos esse tipo de problema. E é aí onde entra a estruturação de um Instituto de Seguridade Social.

Implantando um Instituto de Seguridade Social

Vamos tomar o caso dos registros de nascimento, como exemplo, para entender de que maneira esse novo processo iria funcionar: primeiramente o cidadão vai ao cartório, solicita o registro de nascimento do filho e recebe a conta para pagar em 30 ou 60 dias. De posse desta conta o cidadão vai ao banco e paga, ou vai ao Instituto de Seguridade e solicita que a pague por ele. O Instituto calcula quantas horas seriam necessárias para cobrir esse custo e como e quando este cidadão, ou um familiar (irmão, esposa, filho etc.) prestaria serviços públicos e comunitários para retribuir o pagamento dessa conta – seja na recepção, nos escritórios, na fiscalização, na limpeza de escolas, hospitais, setores do judiciário, da prefeitura, etc.

Na hipótese de que o cidadão em questão não pudesse fazer trabalhos públicos e comunitários, por problemas de saúde ou por qualquer outra justa alegação (e não tivesse nenhum familiar que pudesse fazê-lo por ele), então o Instituto abriria uma ficha de débito social em seu nome

deixando pendente para oportunidades futuras. Mas, de maneira nenhuma deixaria de pagar sua conta.

Para viabilizarmos esta alternativa, em todas as demais necessidades sociais, o Instituto de Seguridade seria o responsável pela administração de parte da mão-de-obra de todo o setor público. O Instituto preencheria tais postos de trabalho com os cidadãos em questão e com alguns outros que ainda comentaremos mais adiante.

No exemplo acima, da certidão de nascimento, o cartório que fez o registro não precisa saber quem foi que pagou a conta (se o cidadão, ou o Instituto). Mas, na hipótese de que a conta não fosse paga, a cobrança seria enviada ao cidadão em questão para que ele próprio providenciasse a solução. O cartório, ou qualquer outro órgão prestador de serviços públicos e essenciais, não pode ter ligações com o Instituto de Seguridade. Tal isolamento é recomendável para que o sistema não propicie fraudes ou desequilibre a estruturação semicapitalista.

No Setor de Saúde acontece a mesma coisa que no setor de registro de nascimento. Quando o serviço é pago, algumas famílias não têm acesso a ele por falta de dinheiro. Quando o serviço é de graça, algumas famílias não têm acesso a ele por falta de vaga. Portanto, o Instituto de Seguridade resolveria esse problema para que ricos e pobres tivessem igual acesso a todos os serviços de saúde do país. Além de proporcionar igualdade de oportunidade, a Saúde Pública melhoraria bastante porque teria recursos próprios e ficaria menos dependente da atual politicagem.

Até os anos 90, os hospitais públicos e os postos de saúde eram mantidos exclusivamente com o dinheiro dos impostos. Um dinheiro que, como já vimos no capítulo 7, sai do bolso de todos os cidadãos, sejam ricos ou sejam pobres. Alguns governantes, no entanto, tentam passar a impressão de que a saúde pública seria um serviço totalmente “gratuito”. Na verdade, a expressão mais adequada, para classificar os serviços públicos é: *pago coletivamente via impostos embutidos*. Portanto, já é hora de desfazermos a ilusão de gratuidade total e implantarmos um sistema mais justo, mais eficiente e realmente social.

As instalações prediais e equipamentos (dos hospitais, postos de saúde, etc.) continuariam custeados pelos impostos públicos. As

despesas operacionais é que ficariam a cargo do próprio usuário. Os usuários deixariam de pagar via impostos embutidos e só pagariam quando utilizassem o hospital, o posto de saúde ou qualquer outro setor que lhe prestasse atendimento, (um formato semicapitalista). O mais importante, no entanto, é que todo cidadão teria à sua disposição o Instituto de Seguridade Social para pagar suas contas se assim preferisse.

Com este novo sistema, o cidadão de maiores posses certamente preferiria ir ao banco pagar suas contas porque assim lhe seria mais prático. Mas, o cidadão de menores posses preferiria realizar trabalhos públicos e comunitários a desembolsar dinheiro na hora de pagar suas contas. Até mesmo o cidadão que não dispusesse de tempo, nem de um familiar que pudesse realizar o trabalho comunitário por ele, teria suas contas pagas e ficaria com um débito social junto ao Instituto até uma ocasião oportuna.

O governo não precisa se preocupar com a garantia de retribuição com trabalho comunitário porque, a partir do momento que o ser humano é tratado com o devido respeito, ele também tende a retribuir com o respectivo respeito. Hoje, as espertezas dominam o Brasil porque o governo não cultiva o respeito entre os próprios cidadãos. Além disso, o processo de retribuição com trabalho público não tem como finalidade explorar o cidadão mais pobre. A finalidade real é fazer justiça a todos e aprimorar o comportamento econômico e social da população brasileira.

Já está mais do que provado que inventar "benefícios" não é solução, não funciona na prática e ainda estagna a população. Nas últimas décadas ficou evidente que não adianta formular "benefícios sociais" sem o respectivo vínculo econômico. É por essa razão que a população precisa participar com dinheiro ou com trabalho (de forma direta e transparente) para obtermos serviços eficientes e ao alcance de todos.

Com esse novo sistema os hospitais atenderiam os pacientes para só depois lhes entregar a conta com vencimento em 30 ou 60 dias. Dentro deste prazo o cidadão pagaria a conta ou recorreria ao Instituto para que pagasse por ele, da mesma maneira como no caso da certidão de nascimento. Este procedimento seria adotado em todas as demais

atividades do setor público, incluindo algumas atividades consideradas básicas, mas operadas pelo setor privado, como distribuição de água, de energia elétrica e alguns outros.

Melhorando o Seguro-desemprego

O Instituto de Seguridade poderia ser, também, o administrador de um novo seguro-desemprego. O Brasil precisa de um seguro-desemprego mais eficiente e que ampare realmente o trabalhador desempregado. O modelo proposto neste livro foi planejado de tal maneira que todo desempregado, que desejasse receber o seguro, teria que ficar a disposição de uma instituição pública “trabalhando” três dias por semana.

O objetivo desta medida é: — criar meios econômicos para aumentar o valor do seguro-desemprego — aproveitar o tempo dos desempregados de forma útil à sociedade — diminuir o custo dos setores públicos — valorizar mais os cidadãos e minimizar as fraudes.

No primeiro mês de desemprego, este novo sistema pagaria o salário integral de cada trabalhador. A partir do segundo mês o valor do seguro decresceria em 15% mês-a-mês. Desta forma, um trabalhador que ganhe R\$ 1.000,00, por exemplo, ao ficar desempregado receberia a mesma quantia de R\$ 1.000,00², (desde que estivesse cumprindo os três dias de trabalho público semanal, de acordo com o que determinasse o Instituto de Seguridade). No segundo mês o desempregado receberia R\$ 850,00, ou seja, $(1.000,00 - 15\%)$. No terceiro mês receberia R\$ 722,50 $(850,00 - 15\%)$. No quarto mês R\$ 614,12 e no décimo mês receberia R\$ 231,62, caso ainda estivesse desempregado e cumprindo rigorosamente os três dias de serviço público semanais.

Com este sistema o trabalhador não sentiria forte impacto financeiro por ocasião de uma eventual demissão, nem ficaria totalmente desamparado no decorrer do tempo em que estivesse desempregado. Esse novo modelo possibilitaria, inclusive, a reformulação das leis

² **R\$ 1.000,00** – Na época em que este livro foi originariamente elaborado (1998), 1 Real equivalia a aproximadamente 1 Dólar. Logo, considere todos os valores como se fossem em dólares.

trabalhistas atuais e a redução de alguns exageros insensatos. Tais exageros, implantados principalmente pela Esquerda brasileira, acabaram transformando-se em prejuízos para o próprio trabalhador e para toda a sociedade. Por isso, precisam ser corrigidos.

Com o valor do seguro-desemprego decrescendo mensalmente, e com a necessidade de o desempregado ficar três dias da semana servindo a órgãos públicos, o desempregado não fica desamparado, mas se sente estimulado a encontrar logo um novo emprego, porque, além de o seguro diminuir mês a mês, ele tem que cumprir horário no setor público. Tal combinação torna o sistema auto-regulável diminuindo as possibilidades de fraudes e amparando, de fato, o cidadão desempregado.

Uma parte do dinheiro, necessário para manter esse seguro-desemprego, deve sair de uma contribuição específica descontada do salário de todo trabalhador. Uma segunda parte deve sair das taxas de importações. As importações são causadoras de desemprego e, portanto, é justo que os importadores ajudem a custear esse novo seguro. Nesse caso, se as importações aumentassem (desempregando trabalhadores), as contribuições deste setor também aumentariam compensando automaticamente o aumento de gasto do Instituto.

A terceira parte do dinheiro deve sair dos custos do setor público, já que os desempregados estariam à disposição do setor público durante três dias por semana. Por fim, os empregadores também dariam sua contribuição no momento em que fizessem demissões. Ao demitir um funcionário, a empresa pagaria uma multa, ao Instituto, e não ao demitido, para ajudar a cobrir o seguro-desemprego. A multa deve ser calculada de maneira que iniba as demissões, mas não pode ser alta demais para não inibir as contratações.

Se tudo for bem calculado, teremos verbas suficientes para pôr em prática esse novo seguro-desemprego. A sociedade, como um todo, lucraria socialmente e economicamente porque as despesas públicas também baixariam com esses novos “servidores temporários”. Em caso de muito desemprego, como o que ocorreu na década de 90, o novo seguro ajudaria a manter as atividades comerciais em pleno funcionamento, evitando que um decréscimo de consumo (decrécimo nas

vendas do comércio) alimentasse a recessão. Observe que quando não existe um bom seguro-desemprego, a perda do emprego faz o consumo diminuir, o que, por sua vez, provoca mais desemprego.

Já deu para notar que este Instituto precisaria de muitos postos de trabalho público, à sua disposição, para ocupá-los com os cidadãos até aqui mencionados. A ociosidade seria controlada com mão-de-obra temporária (diária ou semanal), mantendo os postos de trabalho ocupados quando não houvesse desempregados e beneficiários de “contas pagas” suficientes para preenchê-los. De qualquer forma, é necessário elaborar um modelo de administração informatizado para que tudo transcorra de forma organizada e bem-sucedida. Entretanto, não há necessidade de inventar grandes “modernidades”. Basta que haja bom senso e competência, mesmo que seja à moda antiga, para que tudo funcione de forma satisfatória.

Com a implantação do Instituto de Seguridade Social, o Brasil teria meios de promover justiça social e de reduzir significativamente as despesas do governo. O Instituto promoveria igualdade de oportunidade e possibilitaria um bom equilíbrio econômico por intermédio da estruturação capitalista. O governo também economizaria com a redução do número de funcionários efetivos, já que parte dos postos de trabalho público seria preenchida pelos utilizadores do Instituto e pelos prestadores de “*serviço público obrigatório*”, que ainda falaremos no capítulo 17.

As falhas do atual sistema de aposentadoria

A maioria dos cidadãos brasileiros tem uma forte desconfiança de que o nosso sistema de aposentadoria é muito injusto e muito pouco social. Se você ainda não percebeu que isso é uma realidade, então reflita sobre a seguinte questão: como pode, um sistema de previdência, tida como “social”, usar o dinheiro público (dinheiro do povo) para dar altos benefícios a cidadãos que já foram largamente beneficiados com as melhores posições sociais, com os melhores cargos do país e com os melhores salários também?...

Por outro lado, o cidadão que não recebeu a oportunidade de uma boa educação, que não teve acesso aos bons empregos, que teve que se contentar com o trabalho pesado, com os “bicos”, com o desemprego, com a miséria e com a vida na lavoura, quando chega ao fim da vida este mesmo sistema alega que ele nada contribuiu; por isso, não tem direito a nada. (Em alguns casos a Previdência concede um salário insignificante que sequer é suficiente para os remédios tão necessários nessa faixa de idade).

Qual o critério, social e de justiça, utilizado na elaboração deste nosso atual sistema de aposentadoria?...

Se pensarmos bem, bem mesmo, vamos ver que não é justo que uma pessoa, que receba um salário de R\$ 5.000,00³, por exemplo, ao se aposentar (ao deixar de produzir) continue recebendo os mesmo cinco mil reais. Além disso, a fase de aposentadoria não é mais para se comprar imóvel, para comprar mobílias, não é mais para fazer investimentos e sustentar atividades dispendiosas. Na realidade, o período de aposentadoria seria apenas para descanso e despreocupações. Logo, a remuneração, necessária, para se viver dignamente durante a fase de aposentadoria, não pode ser a mesma remuneração da fase construtiva e economicamente ativa do cidadão de grandes salários. (Mesmo porque, matematicamente isso é impossível).

O desconto de 10%, no salário, só é suficiente para cobrir o equivalente a 10% do tempo de serviço. Ou seja, quem desconta 10% durante 30 anos, armazena o suficiente para cobrir apenas 3 anos, de aposentadoria integral (10% de 30 é igual a 3). Portanto, é óbvio que só os descontos, nos salários, não são suficientes para cobrir gordas aposentadorias integrais.

O exemplo a seguir demonstra os principais equívocos do sistema que estava em vigor até a década de 90. Imagine a seguinte situação: certo cidadão trabalha durante 30 anos, dos 20 aos 50 anos e então se aposenta. Se considerarmos que ele morre aos 80 anos, isso resultaria em

³ **R\$ 5.000,00** – Na época em que este livro foi originariamente elaborado (1998), 1 Real equivalia a aproximadamente 1 Dólar. Logo, considere todos os valores como se fossem em dólares.

30 anos de trabalho e 30 anos de aposentadoria. Se o nosso sistema de aposentadoria fosse realmente baseado no valor da contribuição, e no tempo de serviço, então este cidadão em questão precisaria contribuir com metade do salário, durante os 30 anos de serviço, para armazenar o equivalente ao período de aposentadoria. (Mesmo assim, sua contribuição só seria suficiente para cobrir metade do salário original.) Se considerarmos um salário de R\$ 5.000,00, por exemplo, o cidadão em questão teria que contribuir com R\$ 2.500,00, durante os 30 anos de trabalho, para ter legítimo direito a receber os mesmos R\$ 2.500,00 durante os 30 anos de aposentadoria. Se, entretanto, considerássemos apenas 15 anos de aposentadoria (pressupondo a morte deste aposentado aos 65 anos de idade e não aos 80), então a contribuição de R\$ 2.500,00, ainda que absurda, seria suficiente para cobrir o salário integral de R\$ 5.000,00 durante os 15 anos de aposentadoria, (30 anos $\times$ 2.500 é igual a 15 anos $\times$ 5.000). Seja qual for o valor do salário, a proporção matemática é sempre a mesma.

Agora observe o quão absurda é a situação brasileira: qual é o cidadão que contribui com metade do salário para fins de aposentadoria?... Se ninguém contribui com metade do salário, para satisfazer esta simples equação matemática, então de onde sai o dinheiro que sustenta as gordas aposentadorias de algumas categorias?... Tudo indica que sai do dinheiro público, dinheiro proveniente dos *impostos embutidos* que, como já sabemos, são igualmente pagos por todos os cidadãos (principalmente pelos que não recebem boas aposentadorias por serem a grande maioria). Então, é lógico que estas pessoas, que recebem altas aposentadorias, não as merecem porque esse dinheiro sai do bolso do cidadão comum; não as merecem porque não contribuíram o suficiente para armazená-las; e não as merecem porque o Brasil já os favoreceu, o bastante (com altos salários), durante o período normal de trabalho.

As pessoas que desenvolveram o nosso sistema de aposentadoria não entendem muito de matemática, de economia e de justiça, ou foram de fato mal intencionadas nesse planejamento. Não é justo deixar desamparado o cidadão que, ao fim da vida, não tem mais forças para trabalhar porque as gastou fazendo o pior, mais pesado e mais mal-pago trabalho de toda a sociedade. Ou então, gastou suas forças fazendo um

trabalho informal aqui e outro ali, porém pagando os *impostos embutidos* em tudo o que comprou, para comer e para vestir. O pior é que quando chega ao fim da vida, o governo lhe diz: *Você não tem carteira assinada, não contribuiu formalmente, por isso não tem direito à aposentadoria.*

Mais uma vez devemos nos perguntar: e os impostos embutidos que todos pagam?... Quem contribui realmente o suficiente?...

Se o Brasil hoje é palco de inúmeras e variadas violências, é porque pratica inúmeras e variadas injustiças. Precisamos consertar estas e outras aberrações para alcançarmos a paz e a prosperidade que a sociedade deseja.

A proposta a seguir é inspirada no modelo de justiça demonstrado na “parábola dos trabalhadores”.⁴ A parábola é um pouco complexa, mas serve para nos lembrar de que, quem tem um bom trabalho, já recebeu um privilégio social. E quem não tem trabalho, já recebeu um fardo social. Portanto, devemos considerar esta realidade na hora de reformular o nosso sistema de aposentadoria.

Implantando uma aposentadoria socialista

O sistema proposto leva em maior consideração o conceito socialista porque os objetivos da aposentadoria são muito mais sociais do que econômicos. Por isso, nesta proposta, todos os cidadãos têm direito a um salário-aposentadoria assim que alcançarem a “terceira idade”. O valor da nova aposentadoria seria mais ou menos igual para todos independentemente de terem contribuído com muito, com pouco ou com nada. O sistema de seguridade social (previdência e assistência) precisa garantir o sustento de todos, durante a fase inativa, porque quer tenham trabalhado muito ou quer tenham trabalhado pouco, todos necessitarão de um sustento. Na realidade, quem trabalhou muito já recebeu sua maior recompensa durante o seu muito tempo de trabalho (certamente não trabalhou de graça), e quem trabalhou pouco já recebeu sua pouca recompensa durante o seu pouco período de trabalho.

⁴ “**Parábola dos trabalhadores**” – Bíblia, S. Mateus cap. 20, Vers. 1 a 16.

Logo, não faz sentido basear-se no tempo de trabalho para definir o valor ou a data de início da aposentadoria. A idade, e a expectativa de vida brasileira, é que deveriam ser referência para fazermos realmente justiça a todos os cidadãos. O período de aposentadoria não pode prorrogar, até o fim da vida, as diferenças sociais estabelecidas no período normal de trabalho. O período de aposentadoria deveria minimizar estas diferenças socializando melhor a renda brasileira e ajudando a combater os inúmeros problemas sociais conseqüentes das grandes desigualdades salariais.

Infelizmente, o Brasil sempre admitiu desigualdades salariais extremamente absurdas para um país que pretende se tornar justo e desenvolvido. Em geral, por mais que um ser humano se encha de conhecimentos e de diplomas, ele nunca se torna 50 vezes mais produtivo do que qualquer outro ser humano apenas alfabetizado. A própria natureza humana não absorve tamanha desigualdade ao reagir e produzir os já conhecidos sintomas sociais: roubos, assaltos, seqüestros etc., (uma forma ilegal da classe mais explorada reagir contra a classe mais beneficiada).

Nos países desenvolvidos, as diferenças salariais (entre os profissionais altamente especializados e os mais simples operários) raramente alcançam o patamar de 7 vezes. Logo, somos nós, brasileiros, que estamos totalmente equivocados ao admitir variações salariais tão absurdas, como de 20, de 40 e até de 100 vezes na nossa sociedade (alguns ganham R\$ 200,00, enquanto outros ganham R\$ 20.000,00). O período de aposentadoria não pode admitir ou prorrogar tais absurdos, inclusive, porque esses absurdos resultam em violências sociais.

A idade, a partir da qual todo cidadão passaria a receber o salário-aposentadoria, deveria ser a mesma para todos, fossem operários, doutores ou políticos. O ideal seria associarmos esta idade à expectativa de vida brasileira. Poderíamos, por exemplo, fixá-la em quatro quintos ($\frac{4}{5}$), para que todo cidadão pudesse descansar no último um quinto ($\frac{1}{5}$) de sua vida. Com este vínculo, se a expectativa de vida fosse de 70 anos, a idade inicial da aposentadoria seria 56 anos ($\frac{4}{5}$ de 70). Isso quer dizer que a partir desta idade todo cidadão receberia seu salário-aposentadoria independentemente de parar de trabalhar ou não.

Mas, se a expectativa de vida aumentasse para 75 anos (quatro quintos de 75 é igual a 60), a idade inicial passaria para 60 anos. Se, entretanto, a expectativa de vida diminuísse para 65 anos, a idade inicial passaria para 52 anos e assim por diante. A relação de quatro quintos ($4/5$) é uma sugestão que pode ser melhor avaliada. O importante é que a relação, a ser utilizada, seja exatamente a mesma para todos os cidadãos.

Nos casos de atividades especiais e de alto risco, como mergulhadores de águas profundas, trabalhadores de rede de alta-tensão, operadores de raios-X etc., a possibilidade de aposentadorias “especiais” deve ser tratada no âmbito de empregador e empregado. O próprio empregador deve providenciar um pecúlio privado para compensar os riscos destas atividades. A outra possibilidade é transformá-las em atividades exclusivamente temporárias, não permitindo que nenhum cidadão trabalhe nelas por mais de 5 anos. Seja qual for a solução adotada, o importante é não permitir que o dinheiro público seja usado para custear qualquer tipo de aposentadoria especial, muito menos de políticos e funcionários públicos. Todos os cidadãos devem receber o mesmo tratamento por parte deste novo sistema de aposentadoria.

Com relação ao valor deste novo sistema de aposentadoria, o ideal é criarmos uma faixa que varie apenas, três vezes, entre o valor piso e o valor teto. O cidadão que teoricamente não contribuiu para aposentadoria, receberia 1 valor base. O cidadão que contribuiu com muito, através de descontos no seu salário, receberia um salário-aposentadoria equivalente a 3 valores base. Assim, o pescador, o agricultor e o mendigo, que nada descontaram oficialmente, teriam direito a 1 valor base. Os trabalhadores de altos salários (empresários, executivos, juízes, doutores, políticos, etc.) teriam direito a 3 valores base. Os trabalhadores das faixas intermediárias teriam direito a salários proporcionais variando entre 1 e 3 valores base.

Esta variação, de apenas 3 vezes, é porque, quando inativo, ou seja, quando aposentado, dificilmente um cidadão consegue ser 3 vezes mais importante para a nação do que qualquer outro cidadão também aposentado. Logo, não há motivos para que a diferença do salário-aposentadoria, entre um e outro, seja maior do que 3 vezes. Qualquer pessoa que tenha sido extraordinariamente útil à nação, já terá recebido

sua recompensa antes de se aposentar. Por isso, qualquer coisa acima de 3 vezes, na fase de aposentadoria, seria injusto e continuaria alimentando as grandes desigualdades sociais.

É verdade que em certas situações temos a impressão de que 3 vezes é muito pouco. De fato, se compararmos quem ganha 100 Reais com quem ganha 300 Reais realmente não veremos muita diferença. Mas, o que está sendo proposto aqui é uma caminhada em direção a valores justos. E, para alcançarmos valores realmente justos, temos que “plantar” uma relação que também seja justa. *Basta semearmos justiça e tudo o mais se ajustará automaticamente*, (conceito bíblico largamente comprovado em países desenvolvidos).

O desconto nos salários, para fins de aposentadoria, poderia ficar em torno dos mesmos índices praticados nos últimos anos, mas deveria ter o mesmo percentual para todos os trabalhadores. O antigo limite, de 10 salários mínimos, deveria ser extinto porque tal contribuição teria finalidade especificamente social; quem tem o privilégio de ganhar muito deve também contribuir com muito.

Além da contribuição convencional, o novo sistema de aposentadoria deveria ficar com as verbas do imposto de renda das pessoas físicas, (o imposto de renda seria remodelado para combater a má distribuição de renda no país). E deveria ficar também com uma fatia do *Imposto Globalizado*. O principal objetivo é oficializar a contribuição de todos os cidadãos e obter recursos suficientes para dar um salário-aposentadoria de valor realmente útil e social a todo brasileiro.

O valor do novo salário-aposentadoria precisa ser vinculado ao salário médio do país (ou à renda per capita brasileira), de modo que se o Brasil prosperasse e os salários aumentassem, o salário-aposentadoria também aumentaria na mesma proporção. Se, por ventura, o Brasil estivesse em crise e os salários dos trabalhadores diminuíssem, o salário-aposentadoria também diminuiria por estar vinculado ao salário médio do país. Com este vínculo, o equilíbrio entre despesa e receita estaria sempre satisfeito, mantendo o sistema economicamente saneado.

Na hipótese de que a expectativa de vida aumentasse (aumentando os gastos da “Previdência”), não haveria problema porque o tempo de

contribuição, por ser uma fração da expectativa de vida, também aumentaria mantendo equilibrado despesas e receita.

Se o valor do novo salário-aposentadoria for bem calculado, esse sistema contribuiria em muito para promover uma boa redistribuição de renda, em todo o país. Isso aconteceria porque as regiões mais pobres seriam incrementadas economicamente com a rotatividade do dinheiro de seus aposentados. O salário dos aposentados ajudaria a gerar desenvolvimento local e diminuiria a migração para os grandes centros.

Se os cálculos indicassem, como ideal, um salário aposentadoria na faixa de 400 dólares (salário básico), isso significaria um enorme fomento na economia dos pequenos lugarejos, o que, por sua vez, reduziria a concentração migratória nas periferias das metrópoles causando um ótimo impacto social. (Lembrando que se o menor salário-aposentadoria fosse equivalente a quatrocentos dólares, o maior não poderia ultrapassar mil e duzentos [3 vezes] para quem quer que fosse em todo o território nacional).

Se quisermos obter um bom retorno social, precisamos utilizar os mesmos índices, os mesmos valores e as mesmas idades em todo o território nacional. Além disso, o ideal nos basear unicamente no princípio de justiça, sem fazer uso de qualquer técnica de esperteza, do tipo compensações, gratificações, correções, etc.

O cidadão que não se contentar só com a aposentadoria social, deve ter o direito de fazer outras aposentadorias em instituições financeiras privadas, mas sob seu próprio risco e sem qualquer ligação com o governo. Todo cidadão deve ter também a liberdade de continuar trabalhando e recebendo seu salário aposentadoria normalmente.

Lembrando mais uma vez que à medida que a média nacional de salários, sofresse correções, os valores das aposentadorias seriam automaticamente corrigidos também, de modo que nunca ficariam defasados.

CAPÍTULO 9

SEGURANÇA e PREVENÇÃO da VIOLÊNCIA

Durante a década de 90, o Brasil acumulou elevados índices de violência, de roubos, de seqüestros, de assaltos e infelizmente até de imperícia no combate a estas questões. Foram vários os casos em que a intervenção policial complicou a situação e terminou em tragédia. Mesmo assim, os governantes insistiam em dizer que o país avançava. Mas, se estivéssemos realmente nos desenvolvendo, conforme afirmavam alguns políticos e governantes daquela ocasião, todos esses índices teriam diminuído. No entanto, não é isso que temos visto no nosso dia-a-dia, o fato real é que a insegurança está insistentemente presente na nossa sociedade. As grandes violências têm se aproximado da nossa própria porta e ameaçado a todos. Portanto, alguma coisa deve estar errada nessa maneira de conduzir a segurança pública do país.

A sociedade brasileira já faz parte das sociedades mais violentas do mundo. Hoje, o país tem altíssimos índices de violência urbana, doméstica, familiar e violência contra a mulher, que, em geral, é praticada pelo marido, namorado, ex-companheiro, etc...

A questão que precisamos descobrir é porque esses índices aumentaram tanto nos últimos anos. Onde estaria a raiz do problema?...

Esclarecendo as causas da Violência

Infelizmente, o governo tem usado ferramentas erradas e conceitos errados na hora de entender o que é causa e o que é consequência. A violência que mata e que destrói está muito mais para sintoma social do que doença social. Aliás, são várias as doenças sociais que produzem violência como um tipo de sintoma. Os governantes brasileiros poderiam analisar a Inglaterra (do século XX), por exemplo, para saber que não é armamento pesado nas mãos da polícia que garante a segurança pública de um país. A polícia de lá andava normalmente desarmada e, mesmo

assim, conseguia manter um dos mais elevados índices de segurança de todo o mundo. Portanto, não adianta superarmos a segurança pública, lhes entregando armas de guerra para repressão policial se a “doença” causadora não for identificada e combatida.

Já é tempo de a sociedade brasileira se conscientizar de que, violência não é ação. Violência é, na verdade, reação. O ser humano não comete violência sem motivo. É verdade que algumas vezes as violências recaem sob pessoas erradas, (pessoas inocentes que não cometeram as ações que estimularam a violência). No entanto, as ações erradas existiram e alguém as cometeu, caso contrário não haveria violência.

Em todo o mundo as principais causas da violência são: o desrespeito – a prepotência – crises de raiva causadas por fracassos e frustrações – crises mentais (loucura conseqüente de anomalias patológicas que, em geral, são casos mais raros).

Exceto nos casos de loucura, a violência pode ser interpretada como tentativa de corrigir o que o diálogo não foi capaz de resolver. A violência funciona como um último recurso que tenta restabelecer o que é justo segundo a ótica do agressor. Em geral, a violência não tem um caráter meramente destrutivo. Na realidade, tem uma motivação corretiva que tenta consertar o que o diálogo não foi capaz de solucionar. Portanto, sempre que houver violência é porque, alguma coisa, já estava anteriormente errada. É essa “coisa errada” a real causa que precisa ser corrigida para diminuirmos, de fato, os diversos tipos de violências.

No Brasil, a principal “ação errada”, que antecede a violência é o desrespeito. O desrespeito é conseqüente das injustiças e afrontamentos, sejam sociais, sejam econômicos, sejam de relacionamentos conjugais, etc. A irreverência e o excesso de liberdades (libertinagens, estimuladas principalmente pela TV), também produzem desrespeito. E, o desrespeito, produz desejos de vingança que se transformam em violências.

Nas grandes metrópoles, onde as injustiças e os afrontamentos são muito comuns, os desejos de vingança se materializam sob a forma de roubos e assaltos ou sob a forma de agressões e homicídios. Já a irreverência e a libertinagem, estimulam o comportamento indevido

(comportamento vulgar), o que também caracteriza desrespeito e produz fortes violências.

Observe que quando um cidadão agride o outro, ou mata o outro, normalmente o faz em função de alguma situação que considerou desrespeitosa, (mesmo que a questão inicial tenha sido banal, como um simples pisão no pé ou uma dívida de centavos). Em geral, a raiva que enlouquece a ponto de gerar a violência é consequência do nível de desrespeito envolvido na respectiva questão. Portanto, até mesmo um palavrão pode se transformar em desrespeito e produzir violência. Logo, a exploração, o calote, a prepotência, a traição, a infidelidade, a mentira etc., são atitudes de desrespeito e se não forem muito bem explicadas, e justificadas (com pedidos de desculpas e de arrependimento), certamente que ao seu tempo resultarão em violências. É de desrespeito em desrespeito que as pessoas acumulam tensões nervosas que, mais tarde, explodem sob a forma de violência.

Sabendo-se que, o desrespeito, é a principal ação causadora de violência, então podemos combater a violência diminuindo os diferentes tipos de desrespeito: seja o desrespeito econômico, o desrespeito social, o desrespeito conjugal, o desrespeito familiar e o desrespeito entre as pessoas (a chamada “má educação”). Nesse caso, a melhor solução é estimular relacionamentos mais justos, menos vulgares e mais reverentes na nossa sociedade. Precisamos diminuir as explorações econômicas (as grandes diferenças de renda) e podar o excesso de liberdade principalmente na TV e no sistema educativo do país. A vulgaridade, praticada nos últimos anos, vem destruindo valores morais e tornando as pessoas irresponsáveis, imprudentes, desrespeitadoras e inconseqüentes. Por isso, precisamos, também, restabelecer a punição infanto-juvenil tanto em casa quanto na escola. Boa educação se faz com corretos deveres e não com insensatos direitos. Precisamos educar melhor as nossas crianças e adolescentes para mantê-los longe de problemas, fracassos, marginalidade e violência. Com essas medidas o país não precisaria colocar armas de guerra nas mãos da polícia para matar nossos jovens cidadãos (como tem acontecido tão freqüentemente).

A censura democrática, proposta no capítulo 14, junto com os projetos econômicos e sociais dos outros capítulos, ajudaria a combater e prevenir a maioria dos problemas de segurança pública em geral. Na

realidade, a causa dos principais problemas brasileiros está no atual padrão cultural, e não no armamento da polícia.

Implantando a denúncia anônima indenizada

Os crimes que objetivam o dinheiro, (principalmente grandes quantias, como seqüestros, corrupções de “colarinho branco”, desvios de verbas públicas, tráfico de drogas, sonegação de impostos, roubo de automóveis, assaltos a bancos e enriquecimentos ilícitos em geral), podem ser combatidos utilizando-se o próprio dinheiro para desestimular esse tipo de contravenção. O sistema que estou propondo consiste basicamente na indenização dos cidadãos que denunciassem esse tipo de crime. As denúncias precisam ter informações consistentes e suficientes para a autuação e prisão dos criminosos. O anonimato é uma das peças mais importantes conforme veremos mais adiante. O valor da indenização precisa ser bem atraente para desestruturar as quadrilhas. O ideal é ser um valor proporcional ao total envolvido em cada crime, como, por exemplo, 25% de tudo o que fosse recuperado das mãos dos criminosos.

No caso de assalto a banco, por exemplo, o cidadão que apresentasse informações suficientes para localização e prisão dos assaltantes, receberia 25% do total recuperado. Nesse caso o banco roubado é que abriria mão dos 25% para pagar a indenização. No caso de golpes contra instituições do governo (tais como máfia do INSS, da mandioca, do PC, do TRT etc.), o denunciante que possibilitasse a recuperação, dos valores desviados, receberia 25% de todo o valor recuperado, incluindo bens apreendidos e confiscados e o governo é que abriria mão dos 25%.

No caso de grandes traficantes, ladrões de automóveis e outros semelhantes, sucederia a mesma coisa, os denunciante que possibilitassem a localização e prisão dos criminosos, receberiam 25% de todo o patrimônio apreendido e confiscado, mesmo mantendo-se no anonimato. No caso de funcionários públicos corruptos, sejam fiscais, policiais, políticos, administradores e outros, o denunciante que comprovasse a irregularidade receberia 25% do valor recuperado. No caso de sonegação de impostos, o denunciante que comprovasse a sonegação receberia 25% de todos os valores envolvidos.

Em todos esses casos é importante que o governo só pague as indenizações após recuperar os bens, receber as multas e estar com esse dinheiro já em caixa. (Um processo que deve ser rápido para não desacreditar as denúncias.) Em qualquer dos casos, o governo não pode usar recursos próprios para pagar antecipadamente as indenizações. (Isso poderia abrir espaço para fraudes e simulações).

A partir do momento que esse sistema entrar em operação, surgirão “observadores” em cada esquina, em cada empresa, em cada repartição pública e inclusive dentro das próprias quadrilhas. Os crimes econômicos (principalmente os de grandes quantias) passariam a ser vigiados de forma simples e natural. A maioria das pessoas não perderia a chance de ganhar uma indenização se notasse algo de estranho por perto. Nesse sistema, qualquer cidadão seria indenizado se fizesse um bom trabalho de “detetive”.

O importante, na verdade, não é pagar altas indenizações a denunciante anônimos. O objetivo principal é criar um clima de desconfiança entre os integrantes de quadrilha, enfraquecendo-as e desestimulando as práticas criminosas. Isso seria facilmente obtido se fosse realmente respeitado e garantido o completo anonimato a todo denunciante.

É muito provável que esse sistema desestabilize o crime organizado porque, qualquer parente, amigo, ou próprio integrante de quadrilha poderia se tornar um denunciante anônimo (de olho nos 25% de indenização). Esta possibilidade levaria a insegurança para o ambiente dos marginais, dos corruptos, dos sonegadores e dos ladrões, afastando-a do cidadão comum. Se, por acaso, a desconfiança desenvolver violência entre os integrantes de quadrilha, é menos pior que a violência esteja entre os próprios contraventores do que no meio dos inocentes. Dessa forma, o mal combateria o próprio mal colocando a consequência diretamente sobre a causa. Isso minimizaria a criminalidade em todo o país.

A garantia de anonimato poderia ser estabelecida pelo telefone ou por intermédio dos correios. De qualquer maneira, seria necessário numerar os processos e fornecer uma senha individual, ao denunciante anônimo,

para que pudesse se “identificar” sempre que precisasse fazer contato, fornecer provas e, por último, receber sua indenização.

A segurança pública só iria necessitar de uma central de atendimento para receber as denúncias e encaminhá-las aos órgãos competentes. Esta central deve estar apta a receber, anonimamente, fitas de vídeo, fotografias, documentos e tudo o que possa servir como indício ou prova, para anexá-los aos respectivos processos. E deve também criar uma forma de solicitar ao denunciante anônimo que entre em contato sempre que houver necessidade. A solicitação pode ser feita via anúncios de jornais, rádio ou televisão (publicando-se apenas o número do processo). Os anúncios, se bem elaborados, serviriam também para fazer publicidade do sistema estimulando as denúncias, assustando os malfeitores e induzindo-os a se desviarem da marginalidade.

Este mesmo critério, de denúncia anônima indenizada, poderia ser utilizado também para ajudar o Brasil a diminuir o número de fiscais do Estado. Todos sabemos que com o passar do tempo a maioria desses fiscais acaba se corrompendo e tornando-se nociva ao país e à sociedade. A indenização, de 25% do valor das multas, colocaria o país sob contínua fiscalização em todas as áreas onde o erro, e a desobediência às leis, implicassem no pagamento de multas — exemplo: infração sanitária, infração de trânsito, comércio ilegais, sonegação de impostos e outras infrações semelhantes. O governo só precisaria estabelecer os critérios de comprovação das denúncias, como filmagens, fotografias, flagrantes, testemunha, etc., para oficializar o processo.

Com a implantação deste sistema, a maioria dos infratores passaria a respeitar as leis. As pessoas mais responsáveis não se arriscariam a desobedecer as leis sabendo que os cidadãos à sua volta (inclusive empregados, colegas e clientes), estariam de olhos bem abertos e não perderiam a oportunidade de “faturar” uma indenização tão atrativa.

Com esse sistema o cidadão comum teria, ao alcance das mãos, um instrumento de justiça contra os opressores, “roubadores” e desrespeitadores das leis. Isso estimularia maior respeito entre as pessoas e certamente diminuiria a corrupção, a roubalheira e a impunidade em todos os escalões. É possível que surjam maus elementos com denúncias forjadas tentando tirar algum tipo de vantagem. Mas, se forem bem-

sucedidos sempre haverá alguém de olho neles também. Onde houver qualquer tipo de falcatrua, envolvendo dinheiro, haverá a possibilidade de denúncia anônima indenizada.

Combatendo as Drogas na raiz

A primeira questão que o governo precisa descobrir, para obter sucesso no combate ao uso e ao tráfico de drogas, é saber quem é causa e quem é consequência.

A questão principal é: usa-se drogas porque elas estão à venda?... Ou vende-se drogas porque existe a procura?... Se o governo descobrir, e concentrar os esforços diretamente sobre as causas, as consequências também cessarão.

Analise o exemplo abaixo e talvez ele nos ajude a descobrir as respostas corretas: Imagine um jovem pobre, com pouca instrução, morador de favela, sem perspectivas de bom emprego e que eventualmente passe necessidades. Imagine outro jovem, porém rico, morador de bairro chique e que normalmente tem tudo o que deseja. Aconteceu de um deles se transformar em traficante e do outro se transformar em viciado. Considerando as características brasileiras, qual dos dois se tornou o traficante?

Parece elementar que foi o jovem que mais precisava de dinheiro, o jovem pobre da favela. Parece compreensível, também, que o jovem rico tenha se inclinado por prazeres alucinantes uma vez que já tinha de tudo e poderia estar enfadado dos prazeres comuns. A grande questão é saber quem induz a quem a se envolver com as drogas. Será que foi o jovem pobre, e de pouca educação que convenceu o jovem rico, ou será que foi o jovem rico e de muita educação que convenceu o jovem pobre?

Na década de 70, eu era adolescente, pobre, morador de favela e de bairros humildes da periferia do Rio de Janeiro. Já na década de 80, eu era jovem, relativamente bem-sucedido, morador de bairros médios e chiques do Rio de Janeiro. Na realidade, não me tornei vítima de nenhuma das duas situações, mas vi com meus próprios olhos o desenrolar de ambas as situações. As praias de Búzios e de Ipanema, por

exemplo, praias de classe média e alta, estavam sempre cheias de jovens e “personalidades artísticas” consumindo drogas ao ar livre. Estas praias, no entanto, não eram freqüentadas por favelados. Eu mesmo nunca vi nenhum favelado oferecendo drogas por lá, mas vi “filhinhos de papai” perguntando onde poderiam consegui-las.

Portanto, reflita e responda a si mesmo com toda sinceridade: Que tipo de influência pode produzir um traficante de favela, sobre formosas e famosas atrizes da televisão brasileira, ou sobre cantores e personalidades artísticas¹ levando-os ao vício e a dependência?... Seria, amostras grátis?... Quem realmente procura quem?...

No passado, os Estados Unidos deram grandes e bons ensinamentos ao mundo (democracia, liberdade, missões cristãs, etc.), mas nesta questão de drogas pecaram gravemente. O jovem colombiano, responsabilizado por produzir, não tem capacidade de enfiar cocaína “nariz-adentro” do jovem americano. Mas o jovem americano tem capacidade de comprar qualquer tipo de serviço do pobre colombiano. As autoridades americanas sabem disso muito bem e não podem mais se fazer de ingênuas.

Na época da guerra fria, entre a liberdade apregoada pelos Estados Unidos, e o comunismo apregoado pela União Soviética, era até compreensível que as autoridades americanas, querendo preservar a boa imagem da liberdade diante do mundo, tenham colocado toda a culpa das drogas nas costas das pessoas que as comercializavam, considerando os jovens que consumiam como simples vítimas. Agiram assim porque não queriam dar motivos para a União Soviética criticar a liberdade e usar esse problema, como pretexto, para fazer propaganda do comunismo ateu. Praticamente o mundo inteiro seguiu aos Estados Unidos nessa definição de que o traficante seria o único culpado. A partir dessa ocasião, boa parte do mundo vem crucificando pessoas que necessitam de dinheiro para sobreviver, e absolvendo pessoas que

¹ **Personalidades famosas** – Não vou aqui citar nomes porque não é esse o objetivo do livro, mas nos anos 80 e 90 todos conheciam os atores, cantores e até fundadores de partidos políticos que consumiam drogas para se divertir.

também, contrariando a lei, se envolvem em prazeres alucinantes para se divertir e se ocupar.

Se a dependência química cria uma necessidade incontrollável e, por isso, merece compreensão; então o que merece a dependência de alimento dos favelados?...

Sabemos que um viciado sem drogas sente dores, mas um faminto sem alimentos sente a morte. Então, a qual dos dois devemos compreender por se envolver com drogas?... Ao que vende para alimentar a si e a sua família?... Ou ao que consome, irresponsavelmente, para deliciar a si mesmo?

É importante lembrarmos que a população pobre da favela não dispõe de muitas alternativas para se sustentar. Na realidade, a grande maioria tem que se sujeitar aos míseros trabalhos, lícitos ou ilícitos, que a população de posses lhes oferece ou lhes encomenda. Portanto, sejamos menos hipócritas e mais humanitários na hora de analisar todas estas questões.

Hoje, a guerra fria não existe mais, e já é sabido no mundo inteiro que o regime de liberdade é a melhor opção político social. E, em função dessa liberdade, os princípios cristãos tenderiam a se estabelecer em todo o mundo. No entanto, as autoridades americanas ainda têm uma grande dívida para com o Segundo e Terceiro Mundo. Na minha opinião, o Deus Criador não os perdoará até que se retratem deste erro. Já é hora de os americanos entenderem que ter excesso de liberdade não é tão bom assim. A liberdade também deve ter seus limites bem definidos para não gerar efeitos colaterais profundamente danosos. Além disso, tanto consumidor como traficante devem ser igualmente responsabilizados e punidos por todos os problemas relacionados com drogas. O povo americano tem que ficar atento, a isso, porque maus ventos ainda soprarão por lá até que se retratem deste erro e se dêem contas de que, a liberdade não pode se sobrepor aos demais ensinamentos do Criador, como tem acontecido no próprio Governo, na mídia, na estruturação familiar e na formação infanto-juvenil.

Precisamos combater os problemas das drogas sem tratar os consumidores adultos como “coitadinhos”. É verdade que eventualmente eles podem ser vítimas, mas, na maioria das vezes eles são a causa da

existência e do comércio de drogas. Se eles não consumissem, pagando altos preços, não existiria droga nenhuma sendo fabricada ou comercializada. (Até mesmo os grandes traficantes são consequência e não causa.) Portanto, temos que estabelecer adequada punição para todos (para quem vende e para quem compra) sem fazer distinção de pessoas e seguindo o princípio de verdadeira justiça. Ser tolerante com os drogados pode ser importante para a sua recuperação pessoal. Entretanto, discipliná-los adequadamente é muito mais importante para toda a sociedade. As crianças e adolescentes, ao verem os drogados serem presos e punidos, passariam longe das drogas e perderiam a sensação de impunidade que atualmente domina o Brasil.

Em função da dificuldade de identificar quem é traficante e quem é consumidor, é aconselhável formular uma mesma punição para ambos, mas que seja compatível com a desobediência do consumo e com a desobediência do tráfico. A sugestão apresentada aqui é utilizar um método único, mas com duas componentes de punição, isto é: prisão leve, e uma multa pesada. Esta combinação permitiria que consumidor e traficante fossem punidos na correta proporção das suas desobediências. A idéia é fazer com que todo cidadão, envolvido com drogas (consumindo ou comercializando), fosse preso por 90 dias e pagasse uma multa equivalente a 40 vezes o valor da droga que estivesse portando. Se após os 90 dias de prisão o cidadão ainda não tivesse pago a multa, então teria seus bens apreendidos permanecendo preso até que pagasse todo o valor devido, inclusive, com trabalho público e penitenciário caso não tivesse outros recursos para fazê-lo.

Os consumidores teriam como principal punição os 90 dias de prisão, já que a multa seria relativamente pequena porque, se fossem realmente consumidores, estariam portando pouca droga. Mas, os traficantes (produtores, distribuidores, "aviãozinho", etc.) interessados em ganhos financeiros ilícitos, sentiriam como maior punição o valor da multa que teriam que pagar, já que provavelmente estariam portando maior quantidade de droga, o que implicaria numa multa de grande valor. (Os casos de reincidência teriam que ser tratados com punição dobrada, de modo que, havendo reincidência, a punição passaria de 90 para 180 dias, depois para 360, para 720 e assim por diante).

Uma das finalidades dessa punição é desestimular os demais cidadãos de também se envolverem com drogas, principalmente os mais jovens que, ao verem os drogados serem presos e punidos, desenvolveriam preconceito negativo a respeito de drogas e se afastariam delas por si mesmos. A justa punição, de consumidores e traficantes (sem covardias e sem exageros), serviria de exemplo a toda a sociedade e desestimularia milhares de jovens antes que se marginalizassem.

O efeito preventivo da fiança

Outro aspecto de fundamental importância, para o desenvolvimento da segurança pública brasileira, é a implantação de uma estrutura semicapitalista também neste setor. Com o sistema semicapitalista todo cidadão infrator, recolhido à delegacia, só sairia dela após pagar uma fiança compatível com o seu delito e com sua condição financeira. É importante compreendermos que o pagamento de fiança não deve ser visto como um recurso para libertar maus elementos, mas como um recurso para desestimular, e punir, maus elementos. Além disso, o pagamento de fiança ajudaria a custear a segurança pública brasileira. As delegacias precisam de uma receita de origem própria e que proceda diretamente dos “usuários”.

A fiança, quando bem calculada (sem exagero e sem benevolência), ajuda a custear o Setor de Segurança ao mesmo tempo em que puni economicamente os cidadãos infratores. Até mesmo os menores baderneiros, flagrados consumindo álcool ou cometendo qualquer tipo de pequeno delito, seriam recolhidos às delegacias e liberados somente com a presença do responsável, (após pagar a respectiva fiança). Esse sistema estimularia a fiscalização dos pais sobre os filhos prevenindo delinqüências futuras e desviando-os da marginalidade. A “dor no bolso”, de maneira justa, faz muito efeito.

Os recursos para segurança pública não podem continuar saindo exclusivamente dos impostos. Os tributos pesam demais sobre a sociedade e estão sujeitos à “politicagens”. De qualquer modo, não podemos esquecer da necessidade de um Instituto de Seguridade Social conforme sugerido no capítulo 8. Com esse instituto, as pessoas mais pobres pagariam a fiança com trabalhos públicos e comunitários. A

estruturação semicapitalista, que está sendo proposta aqui, só se tornaria justa e viável após a implantação do Instituto de Segurança.

Outro erro que precisamos corrigir é a diferenciação de criminosos por grau de escolaridade e não por grau de criminalidade. Tratar o criminoso de baixo nível de instrução de um jeito, e tratar o criminoso que tem curso superior, de outro jeito, concedendo-lhe regalias e cela especial não é uma atitude muito sensata. Note que se um cidadão de baixa escolaridade comete um crime, é possível que tenha pesado sobre ele a falta de uma boa educação. No entanto, se um graduado em universidade comete o mesmo crime, naturalmente que não foi por falta instrução. Então, se algum deles merecesse algum tipo de tolerância, é lógico que não seria o que recebeu muita educação, e sim, o que recebeu pouca educação.

De qualquer forma, a orientação bíblica é para não se fazer distinção de pessoas na hora de lhes aplicar as leis, seja por motivos intelectuais ou por motivos econômicos. A instrução divina é para que todos sejam tratados em igualdade, perante a mesma lei, para que se execute o que é justo e se alcance paz e prosperidade. Logo, os “direitos especiais”, para quem tem curso superior deveriam ser cancelados.

É verdade que os criminosos não são iguais e nem é bom mantê-los misturados desordenadamente. Por isso, seria melhor estabelecermos 3 ou 4 níveis de criminalidade, levando em consideração o grau de violência, grau de periculosidade, reincidência, má intenção e outros aspectos criminais. Precisamos, inclusive, preservar os presidiários primários do convívio com criminosos profissionais. O ideal seria estabelecer cadeias distintas para cada categoria de criminosos, alojando-os nas delegacias e penitenciárias, mas sempre dentro do ambiente equivalente ao grau de criminalidade de cada presidiário. A correta separação reduziria o efeito “escolinha de criminalidade”; (um efeito que ocorre nas penitenciárias brasileiras e que diminui as chances de recuperação dos criminosos iniciantes).

A separação dos presos, por grau de criminalidade e de periculosidade, facilitaria a implantação de trabalho produtivo nas penitenciárias brasileiras. O trabalho penitenciário ajudaria nos custos de manutenção dos próprios presidiários. Além do aspecto financeiro, o trabalho produ-

tivo é uma terapia ocupacional que poderia ajudar na recuperação de grande parte dos criminosos. Precisamos considerar também que manter presidiários em condições, inativas, vai desacostumá-los do trabalho e dificultar sua reintegração social. Portanto, a implantação do trabalho penitenciário seria útil sobre vários aspectos, e para toda a sociedade.

CAPÍTULO 10

SAÚDE PÚBLICA e PREVENÇÃO da AIDS

Conforme já comentei no capítulo 8, a Saúde Pública precisa ser reformulada também. O governo deveria implantar uma estruturação semicapitalista para disciplinar os atendimentos e colocar os recursos da medicina ao alcance de todos. Neste projeto, os preços públicos seriam muito menores que os da rede particular. Na prática, não teriam a parcela do lucro nem a parcela das instalações e equipamentos. O custo operacional também seria minimizado em função da mão-de-obra proveniente do novo Instituto de Seguridade Social. Além do preço baixo, os usuários teriam a opção de pagar com horas de trabalho público e comunitário, via Instituto de Seguridade.

Até fins dos anos 90, época em que este livro foi originariamente elaborado, uma consulta que não durava sequer 10 minutos dependia de horas e horas em filas absurdas, em ambientes desconfortáveis e na maioria das vezes tinha-se que pegar número (senha) de madrugada para ser atendido no dia seguinte ou em outra semana. Uma simples consulta envolvia o desperdício de horas ou dias bastante desagradáveis e totalmente inutilizados. Portanto, a possibilidade de pagamento com horas de trabalho público não é para aumentar o sofrimento dos cidadãos mais pobres, mas é para diminuir este sofrimento e lhes revestir de total respeito. O número de horas de trabalho público necessário para cobrir um atendimento, não chegaria nem aos pés do número de horas que se gasta, em fila de espera, para fazer uma simples consulta e ainda ser atendido com desprezo e desrespeito.

A maioria das pessoas, que perdem inúmeras horas tentando fazer uma simples consulta, iria preferir gastar algumas destas horas produzindo para o setor público do país. Com este novo sistema a Saúde Pública melhoraria bastante. As pessoas seriam tratadas com mais respeito e rapidez em todos os setores da Saúde. Isso aconteceria porque os recursos financeiros viriam diretamente das mãos dos usuários (pessoas que pudessem pagar em dinheiro); e diretamente do novo

Instituto de Seguridade Social, que pagaria as contas das pessoas que assim preferissem. Além do equilíbrio financeiro, o cidadão comum sairia lucrando porque seria tratado como, cliente, e não mais como um pobre coitado dependente de favores do Estado.

Mesmo com a implantação deste sistema, os atendimentos durante a fase de gestação, do nascimento e do primeiro ano de vida deveriam permanecer “gratuitos” (mantidos apenas pelos impostos). Em todos os demais atendimentos, o usuário receberia a conta, após ser atendido e medicado, para pagá-la no banco ou negociá-la no Instituto de Seguridade.

Dividindo responsabilidades entre os Governos

Um aspecto muito importante também é que a Saúde Pública precisa ser melhor dividida entre o Governo Federal, Estadual e Municipal. Nessa divisão somente a saúde básica deveria ficar sob responsabilidade federal, (especialmente no período que se inicia na gestação e vai até o fim da adolescência). Com a divisão de responsabilidades a saúde da criança teria a mesma qualidade em todo o território nacional. Os estados e municípios ficariam com a parte mais especializada da saúde pública, como o tratamento de doenças típicas de adultos e da terceira idade.

Em todos os casos, federal, estadual ou municipal, a Saúde Pública emitiria a conta correspondente ao atendimento executado e estes valores, pagos pelo próprio usuário ou pelo Instituto de Seguridade, entrariam na receita do respectivo posto que fez o atendimento. Desta forma, se um posto ou hospital, fizesse muitos atendimentos, ele tenderia a se expandir acompanhando o seu próprio faturamento. Mas, se um posto fizesse poucos atendimentos, ele tenderia a ser reduzido acompanhando o seu pouco faturamento, (por ser uma evidência da sua pouca necessidade). Com esta metodologia, a Saúde Pública tenderia a se estabilizar de acordo com as reais necessidades de cada região.

Em qualquer dos casos (federal, estadual ou municipal), as despesas de instalações e equipamentos continuariam a ser mantidas pelo dinheiro

dos impostos. Mas, as despesas operacionais seriam custeadas pelos próprios pacientes (ou pelo Instituto de Seguridade).

A iniciativa privada deve continuar atuando em todos os setores da mesma forma como sempre fez; principalmente porque a Saúde Pública não pode se preocupar com luxo e atendimentos “vip”. A Saúde Pública deve preocupar-se, tão-somente, em ser eficiente, homogênea e de baixo custo. Por isso, o governo deve deixar com a iniciativa privada a oferta dos atendimentos “vips”, dos apartamentos de luxo, dos leitos especiais, das mordomias, etc.

Corrigindo Equívocos dos anos 90

Independentemente do fato de adotarmos, ou não, esta estruturação capitalista com cobertura socialista que está sendo proposta aqui, temos que corrigir alguns absurdos infiltrados nas décadas de 80 e 90. Enquanto o Governo Federal gastava fortunas, tentando amenizar as chamadas “doenças conseqüências”,¹ pessoas inocentes morriam de doenças simples por falta de verbas suficientes para tratá-las e prevenir suas causas. Os postos de saúde estavam quase sempre sem remédios básicos, mas os aidéticos, por exemplo, recebiam seus coquetéis a preço de ouro comprados com o dinheiro público federal.

Já sabemos que o dinheiro público federal sai, igualmente, do bolso de todo consumidor brasileiro, seja do Sudeste, seja do Nordeste. Por isso, esse dinheiro precisa ser utilizado de maneira socialmente mais justa entre todos os cidadãos. Infelizmente, uma parte das nossas autoridades não respeitou o caráter público do nosso dinheiro. No final da década de 90, alguns administradores públicos gastaram fortunas com inúteis modernizações, publicidades variadas e transplantes disso e daquilo. Na verdade, queriam chamar a atenção sobre si visando retornos eleitorais.

¹ “**Doenças conseqüências**” – Doenças que são fruto de inadequado comportamento humano, seja da própria pessoa ou de seus antepassados e retransmitidas geneticamente.

Enquanto a Saúde Pública se ocupava com “*grandes feitos*” deixava os idosos e os pequeninos sofrer com diarreia, gripes, pneumonia, sinusite, dengue, infecções hospitalares e até mesmo com partos nas calçadas por falta de vaga nas maternidades.

O número de brasileiros que desistiu de tentar uma simples consulta, na rede pública, aumentou consideravelmente nesse período. Além disso, a ineficiência e os descasos da Saúde Pública obrigou a maioria do povo a se automedicar, expondo-se aos graves riscos inerentes desta prática. O Brasil precisa se libertar da política de aparências implantada desde aquela ocasião.

Prevenindo a Aids de forma Cristã

Conceitos anticristãos dificilmente conseguirão dar boas soluções a todos os problemas da Saúde Pública Brasileira. Tais conceitos costumam dar ênfase às embalagens e desprezar os conteúdos. Os adeptos de filosofias atéias e pagãs concebem projetos muito bem maquiados por fora, mas, internamente, são falhos e ineficientes. Observe as campanhas de prevenção da Aids, dos últimos anos, para constatar o quanto tem sido simplesmente aparente (ou equivocado) os métodos do Ministério da Saúde nesta área. Seus anúncios na TV e na mídia estão muito mais para propaganda de promiscuidade sexual do que campanhas de prevenção. Na verdade, o objetivo principal é louvável, mas os efeitos colaterais são desastrosos e atingem toda a população.

As propagandas de camisinha, por exemplo, são de alto risco porque a Aids é consequência do meio promíscuo. Por isso, as campanhas que indiretamente estimulam a promiscuidade (a multiplicidade de parceiros, sob o título de “sexo seguro”) podem aumentar a proliferação da Aids especialmente entre os jovens e os adolescentes. Note que, se para um adulto maduro já é difícil interromper um “aquecimento” para vestir esse preservativo, imagine para um adolescente na flor das descobertas. Além disso, os adolescentes estão sendo estimulados a fazer sexo cada vez mais cedo por estas próprias campanhas que deveriam estar minimizando, e não agravando os problemas relacionados à prática do

sexo, (doenças, gravidez indesejada, prostituição juvenil, adultérios, crimes passionais, etc.).

Em 1999, algumas campanhas chegaram ao absurdo de comparar e substituir o anel de casamento por camisinha. Uma visão totalmente pagã e que só serve para multiplicar ainda mais todos os problemas de origens sexuais. A pessoa tem que ser muito ingênua para acreditar que um casal, que vive junto como marido e mulher, vai usar camisinha freqüentemente em obediência às propagandas do Ministério da Saúde.

As campanhas atuais podem promover alguns esclarecimentos realmente benéficos, mas servem também para popularizar o sexo entre crianças e adolescentes, estimular a prostituição e enfraquecer os laços familiares.

Se marido e mulher precisam se prevenir contra a Aids, esta prevenção passa principalmente pela fidelidade conjugal, e não pelo uso de camisinha. A expansão da Aids nunca foi uma simples consequência da prática sexual, na realidade ela é consequência da depravação sexual, e é essa depravação que precisa ser combatida com um padrão de comportamento menos vulgar.

As filosofias que tentam solucionar problemas sociais com técnicas paliativas e “jeitinhos”, sempre resultam num tiro pela culatra. Os índices estatísticos estão freqüentemente nos noticiários para comprovar esta realidade. A gravidez indesejada, a prostituição juvenil, a própria Aids e outras doenças de origens sexuais aumentaram principalmente entre jovens e adolescentes. Portanto, temos que abandonar as filosofias pagãs e aplicar os princípios cristãos (estimulando a conduta cristã), para colhermos bons resultados imediatos e permanentes.

Se o Ministério da Saúde abandonasse as propagandas de técnicas sexuais, aparentemente “seguras”, e usasse de métodos respeitosos e reverentes para ensinar o adolescente a conter-se, aguardando a idade adequada (ocupando-se com atividades esportivas, por exemplo), e procurando encontrar um único companheiro(a) para uma vida a dois, o Brasil reduziria todos os problemas de saúde e reduziria também muitos outros problemas, sociais, provocados pela promiscuidade (infidelidade) e precocidade sexual.

É lógico que os jovens e adolescentes não iriam seguir à risca esta orientação, mas passariam a olhar com muito mais respeito para esta questão. O simples silêncio do governo, e da mídia, já seria melhor do que a atual publicidade que estas instituições vêm fazendo entre crianças e adolescentes. O sexo é maravilhoso e útil no tempo adequado, "precocemente" é destrutivo e gera graves conseqüências sociais. Toda publicidade de "camisinha", seja na rua, seja na TV, torna-se danosa à sociedade porque transforma-se abertamente em propaganda de sexo.

A persistência do assunto sexo, erotismo e namoro infantil, na mídia (mesmo sob a desculpa de prevenção à saúde e educação sexual), pode transformar o Brasil num grande prostíbulo. O comportamento promíscuo certamente vai gerar crianças deformadas e com as mais diversas anomalias humanas, sejam físicas ou comportamentais.

Resumindo: é extremamente importante que o Governo Federal cuide da saúde básica em todo o território nacional, especialmente da criança e do adolescente. Os governos estaduais e municipais devem cuidar da saúde mais especializada, como transplantes, próteses, câncer, Aids e doenças da terceira idade em geral. O ideal é cada estado e cada município cuidar dos seus problemas específicos de saúde (problemas típicos de cada localidade), para se desenvolverem nestas áreas específicas e encontrarem soluções preventivas para suas particularidades. O governo federal cuidaria apenas a saúde básica, mas em todo o território nacional.

CAPÍTULO 11

PROJETO de REFORMA da EDUCAÇÃO

Apesar das muitas tentativas de se melhorar a qualidade da educação brasileira, o nosso Sistema Educacional continua estruturado de forma injusta e ineficiente.

Um dos maiores equívocos está na responsabilidade administrativa do Ensino Fundamental. Esta fase, antigo 1º Grau, ficou a cargo dos municípios como se fosse a fase de menor importância social. Já é hora de compreendermos que em um país de grandes dimensões, como o Brasil, o ensino fundamental tem que ficar a cargo do governo federal. O ensino profissionalizante (superior, técnico, especializado, etc.) deveria ficar a cargo dos Estados, Municípios e iniciativa privada. O governo federal não precisa se preocupar com o ensino profissionalizante porque as necessidades, e aptidões produtivas de cada estado e de cada município, produzem por si mesmo as escolas técnicas e superiores de acordo com as reais necessidades de cada região.

O auto-surgimento, das escolas técnicas e superiores, ocorre de forma natural porque a questão financeira é a principal responsável pela profissionalização dos cidadãos. O empresariado sabe que trabalhadores especializados produzem mais e melhor. Por isso, eles mesmos se encarregam de providenciar formação especializada e adequada, às suas necessidades, porque isso lhes representa lucro. Logo, onde existir reais perspectivas econômicas, e trabalhadores e empresários interessados em ganhar dinheiro: produzindo, fabricando, prestando serviços etc., consequentemente surgirão intermediadores para dar formação especializada, seja por parte do governo local ou por parte da iniciativa privada. Portanto, promover o ensino especializado (técnico e superior) com o dinheiro público federal em prioridade ao ensino fundamental, é uma postura equivocada e precisa ser corrigida.

Nas últimas décadas (até a década de 90, pelo menos), o governo federal desvalorizou o ensino fundamental e supervalorizou o ensino

técnico e superior, principalmente nas grandes metrópoles. Tal filosofia tinha intenções aparentemente grandiosas, mas como já sabemos não engrandeceu o Brasil.

A mentalidade de grandiosidades causa efeitos colaterais cujas conseqüências nós bem conhecemos: quem tem dinheiro consegue uma boa preparação facilitando assim a aprovação no vestibular, mas quem não tem dinheiro mal aprende a ler, sendo obrigado a se contentar com os piores trabalhos disponíveis no país. Para agravar tal situação, as universidades federais formam pessoas sem vocação e depois as encaminham para trabalhos de alta responsabilidade. Isso, conseqüentemente, gera incompatibilidades profissionais e ineficiência em vários setores da sociedade brasileira. Por isso, o governo federal precisa reformular sua participação no ensino.

Observe que o ensino fundamental é a principal formação de qualquer cidadão. Portanto, não é realmente prudente deixá-lo a cargo dos municípios ou da iniciativa privada. A maioria dos políticos municipais e donos de escolas particulares, ensinam apenas o que eles particularmente acham que é certo. Muitos deles procuram transmitir, como boas, somente suas ideologias pessoais formando assim cidadãos "míopes" e tendenciosos. (Podemos constatar esta realidade observando o número de partidos políticos existentes no Brasil.) A multiplicidade de partidos caracteriza uma sociedade de educação divergente e desordenada. Tal equívoco educacional tem transformado o Brasil numa verdadeira torre de Babel (ninguém se entende adequadamente). Essa "babelice" brasileira tem dificultado a formulação de corretas soluções especialmente nas questões econômicas e sociais.

Durante a década de 90, um novo problema depreciou consideravelmente a qualidade do ensino médio e fundamental nas escolas brasileiras. O excesso de filosofias liberais, construtivistas e "inclusivistas", agravadas pela ingenuidade do estatuto da criança e do adolescente, propiciaram desordem e indisciplina no ambiente escolar. As "liberdades pedagógicas" e a super proteção à criança, trouxeram muito mais transtornos do que benefícios à Educação brasileira. Hoje, com as recentes "melhorias", que proíbem a punição e praticamente obrigam a aprovação via recuperação paralela, recuperação da recu-

peração, NOA, etc., muitas escolas estão perdendo o controle dos alunos e ficando desgovernadas. Os professores não estão conseguindo dar suas aulas de forma satisfatória porque os alunos estão desinteressados, indisciplinados e rebeldes. Com isso, o ambiente escolar está se tornando altamente estressante e a qualidade do ensino vem caindo dia após dia. O excesso de benevolência ao aluno vem causando queda de qualidade e comprometendo, inclusive, a personalidade e o caráter das novas gerações. Isso, conseqüentemente, tem multiplicado o número de pessoas improdutivas, levianas e também de marginais em todo o Brasil. Até o uniforme (“shortinho” sensual) adotado nos anos 90, é uma imoralidade totalmente oposta a objetivos realmente educacionais.

Já é tempo de o governo reunir os professores e estabelecer uma mesma norma de avaliação, de conduta e de disciplina para ser utilizada por todas as escolas do país. O regimento escolar precisa ser o mesmo em todo o Brasil e ter características mais rígidas e mais disciplinadoras para melhorar a conduta e o caráter das novas gerações. Hoje, a sensação de impunidade (comum na maioria dos jovens, que estão se tornando cada vez mais desrespeitadores) já nasce dentro das próprias escolas.

Corrigindo Injustiças Sociais no Ensino Superior

A estrutura educacional brasileira também tem proporcionado várias injustiças sociais. O ensino público superior (3^o grau), tido como gratuito, só é dado a uma pequena parcela da população brasileira. No entanto, seu custo é cobrado de toda a população por intermédio dos impostos embutidos. O governo usa o dinheiro de todos (dinheiro público) para dar ensino superior a alguns poucos cidadãos, enquanto a maioria tem que pagar faculdade particular se quiser ensino superior. Portanto, se o sistema atual não proporciona igualdade de oportunidade, dificilmente será bem-sucedido como instrumento social. A componente de justiça, entre todos os cidadãos, não pode ser desprezada em nenhuma atividade. O governo precisa reformular o sistema educacional tornando-o realmente justo para todos os cidadãos.

Para resolver estes e outros problemas, proponho que o ensino técnico e superior sejam transferidos para os Estados, Municípios e iniciativa privada. O governo federal administraria apenas o ensino fundamental. A intenção é garantir que os antigos 1º e 2º Graus tenham o mesmo conteúdo e a mesma qualidade em todo o território nacional. Esta é, na verdade, uma das maneiras de proporcionar justa igualdade de oportunidade a todos os cidadãos brasileiros. Os estudantes, tanto do Norte quanto do Sul, receberiam o mesmo alicerce educativo, possibilitando a construção das suas carreiras segundo suas capacitações pessoais, e não segundo as posses de seus pais.

De uma forma ou de outra, o ensino profissionalizante (ensino técnico e superior) não pode continuar sob responsabilidade do governo federal e mantido unicamente com o dinheiro dos impostos (dinheiro que sai do bolso de todos os cidadãos, sejam ricos, sejam pobres). Por isso, precisamos implantar uma estruturação semicapitalista neste setor também para fazermos justiça a todos os cidadãos. O ideal é usarmos o dinheiro público para pagar as instalações prediais e equipamentos. O custo operacional (salário de professores, água, luz etc.) deveria ser transformado em mensalidades cobradas dos próprios alunos. Assim, diminuiríamos a injustiça praticada aos demais cidadãos que, por um motivo ou por outro, não têm acesso a este mesmo nível de ensino. Além disso, a participação financeira, dos alunos, ajudaria a diminuir o descaso de alguns professores que, sob a máscara da gratuidade, comportam-se como se estivessem fazendo favor ao aluno e à sociedade brasileira. O método semicapitalista também ajudaria a equilibrar oferta e procura dentro da real necessidade de cada região.

De qualquer forma, é absolutamente necessária a criação de um Instituto de Seguridade Social, conforme explicado no capítulo 8, para propiciar igualdade de oportunidade na educação profissionalizante também. Com este Instituto, os alunos poderiam pagar suas mensalidades com trabalho público e comunitário. A união do conceito capitalista com o conceito socialista permitiria, inclusive, o fim do injusto e ineficiente crédito educativo. (Injusto porque requer ressarcimento dos alunos formados em escolas particulares, mas não requer ressarcimento dos alunos formados em universidades públicas.) Qual a

diferença entre um e outro?... Se o governo arca com os custos de alguns, porque não arca com os custos do outro?...

Se olharmos com imparcialidade as outras nações ao redor do mundo, constataremos que o pleno desenvolvimento de um povo está intimamente relacionado à igualdade de ensino entre toda a população. Uma nação livre, que usa seus recursos financeiros de forma justa, entre todos os cidadãos, alcança mais desenvolvimento e prosperidade do que uma nação que usa estes mesmos recursos de forma injusta e desigual, mesmo que, inicialmente, a nação justa só consiga alfabetizar a todos e ainda que a nação injusta consiga formar doutores, engenheiros, administradores, etc...

Este efeito, que para nós brasileiros pode parecer meio contraditório, ocorre porque o Deus Criador — Aquele que estabeleceu que o bebê ao nascer vai mamar por si mesmo, sem que ninguém lhe ensine, e que ao se lançar na terra um carço de fruta, ele vai germinar e se reproduzir ao invés de apodrecer — também estabeleceu um planejamento para a evolução e o desenvolvimento do ser humano. Este planejamento está firmado sobre o princípio de justiça, e não sobre o princípio da esperteza, do elitismo, clientelismo, apadrinhamento ou de meras filosofias atéias e pagãs.¹ Portanto, tudo o que não for estruturado de forma realmente justa, (entre todos os cidadãos — entre todos os “sociãos”²), dificilmente será bem sucedido.

Entendendo o efeito justiça

Chamo de *efeito justiça* os resultados da aplicação do princípio de justiça em atividades econômicas, esportivas, produtivas ou sociais. Observe que no futebol o Brasil é bem-sucedido porque o princípio de justiça é plenamente respeitado. Nesse esporte existe um considerável

¹ **Filosofias atéias e pagãs** – Filosofias “mundanas” (deste mundo) sem nenhuma inspiração divina.

² **“Socião”** – Expressão sugerida pelo autor para substituir a palavra *cidadão*. A palavra *socião* representa melhor a idéia de sociedade.

nivelamento de aprendizagem entre todos os cidadãos. A igualdade de oportunidade é satisfeita porque, o futebol, é um esporte que não requer formação especial nem equipamentos caros para ser praticado. Basta um terreno vazio e uma meia velha (cheia de trapos) para qualquer criança aprender e exercitar o futebol. Portanto, havendo igualdade de oportunidade, entre todos (pobre e rico, “moderninho e caipira”), cria-se um nivelamento que permite aos craques natos, aos que nasceram com este dom, com este talento, a sobressaírem em relação aos demais e serem assim notados e conseqüentemente selecionados, inclusive, para aprimoramentos técnicos e posteriores especializações em clubes profissionais, por exemplo.

A descoberta, em tempo hábil, das pessoas potencialmente melhores entre toda uma população, seja no futebol ou em qualquer outra área, (como científica, social, tecnológica, administrativa etc.), é um processo automático que se torna prático e viável ao estabelecermos o nivelamento de oportunidades. Esta técnica, justa e simples, faz com que as pessoas de maior potencial, as que têm verdadeira vocação, se projetem naturalmente e produzam o melhor de si em benefício próprio e em benefício do país.

Em todas as áreas, não-esportivas, é a educação fundamental a responsável por promover o justo nivelamento de conhecimento básico entre toda a população. O nivelamento é uma pré-condição para que os verdadeiros craques: da ciência, da tecnologia, da liderança pública, da diplomacia, do ensino e da justiça, possam descobrir a si mesmos e percorrer o caminho mais adequado às suas aptidões profissionais. Precisamos tornar a nação mais eficiente (com pessoas certas nos lugares certos) em todas as áreas de atuação da sociedade e não só no futebol.

Este efeito, benéfico e construtivo, conseqüente da aplicação do princípio de justiça, está plenamente de acordo com um dos ensinamentos mais elementares de Jesus Cristo, onde Ele diz que basta temer a Deus, respeitando as diretrizes da criação e agindo de forma justa, e tudo o mais se processará de forma bem-sucedida. No entanto, alguns acadêmicos brasileiros, rotulados de Mestres e Doutores, preferem ser discípulos dos ensinamentos de Karl Marx (jornalista e filósofo alemão,

1818 – 1883).³ Marx formulou a filosofia Marxista que até hoje serve de base a alguns partidos socialistas.

Embora se apresente como ciência, a experiência demonstrou que o Marxismo é, na verdade, uma crendice intransigente e equivocada. Seus adeptos são orgulhosos demais para se submeterem a Deus e, por isso, pregam a sua inexistência (ateísmo). O problema é que ao raciocinar de forma atéia, os marxistas não conseguem classificar, de forma realista, as várias diferenças humanas. Por isso, alegam que todo ser humano é igual. No entanto, se acham os mais capacitados para liderar a sociedade. Igualdade, de fato, só entre o “povão”. Eles, os representantes do Marxismo, embora não confessem publicamente, se julgam mais sábios e melhores que os demais cidadãos.

No Brasil, alguns acadêmicos marxistas, principalmente na área da educação, persistem dizendo que o ser humano é um bicho que não tem origem definida (não tem um criador). Alguns dizem que qualquer ser humano pode ser moldado e domesticado para qualquer fim, (desprezam os dons e as vocações). Os marxistas acreditam que basta conhecimento científico e filosófico para que qualquer pessoa se torne um bom cientista, bom médico, bom professor, bom estadista, etc. Eles agem como se tais conhecimentos fossem tudo e a inspiração e a predisposição, de cada ser humano, não fosse nada. Como poderia, no entanto, o conhecimento ser mais importante ou ser superior ao homem se foi o próprio homem que desenvolveu o conhecimento?

A tentativa de condicionamento humano, através da "educação", é um equívoco que serve apenas para colocar determinadas pessoas nas funções mais importantes do país. Os acadêmicos, defensores do marxismo, têm ajudado a colocar pessoas erradas (pessoas que a natureza não preparou) nos lugares e nas atividades onde elas não deveriam estar. Isso, conseqüentemente, resulta em insensatez e ineficiência na condução de vários setores nacionais.

³ “**Karl Marx**” – Almanaque Abril 98, p. 527. ●●● Wilges, Irineu. Cultura Religiosa, p. 144–150

Observe que as técnicas científicas e filosóficas normalmente envelhecem e podem ficar desatualizadas. Mas, a imaginação e a inspiração se renovam continuamente, produzindo soluções criativas e atualizadas. Podemos dizer, inclusive, que o conhecimento filosófico e científico tem característica mais ou menos estática. Já a imaginação e a inspiração têm característica mais ou menos dinâmica. Por isso, a sociedade brasileira precisa dar um pouco mais de importância às características individuais de cada ser humano, e um pouco menos ao seu nível de conhecimento. Na prática, o conhecimento pode ser obtido em qualquer época. Logo, os processos seletivos em geral não podem classificá-lo como mais importante do que as características individuais e vocacionais de cada pessoa.

As autoridades da área de educação precisam entender que é impossível fabricar um Pelé, ou um Isaac Newton, por melhor que seja a escola de futebol ou de ciências. Um Pelé, um Isaac Newton, um Albert Einstein já nascem feitos desde o ventre de suas mães. (Resultado da combinação “aleatória” de muitos milhões de espermatozóides com um também aleatório óvulo feminino.) Esta combinação, às vezes privilegiada, não escolhe classe social para realizar-se.

O processo de distribuição aleatório, de dons naturais, não depende da região ou do nível social das famílias envolvidas. Parece que o objetivo desta “aleatoriedade” é promover o nivelamento da raça humana sobre a Terra e, sendo assim, não devemos burlá-lo. É especialmente por isso que a Educação Brasileira tem que se preocupar em encontrar os gênios naturais em vez de tentar “fabricá-los” a partir de estudantes economicamente favorecidos (estudantes de famílias ricas). As autoridades precisam entender que é inútil lapidar pedras comuns tentando transformá-las em pedras preciosas. A lapidação dá excelentes resultados desde que, a pedra, já seja preciosa no seu estado bruto. É antieconômico e antiprodutivo especializar quem não é naturalmente especial visando transformá-los em esteios da sociedade. Praticar a verdadeira justiça, nivelando a educação fundamental de norte a sul do Brasil, é o primeiro passo para encontrar as pessoas potencialmente preciosas e especiais que estão espalhadas pelos canaviais, pelos interiores agrícolas, ruas das metrópoles, periferias, favelas, famílias humildes, etc...

Uma análise da origem social, dos jogadores da seleção, pode nos fornecer um percentual, aproximado, de onde encontrar as pessoas potencialmente fenomenais dentro da nossa sociedade. Se nivelarmos o ensino, elas sobressairão e poderemos prepará-las para a condução e administração das diversas atividades do país. Precisamos semear justiça, entre todos os estudantes (sejam pobres ou sejam ricos), para colhermos eficiência e prosperidade.

Na década de 90, cada escola ensinava apenas o que queria, como queria e quando queria aos alunos de Ensino Médio e Fundamental. Essa liberdade, das escolas e dos professores, anulava a igualdade de oportunidade e gerava disparidades absurdas de escola para escola e de região para região. Por isso, é imprescindível que o Governo Federal reúna os professores e estipule um programa único para todas as escolas de ensino fundamental. O país precisa estabelecer rígida igualdade de oportunidade entre todas as crianças e adolescentes brasileiros. Para isso, é necessário que o conteúdo curricular seja o mesmo, que a didática seja a mesma, que o processo de avaliação seja o mesmo e que a qualidade dos professores também seja semelhante. De fato, conceder liberdades é a melhor solução em várias questões sociais. Mas, nesse caso específico, estabelecer rígida igualdade de ensino é a mais justa das soluções.

Uma das disponibilidades técnicas para se conseguir um bom nivelamento de ensino é a utilização de vídeo-aulas apresentadas diretamente aos alunos, seja nas escolas ou até mesmo nas próprias residências. As vídeo-aulas, quando elaboradas com demonstrações práticas, isto é, com o áudio e o vídeo se complementando e estimulando a memorização visual e auditiva ao mesmo tempo, exercem muito maior poder de absorção pelo aluno do que qualquer explicação tradicional dada à frente de um quadro-negro. Além disso, as vídeo-aulas evitam distorções de interpretação porque estabelecem contato, direto, entre a fonte de informação e o aluno. Elas garantem o mesmo conteúdo, a mesma didática e a mesma explicação em qualquer lugar onde forem transmitidas, seja no centro de uma metrópole, seja na periferia, seja em áreas rurais, etc.

De uma maneira ou de outra, o ideal é o Governo Federal transferir o ensino superior para os Estados e Municípios e assumir a responsabili-

dade do ensino médio e fundamental. O governo poderia, inclusive, estender o ensino fundamental de oito para dez anos (dividindo-o em Primário e Ginásio novamente, de modo a separar crianças de adolescentes). O atual Ensino Médio é um degrau desnecessário e poderia ser desmembrado, mas sem perda de conteúdo para os alunos. Uma parte do conteúdo ficaria no ensino fundamental e a outra parte no ensino profissionalizante. Desta forma apenas os ensinos de caráter profissionalizantes dariam seqüência ao ensino fundamental e ficariam a cargo dos Municípios, Estados e iniciativa privada. Com esta modificação, garantiríamos o nivelamento da formação básica em todo o país. E, certamente, descobriríamos os gênios em potencial que até a década de 90 nasciam e morriam na inutilidade ou na marginalidade por falta de formação adequada e nivelada.

A confiabilidade e veracidade do ensino

Outro fator muito importante na educação de um povo é a confiabilidade e a veracidade do conteúdo lecionado.

Durante os anos 90, circularam pelo Brasil algumas campanhas tentando mostrar como se muda um país através da educação. No entanto, mudar o país não é a solução, a solução é melhorar o país, e isso só uma boa educação pode fazer, não é qualquer educação que melhora um país.

No início do século XX, alguns países do Leste europeu, entediados ou insatisfeitos com a cultura cristã daquela ocasião (contaminada com algumas práticas pagãs desde a Idade Média) resolveram mudar de educação dando crédito a ensinos ateus que desprezavam os ensinamentos cristãos: adotaram o modelo comunista baseado no marxismo. Hoje, todos sabemos que esses países acabaram fracassando. A educação que deram a seus povos mudou o país, mas não o melhorou, na verdade o piorou. No entanto, outros povos que também estavam insatisfeitos, mas preferiram aperfeiçoar a educação e a cultura cristã, reformando-a e retirando as impurezas acumuladas no decorrer do longo período

medieval, conseguiram realmente melhorar seus países e não apenas mudá-los.

Portanto, não vamos agora nos iludir e fazer experiências com o que já é por demais comprovado. Educação por educação existem muitas entre vários povos, mas, o que o Brasil precisa é de educação boa e verdadeira. (Educação que produza bom comportamento, boa conduta, paz social, eficiência profissional e prosperidade a todos.) Nesse sentido, a Bíblia Sagrada não pode jamais ser desprezada, inclusive, porque nela também se basearam os povos que hoje são os mais prósperos e mais desenvolvidos do planeta.

O conhecimento da história de sucessos e de fracassos do povo judeu, relatada no Velho Testamento, é inúmeras vezes mais importante e mais útil a uma nação do que a história de qualquer outro povo antigo. O Novo Testamento, por sua vez, trás esclarecimentos humanos e religiosos de grande importância social. (Tais esclarecimentos são relativamente simples, mas a maioria do povo ainda não os conhece, adequadamente, por consequência de misticismos criados por alguns líderes religiosos).

Certos misticismos são até toleráveis porque o Brasil ainda está em fase de desenvolvimento. A liberdade de interpretação pessoal, da Bíblia (sem o “controle” do Vaticano), ainda é novidade para a maioria dos brasileiros que só agora vem descobrindo o Protestantismo.

Até meados do século XX, o conhecimento bíblico ainda era um monopólio da Igreja Católica Romana. Sabemos que os monopólios costumam estagnar e não dão bons resultados. Por isso, o governo deveria levar o conhecimento cristão para dentro das escolas, a fim de que os alunos estudem o conteúdo bíblico sob o ponto de vista histórico, ético, moral, humano e social. O país precisa amadurecer melhor este assunto, inclusive, para que os cidadãos não se tornem presas fáceis de quaisquer equivocada ou mal-intencionada entidade religiosa.

O estudo e análise do conteúdo bíblico, de forma racional, porém respeitosa, traria grandes benefícios à sociedade brasileira. O Cristianismo é, na verdade, composto de uma “polpa” social que é apenas

revestida de uma “casca” religiosa. O objetivo da casca é conservar, proteger e transportar a polpa, isto é, transportar o conjunto de valores morais e sociais do “reino de Deus”, via pregações, sermões e cultos. Muitos brasileiros já entendem a necessária combinação entre casca e polpa. A grande maioria, porém, se alimenta apenas da casca (da religiosidade) não enxergando a parte mais importante que é a polpa (a conduta social). Muitos dos que, inclusive, desejam fortemente ser cristãos não executam as atitudes morais e sociais relativas à conduta cristã por falta de adequados esclarecimentos.

O sistema educacional brasileiro, quer considere a Bíblia como fonte de informações relevantes, ou não, não pode mais se deixar influenciar pelo ateísmo se quiser realmente ser útil à nação. Karl Marx pode ter tido boa intenção, mas não sabia exatamente o que fazia quando apregoeou a rejeição ao Cristianismo como alternativa de evolução social. A extinta União Soviética (que proibiu todo tipo de manifestação religiosa dentro das suas fronteiras), conseguiu educar praticamente todo o seu povo, alfabetizando mais de 98%⁴ da sua população. Entretanto, dominada pela filosofia marxista ensinou conceitos econômicos equivocados, conceitos sociais equivocados, conceitos administrativos equivocados e conceitos religiosos mais equivocados ainda.

Apesar do alto índice de alfabetização que a ex-União Soviética alcançou, as décadas de 80 e 90 demonstraram que a filosofia marxista, no governo e na educação, não proporcionaram os resultados desejados. A ex-União Soviética, que viveu sob cortinas de ferro e com constantes problemas econômicos e disciplinares, não conseguiu se sustentar e acabou se desfazendo em 1991. Portanto, o povo brasileiro não pode se deixar influenciar por ensinamentos utópicos, falsos ou excessivamente materialistas. É melhor tomarmos como exemplo a educação de povos de resultados comprovadamente prósperos do que nos espelharmos em filosofias “socialistas” comprovadamente malsucedidas. O ateísmo do Leste europeu e o paganismo africano, não produziram paz social e

⁴ **98% de alfabetização** – JOHNSTONE, Patrick. Batalha Mundial. 3º ed. São Paulo: S.R E. Vida Nova, **1985**. pág. 281

prosperidade em nenhum dos países que o adotaram, (nem nos países de origem). Logo, não faz sentido adotarmos tais filosofias em nosso país. A história tem demonstrado que nenhum dos dois extremos (ateísmo marxista de um lado, e paganismo do outro) tem sido capazes de produzir soluções, sejam econômicas, sejam sociais.

Implantando educação informal através da TV

Além de reformular o sistema de educação convencional, o governo precisa implantar um programa de educação informal através do rádio e da TV. Precisamos popularizar os conhecimentos relacionados à cidadania, à saúde, ao bom comportamento e à eficiência em geral. Sabemos que a televisão exerce forte influência em uma sociedade. Essa característica, no entanto, precisa ser mais bem aproveitada. O Brasil ainda é um país em desenvolvimento e grande parte da população carece de conhecimentos básicos necessários para o progresso e para a boa socialização dos cidadãos. Por isso, uma parte do tempo do rádio e da televisão deveria ser utilizada de maneira educativa visando suprir essa nossa carência.

A proposta é a seguinte: O governo requisitaria 20% do tempo de cada emissora para que fossem preenchidos com programações exclusivamente educativas. Tais programações orientariam os cidadãos em questões como:

- ___ *Higiene física, higiene alimentar e higiene ambiental.*
- ___ *Medicina preventiva, saúde básica e nutrição saudável.*
- ___ *Respeito ao próximo, reverência aos pais e aos mais velhos.*
- ___ *Educação dos filhos com amor, correção e disciplina.*
- ___ *Direitos e deveres da sociedade e conseqüências da marginalidade.*
- ___ *Organização social e política, do país e do mundo.*
- ___ *Leis básicas do cotidiano e leis de trânsito com suas punições.*

- ___ *Prudência e segurança no lar, no trabalho e no trânsito.*
- ___ *Relações trabalhistas, comerciais, e tarifas públicas.*
- ___ *Economia familiar e de pequenos negócios.*
- ___ *Esclarecimento sobre males sociais (alcoolismo, vícios diversos, prostituição, etc.).*

Os 20% de programação educativa seriam contabilizados como parte dos impostos das emissoras de rádio e TV. As emissoras deixariam de pagar seus impostos com dinheiro e passariam a pagá-los com produção e transmissão de programas educativos.

Se a produção dos programas ficar a cargo das próprias emissoras, elas mesmas se preocuparão em garantir criatividade e boa qualidade; principalmente para obter um bom índice de audiência e conseqüentemente atrair patrocinadores.

Se considerarmos como 20 horas, a média de programação diária das empresas de rádio e TV, então 20% corresponderiam a 4 horas diárias. Essas 4 horas, de programação educativa, seriam fiscalizadas e avaliadas pelo setor de censura democrática que está sendo proposto no capítulo 14.

A distribuição deste tempo educativo poderia ser inicialmente da seguinte maneira:

- ___ *Seis minutos a cada hora distribuídos a critério de cada emissora. As mensagens seriam curtas, do tipo propaganda, ensinando e esclarecendo crianças e adultos sobre os assuntos já mencionados anteriormente. (Isso totalizaria 2 horas de transmissão diária).*
- ___ *As outras duas horas seriam divididas em 5 programas de 24 minutos cada um distribuídos da seguinte forma: — um na parte da manhã visando especialmente a criança — dois na parte da tarde visando o adolescente e a mulher do lar — um*

no “horário nobre” visando o adulto em geral — e o último após a meia noite (madrugada) direcionado ao esclarecimento da marginalidade, das deformações de comportamento e da conseqüente perda da liberdade física e/ou emocional, que estão associadas às drogas, distúrbios sexuais, violências descontroladas, etc....

Os programas deveriam ser diários e, obrigatórios, em todas as emissoras “abertas” respeitando-se a liberdade de produção conforme conviesse a cada uma delas. O importante, na verdade, é satisfazer o objetivo de educar e esclarecer corretamente a toda a população, dentro de um código de ética, moral e decência estabelecido pelo setor de censura.

Com este projeto, as emissoras de rádio e TV pagariam seus impostos com produção e transmissão educativa. Tal método evitaria falcatuas tributárias e garantiria 4 horas diárias de programação realmente útil à população.

Um detalhe importante é que a produção destes programas não pode ficar a cargo de instituições governamentais. Isso é necessário para que não se tornem objeto de manipulação política nem fiquem descomprometidos com a boa qualidade e com um bom nível de audiência. Só os temas devem ser elaborados, pelo governo, através dos seus ministérios e secretarias. Os detalhes de produção devem ficar a cargo das próprias emissoras, porém sujeitos a intervenção do setor de censura.

Se colocarmos essa idéia em prática, o rádio e a televisão se tornarão bons instrumentos de formatação e edificação da cultura brasileira, deixando de ser instrumentos de deterioração do que ainda resta de bom, na nossa cultura e na nossa educação.

CAPÍTULO 12

PROPRIEDADE PRIVADA E TERRA AGRÁRIA

O Brasil ainda não conseguiu desenvolver uma política justa, social e pacifista nesta questão da propriedade da terra, seja urbana, seja rural. Na verdade, são muitos os países que ainda têm dúvidas sobre esse assunto; um assunto que coloca capitalistas de um lado e socialistas de outro. A maioria dos capitalistas acha que a terra deve ser de quem tem recursos financeiros porque, assim, a “economia” do país funciona melhor, isto é, a produtividade é maior. Já os socialistas acham que a terra deve ser do Estado, para pertencer igualmente a todos, porque assim a “sociedade” funciona melhor.

Quem está certo e quem está errado?... Se considerarmos a explicação do capítulo 6, concluiremos que ambos têm suas razões e ambos estão parcialmente certos. O erro estaria apenas no extremismo e no radicalismo destas posições. Portanto, a melhor solução é fazer uso dos dois conceitos desprezando, porém, a parte extremista de ambos. Precisamos formular alternativas pacíficas e justas respeitando as necessidades sociais e as necessidades econômicas. Precisamos estabelecer justiça social, mas em conjunto com a eficiência econômica. Com a utilização destes dois conceitos fica mais fácil promover o bom uso da terra e a sua disponibilidade para os que dela necessitam.

Deficiência Capitalista e deficiência Socialista

Vamos analisar o lado negativo, do capitalismo e do socialismo, para facilitar a compreensão das propostas que virão a seguir. Observe que o método capitalista não é muito correto porque a terra difere de todas as demais coisas por ser um bem praticamente eterno. O preço das roupas, por exemplo, varia de acordo com a qualidade e com a durabilidade do tecido. O mesmo acontece com os eletrodomésticos, bicicletas e automóveis: quando são duráveis custam mais caro, quando duram pouco custam mais barato.

Os lotes de terra, no entanto, são diferentes porque eles duram para sempre. A terra não tem uma durabilidade que se possa calcular (é praticamente eterna). Sendo assim, a terra deveria ser comercializada de forma diferenciada em função dessa sua particular característica de durabilidade perpétua.

Para facilitar a compreensão dessa questão, imagine um lote residencial urbano no qual se constrói uma casa. O lote é comercializado por R\$ 8.000,00¹ e a construção sai por R\$ 15.000,00. O interessante neste caso é que depois de 100 anos, a construção já não tem mais o mesmo valor porque se deteriorou, deu infiltrações, trincou etc., (a não ser que se faça reformas periódicas o que aumentaria o seu custo a cada nova reforma). Mas, o lote, o direito de propriedade do local não envelhece nem se desvaloriza no decorrer destes mesmos 100 anos. Logo, alguma coisa deve estar errada no valor de comercialização do lote, uma vez que ele é praticamente eterno e não se deteriora com o decorrer do tempo. A impressão inicial é que o preço do lote deveria ser várias vezes maior que o preço da construção, que envelhece e que se deteriora com o decorrer do tempo.

Se calculássemos o valor da terra, de forma realmente justa, satisfazendo as regras capitalistas, concluiríamos que nenhum ser humano teria dinheiro suficiente para pagar por 1 metro quadrado de terra. Isso aconteceria porque teríamos que considerar duas variáveis: a primeira seria a qualidade da terra, e a segunda seria a durabilidade da terra. Supondo-se que a qualidade de um determinado local merecesse o índice 0,5 e a durabilidade fosse estimada em 100 anos, então teríamos $0,5 \times 100 = 50$, o que faria 1 metro quadrado corresponder a R\$ 50,00 naquela determinada localidade. No entanto, a realidade é bem diferente porque a durabilidade da terra não se limita a 100 anos. Na verdade, ela tende a infinito.

Portanto, se a durabilidade da terra realmente tende a infinito, multiplicar 0,5 (ou qualquer outro índice de qualidade) pela durabilidade da terra, resulta sempre num valor que também tende a infinito. Agora,

¹ Na época em que este livro foi originariamente elaborado 1 Real equivalia a aproximadamente 1 Dólar. Logo, considere todos os valores em dólares.

surge a pergunta: qual é o ser humano que tem uma quantia de dinheiro tão grande, que tende a infinito, para pagar de forma realmente legítima por 1 metro quadrado da terra?

Se ninguém pode pagar de forma realmente justa e correta, por um título de propriedade definitivo e perpétuo, conforme acabamos de demonstrar, então podemos dizer que a terra não está sendo vendida de forma legítima. Ela estaria apenas sendo repassada aos cidadãos que podem pagar um valor, na verdade, simbólico. Em teoria, o preço real e verdadeiro, de um título definitivo (título perpétuo), teria que ser infinitas vezes maior. Logo, o nosso atual processo é equivocado e caracteriza uma “semi-doação” que privilegia somente as pessoas que têm dinheiro. Isso, logicamente, contraria grande parte dos Cidadãos que, em consequência, condenam o capitalismo e apregoam o socialismo.

De acordo com a explicação acima, o modelo exclusivamente capitalista é incorreto e conseqüentemente gera efeitos colaterais (especulação, latifúndio, conflitos, etc.). Os especuladores compram propriedades para manipular seus preços e ganharem dinheiro na sua revenda. Os latifundiários retêm suas fazendas, mesmo inutilizadas e improdutivas, apenas para serem os “donos do pedaço” e controlar tudo à sua volta. Em alguns casos, os latifundiários exercem uma opressão econômica que atinge especialmente os chamados “sem-terra”. Tal comportamento, inutiliza a capacidade produtiva da terra causando as aberrações que muito bem conhecemos.

Já o tratamento exclusivamente socialista, que não usa regras claras de comercialização, e que distribui a terra teoricamente de forma igual para todos, também é irreal e gera efeitos colaterais. O cidadão que não se sente o legítimo proprietário da terra, ou que a tenha recebido totalmente de graça, sem nenhum sacrifício, acaba se desestimulando e não se esforçando suficientemente para conservar e desenvolver o que tem sob seu domínio. A sensação de que a propriedade não lhe pertence, ou que lhe veio muito fácil, causa um desânimo natural provocando a má conservação e a baixa produtividade. Se compararmos o desempenho dos países metade-comunistas e metade-capitalistas, como é o caso da Coreia, (do Norte e do Sul), fica fácil de comprovar esta realidade. (Na

Coréia, a metade capitalista é várias vezes mais rica e produtiva do que a metade comunista).

Outro detalhe a se considerar também é que a distribuição gratuita de terra é injusta porque não existem meios práticos de ser igual para todos. Em geral, a qualidade da terra varia de lugar para lugar — numa parte tem riacho, noutra não tem — um lote tem vista para o mar, o outro não tem — um é plano, o outro é inclinado e assim por diante. Além disso, a distribuição gratuita causa subvalorização e desprezo por parte da maioria dos cidadãos. Muitas pessoas trocam grandes lotes de terra até mesmo por bicicletas. Isso tem ocorrido em algumas áreas sob reforma agrária, o que cria um mercado clandestino muitas vezes mais danoso do que o próprio capitalismo oficial. O pior é que a gratuidade total também estabelece opressão, domínio e corrupção por parte dos órgãos que detêm a responsabilidade de distribuição. Portanto, o descaso, a ineficiência e a baixa produtividade, são os maiores efeitos colaterais do tratamento exclusivamente socialista.

O ano Jubileu como solução definitiva

A proposta a seguir foi inspirada nas ordenanças que Deus deu a Moisés há mais ou menos 3300 anos. Naquela ocasião, o povo aprendeu a administrar a terra, de forma justa, fazendo uso do ano Jubileu² de 50 em 50 anos. Esta proposta não é uma réplica daquele modelo. Na verdade, é apenas inspirada nele e tem como principal finalidade unir o lado bom, do socialismo, com o lado bom, do capitalismo. A intenção final é fazer justiça a todos os cidadãos e desestimular a ação dos especuladores, especialmente na questão da propriedade rural.

A idéia central desta proposta é comercializar a terra por um período de tempo definido e não mais infinito como ocorre atualmente. Neste caso, a terra urbana, a terra agrária e tudo o que estivesse sobre ela, pertenceria de forma perpétua somente ao Estado, à nação (à sociedade como um todo). Aos cidadãos e empresas, a terra pertenceria somente de forma temporária renovável de 10 em 10 anos. Neste novo sistema, os

² **Bíblia Sagrada** – Levítico, capítulo 25, (em especial o versículo 23)

proprietários teriam que renovar seus títulos de propriedade a cada 10 anos. Caso contrário, a propriedade retornaria para o Estado e o Estado a revenderia para qualquer outro cidadão que se interessasse por ela.

Os principais objetivos deste sistema são:

- *Inviabilizar de forma livre e natural a especulação imobiliária e o latifúndio.*
- *Fazer com que a terra e os imóveis baixem de preço por si só, ficando ao alcance de todos.*
- *Manter garantido o legítimo direito de propriedade, mas por um período de tempo determinado e renovável e, não mais, por um período de tempo infinito como ocorre atualmente.*
- *Manter totalmente livre o comércio de terras e imóveis a fim de que sejam utilizados da melhor maneira possível e segundo as necessidades de cada proprietário.*

O ano “Jubileu da terra”, ou seja, o ano em que todas as propriedades retornariam ao Estado, caso os atuais proprietários não as readquirissem, seria o ano de início de década: o ano 2010, o ano 2020, o ano 2030 e assim por diante. Os proprietários bem intencionados, que utilizam a terra e os imóveis de forma racional, respeitando suas finalidades econômicas e sociais, não sofreriam nenhum prejuízo mesmo sendo obrigados a readquirirem suas propriedades a cada 10 anos. Os proprietários não teriam prejuízo porque, em todos os casos (urbanos), a moeda a ser utilizada, para pagar a renovação do título de propriedade, seria os comprovantes de um imposto propriedade que substituiria o atual ICMS nas contas de água e de luz. O novo imposto (pago mensalmente) teria a finalidade de garantir o direito de propriedade do respectivo local, sendo vinculado às contas de água e de energia elétrica sem, entretanto, majorar seus preços.

O ICMS, que atualmente recai sobre estas contas, seria apenas reformulado (da forma como veremos mais adiante) podendo, inclusive, chamar-se “*imposto propriedade*” para cumprir este novo objetivo. Na prática, esse imposto não pesaria sobre o cidadão que usa sua pro-

priedade normalmente e paga suas contas de água e luz todo mês. No entanto, faria muita diferença para os cidadãos que são apenas especuladores (pessoas que possuem propriedades, mas não as utilizam da forma que deveriam).

Observe que a maioria dos terrenos vazios tem um dono especulador. Podemos chamá-lo de especulador porque se não faz uso da terra é porque quer apenas ganhar dinheiro com ela. O problema é que este comportamento especulativo prejudica os cidadãos que mais necessitam de terra: os pobres, que se vêem obrigados a fazer favelas nos morros e mangues das grandes cidades.

Desestimulando a Especulação e o Latifúndio

O imposto propriedade depreciaria os imóveis desocupados e os terrenos baldios a tal ponto que deixariam de ser visto como investimentos e passariam a ser visto como fontes de prejuízo³. Isso desestimularia a especulação e faria baixar o preço dos terrenos e imóveis em todo o país. Diferentemente do ICMS, esse novo imposto deve ser cobrado de todas as propriedades independentemente de estarem ocupadas, vazias ou só no terreno.

As empresas de distribuição de água e de eletricidade seriam os responsáveis pelo recolhimento do imposto. Todas as propriedades, inclusive os terrenos vazios, pagariam o imposto sob a forma de *cota mínima média local*.⁴ Sabemos que as redes de água e de energia elétrica foram instaladas para atender a todas as propriedades. Portanto, não há injustiça em se cobrar uma cota mínima de todos. Mas, o intuito principal é cobrir o imposto propriedade que substituiria o atual ICMS e que atualmente não é pago pelos terrenos baldios nem pelas propriedades inutilizadas.

³ **Fontes de prejuízo** – Igual ocorre com qualquer outro bem, estacionado e inutilizado, que também se desvaloriza com o decorrer do tempo.

⁴ **Cota mínima média local** – Resultado da multiplicação da área do terreno pelo consumo médio da respectiva localidade. (Pagamento obrigatório por todas as propriedades, independentemente de haver consumo ou não).

O imposto propriedade poderia ser destinado às prefeituras para custear as questões ligadas a propriedades, tais como: manutenção de ruas, praças e urbanização em geral. O pagamento mensal deste imposto garantiria a renovação do título de propriedade na ocasião do “ano Jubileu da terra”.

Na hipótese do proprietário não ter pago este imposto mensalmente, durante os 10 anos anteriores ao ano Jubileu, então teria que pagá-lo de uma só vez para adquirir o título de propriedade dos 10 anos seguintes. Caso isso não acontecesse, a propriedade passaria para o Estado, inclusive, com todas as eventuais benfeitorias e construções. Nestes casos, de apropriação do Estado, a propriedade ficaria à disposição de qualquer outro cidadão que quisesse comprá-la pagando o justo preço de mercado ao Estado.

O novo sistema não impede que as propriedades sejam comercializadas livremente e em qualquer época. O mercado é que vai ditar os novos preços e as novas formas de negociações que, certamente, se alterariam muito ao se enquadrarem neste novo sistema. É importante lembrar que: Imóvel inutilizado representaria um considerável prejuízo. Além disso, o risco de perda, por ocasião do ano Jubileu, inibiria construções desnecessariamente luxuosas e extravagantes, desenvolvendo uma cultura de melhor aproveitamento do capital e dos imóveis.

Nesta proposta, o imposto propriedade equivaleria ao valor da cota mínima média local independentemente do consumo individual de cada propriedade. Deste modo, uma propriedade em uso, consumindo água e luz, não sofreria acréscimo relevante nas suas despesas. Mas, uma propriedade desabitada sofreria um prejuízo mensal suficiente para desvalorizá-la ao longo do tempo e inibir a especulação.

O valor desse imposto pode permanecer em torno do mesmo índice do atual ICMS, porém deve ser calculado sobre o consumo médio de cada localidade. A idéia é fazer com que um terreno pequeno tenha uma cota mínima pequena, e um terreno grande tenha uma cota mínima grande. Isso equivale a dizer que todo terreno, de 300 metros quadrados, numa mesma localidade (num mesmo bairro), pagaria a mesma cota mínima. Já um terreno de 600 metros quadrados, por exemplo, pagaria

uma cota mínima equivalente ao dobro da área de 300, mesmo que não consumisse água nem eletricidade.

Um dos objetivos desse sistema é inviabilizar a propriedade inútil e especulativa, respeitando-se as necessárias diferenças sociais. A meta principal é baixar o preço da terra e torná-la acessível ao maior número de pessoas. Na verdade, para que isso seja possível é necessário impor prejuízo aos que têm muito mas não os utilizam. No entanto, não podemos causar injustiça aos proprietários que fazem bom uso das suas propriedades e que não têm interesses meramente especulativos. É importante lembrarmos, também, que os cidadãos em dificuldades financeiras poderiam solicitar ao *Instituto de Seguridade Social*⁵ para pagar o imposto por eles, (em troca de serviços públicos e comunitários). Assim, ninguém correria o risco de perder a propriedade que estivesse fazendo uso normal (residindo ou trabalhando).

O preço de comercialização dos imóveis diminuiria bastante porque a terra e as propriedades teriam escrituras com validade de apenas 10 anos. Com este sistema, os proprietários não teriam mais a garantia de direito perpétuo e de valorização crescente, conforme ocorre atualmente. Além da significativa baixa de preços, o novo método ajudaria a promover desconcentração de riquezas e faria justiça social.

No caso das áreas rurais e agrárias, o imposto específico, para permitir a reaquisição da terra no ano jubileu, teria que ser um imposto *produtividade*. Tal imposto seria cobrado de todas as propriedades, produtivas ou não, podendo ser pago com os próprios produtos das respectivas fazendas.

No caso agrário é necessário, também, a formulação de uma *cota mínima média local*. A cota mínima de cada localidade dependeria da produtividade média da respectiva região, ano a ano, e da extensão de cada propriedade. O objetivo é exatamente o mesmo que nas áreas urbanas: permitir a reaquisição da terra no ano Jubileu (sem custos adicionais) e garantir o pleno direito à propriedade privada, tornando a terra, porém, mais acessível aos interessados em fazer bom uso dela.

⁵ **Instituto de Seguridade Social** – Sugerido e explicado no capítulo 8.

O percentual desta cota mínima de produtividade já seria suficiente se ficasse em 10% da produção de cada região. Estes 10% representariam o imposto propriedade e poderiam ser recolhidos aos estoques reguladores do governo como uma das formas de pagamento. Na hipótese de que o proprietário não fizesse este pagamento, anualmente, de acordo com a produtividade da respectiva região, então teria que pagá-lo em dinheiro, no ano Jubileu, para renovar o título de propriedade se assim o desejasse. Caso contrário, a propriedade retornaria para o Estado, inclusive, com todas as benfeitorias e construções.

Este imposto, do tipo específico (sem fins de arrecadar, mas de controlar), deve recair sobre todas as propriedades com área maior que um limite preestabelecido (por exemplo, 5 hectares), não importando se a propriedade fica no centro de uma metrópole ou numa região de interior. Tal metodologia é para evitar que eventuais “espertinhos” inventem formas de burlar esse novo sistema. É importante entendermos que a finalidade desse imposto não é explorar o produtor, e sim fazer o preço da terra agrária baixar deixando de ser instrumento de especulação e de opressão.

Este novo processo, de comercialização e controle da terra, possibilitaria eficiência econômica e justiça social em áreas agrárias. O novo sistema facilitaria a vida dos que necessitam da terra para morar e para produzir, e dificultaria a vida dos que querem a terra apenas para especular e para oprimir. Nesse sistema, utilizo o conceito capitalista para valorizar a terra, e o conceito socialista para fazê-la baixar de preço ou retorná-la ao Estado quando estiver improdutiva. É lógico que um título de propriedade com garantia de apenas 10 anos, seria muito mais barato do que um título com garantia perpétua (conforme se comercializa atualmente). Portanto, o novo método possibilitaria que qualquer cidadão tentasse a vida no campo, caso desejasse.

Resumo

A terra urbana e a terra rural só teriam títulos de propriedade com validade até o ano Jubileu. (“Nos dias de hoje”, até 2010). As pessoas que estivessem fazendo uso normal da terra, pagando o imposto propriedade ou produtividade, poderiam renovar seus títulos em 2010

sem nenhuma despesa. Os proprietários que não tivessem efetuado o pagamento, regularmente, teriam que pagar o total à vista, acrescido das correções que se fizessem necessárias. Caso contrário, a propriedade passaria para o Estado a partir daquele ano Jubileu. Ao ser comercializada por apenas 10 anos, a terra teria menos valor comercial e ficaria ao alcance das classes mais pobres. Na verdade, ficaria ao alcance das classes onde se concentra a maioria dos nossos gênios em potencial. Pessoas que, se tiverem oportunidade de terem casa própria, de serem proprietários e de produzirem, com certeza darão muitos bons frutos ao povo brasileiro e à sociedade em geral.

CAPÍTULO 13

ELEIÇÕES MAIS EFICIENTES E SELETIVAS

O processo eleitoral é, na verdade, um processo popular de seleção de pessoal para os cargos mais importantes do país. A qualidade das pessoas selecionadas (eleitas) está diretamente ligada à qualidade do processo eleitoral. Se o processo de eleição é de boa qualidade, provavelmente selecionará os melhores candidatos. Mas, se o processo eleitoral for de má qualidade, certamente possibilitará a eleição de maus candidatos também.

Este capítulo propõe algumas melhorias que visam elevar a qualidade do nosso processo eleitoral e conseqüentemente elevar a qualidade dos nossos políticos, dos nossos projetos, das nossas leis e das nossas instituições governamentais. Nesse projeto, a Justiça Eleitoral precisa dar sua colaboração para que os objetivos acima citados sejam alcançados. Os organizadores do processo eleitoral precisam conceder ao eleitor uma liberdade de escolha que seja total e não apenas parcial como ocorre atualmente.

Na verdade o nosso modelo de eleição é o maior responsável pela entrada de maus elementos na política brasileira. A obrigatoriedade do voto induz o eleitor a escolher um dos candidatos mesmo que nenhum deles lhe agrade. Na maioria das vezes, é essa obrigatoriedade que facilita a eleição de políticos desonestos e corruptos. É muito provável que a maioria dos maus políticos só consiga se eleger por causa do voto obrigatório.

Parece razoável que todo cidadão tenha o dever de votar para dar sustentação eleitoral à Democracia brasileira, principalmente porque ainda estamos em fase de desenvolvimento. No entanto, seria mais razoável e mais justo se dentro desta obrigatoriedade o cidadão que não estivesse satisfeito, com os candidatos apresentados, pudesse expressar este descontentamento de forma oficialmente legalizada. A maioria dos eleitores gostaria de ter a liberdade de fazer uma escolha que não

indicasse candidato algum e que significasse “cadeira vazia”. O voto em branco e o voto nulo, apesar de ser um protesto nesse sentido, na prática não produzem consequência nenhuma no resultado das eleições, (não são contabilizados como parte válida do resultado).

O voto em “nenhum-dos-candidatos”

O voto em nenhum dos candidatos, proposto aqui, é um voto para fazer diferença no resultado final das eleições. O objetivo é deixar vazia a cadeira que, na opinião do eleitor, não fosse apresentado candidatos que merecessem tal cargo. Os votos seriam contabilizados de tal forma que: se 10% dos eleitores escolhessem votar em “*nenhum-dos-candidatos*”, então 10% das vagas não seriam preenchidas, ficando as respectivas cadeiras vazias. Se, no entanto, o número de eleitores que votassem em “*nenhum-dos-candidatos*” fosse igual a 40%, então 40% das cadeiras ficariam vazias, e só as 60% restantes seriam preenchidas. O objetivo dessa proposta é tornar o resultado das eleições uma consequência real da legítima vontade popular, e não da imposição atual que obriga o eleitor a escolher um dos candidatos quer queira quer não.

Para colocar esta sugestão em prática precisaríamos acrescentar a opção: “[] NENHUM DOS CANDIDATOS ACIMA”, na urna eletrônica ou na última linha da cédula de votação tradicional (com o número 000, por exemplo). Esta opção seria a forma legalizada de o eleitor demonstrar o seu descontentamento quando nenhum dos candidatos lhe agradasse. É melhor um Congresso incompleto (com algumas cadeiras vazias) do que um Congresso completo mas contaminado com maus políticos e que não representem, de fato, a legítima vontade popular. Seria melhor, inclusive, fazer uma nova eleição, caso nenhum dos candidatos fosse aprovado pelos eleitores, do que amargar 4 anos com um governante que não fosse realmente um bom governante.

O processo que está sendo proposto aqui ajudaria os próprios partidos a se tornarem mais seletivos na hora de escolher seus representantes e candidatos. A opção “*nenhum-dos-candidatos*” se tornaria um fortíssimo concorrente em todas as eleições.

A Democracia dos Estados Unidos, de onde copiamos a maior parte do nosso modelo político, também tem mecanismos para dificultar a entrada de maus elementos na política e no governo. O objetivo é proteger o processo democrático e evitar que pessoas indevidas se tornem poderosas e prejudiquem a nação. Os dois principais mecanismos de seletividade estão no voto distrital¹ e na liberdade de não votar. Tal liberdade faz com que só os cidadãos mais patriotas, os mais responsáveis e mais esclarecidos, se prontifiquem a votar porque são conscientes de que, do seu bom voto depende o futuro do país. Já os cidadãos mais irresponsáveis, e menos patriotas, não se dispõem a fazer este sacrifício uma vez que ninguém é obrigado a votar. Assim, a Democracia americana fica livre das pessoas mais irresponsáveis e conseqüentemente mais sujeitas a serem persuadidas pelos maus candidatos.

Pelo menos até os anos 90, essa característica, do processo eleitoral americano, já eliminava vários candidatos que poderiam ser eleitos ao enganar as pessoas menos responsáveis e menos esclarecidas daquele país, (uma parcela que em função da liberdade de não votar preferia ficar em casa no dia das eleições). Estas pessoas, ao ficarem em casa, colaboravam indiretamente e inconscientemente para o sucesso do sistema democrático americano.

O artifício democrático, da liberdade de não votar, funcionava muito bem com o povo americano. Talvez esta mesma técnica não funcionasse no Brasil por causa das nossas grandes diferenças sociais. Isso, no entanto, evidencia a necessidade de tomarmos precauções no trato da nossa Democracia também. Portanto, não existe anormalidade em desenvolvermos o nosso próprio método de prevenção contra maus políticos.

A opção *nenhum-dos-candidatos* tornaria o sistema mais seletivo e certamente melhoraria a qualidade da classe política brasileira. Esta

¹ **Voto distrital** – Voto regionalizado (tende a eliminar maus candidatos por rejeição regional).

opção também transmitiria maior poder ao cidadão ajudando a diminuir a corrupção e a aumentar a liberdade de escolha em toda a sociedade.

A opção do voto contra

A segunda modificação não chega a ser uma necessidade imediata, mas tão logo possível ajudaria a garantir a melhoria efetiva de toda a classe política brasileira. A modificação consiste em acrescentar o “*voto-contra*” (um voto de rejeição) ao nosso processo de eleição. O objetivo é dar um cartão vermelho aos candidatos que a maioria do eleitorado considerasse de alto risco, ou entendesse como maléficos à sociedade. Isso se tornaria democraticamente possível com a inclusão de uma segunda cédula eleitoral, ou de uma sequência a mais na urna eletrônica. Nessa sequência, o eleitor indicaria qual o candidato que rejeitava dando então o seu voto contra, se assim desejasse.

Esta segunda modificação se aplicaria muito bem ao Brasil, porque, aqui, há pessoas que usam de má fé e conseguem persuadir quantidade de eleitores suficiente para se elegerem. Grande parte do eleitorado já enxerga estes casos, mas ainda não dispõe de um instrumento legal para combater tais enganadores. A inclusão do *voto-contra*, no processo eleitoral, corrigiria este problema e evitaria que maus elementos conseguissem se eleger. Com essas duas modificações, a classe política brasileira melhoraria significativamente de eleição em eleição. Isso, por sua vez, salvaria a nação da invasão e da contaminação dos maus políticos. (Pessoas que, além de estimularem a corrupção, produzem leis e projetos enganadores, tendenciosos e ineficientes).

O voto contra (um “cartão vermelho” ao mau político), poderia equivaler a um terço ($1/3$) do voto normal. Isso quer dizer que: a cada três *votos contra*, seria subtraído um voto normal na contagem final de cada candidato. Assim, o candidato que obtivesse muitos *votos contra* não conseguiria ser eleito. A equivalência de $1/3$ pode ser mais bem estudada para alcançarmos uma boa proteção contra políticos indesejados pela maioria da população. Com esta segunda modificação conseguiríamos a mais legítima representação possível, da vontade popular, de forma livre, democrática e bem mais seletiva.

Projeto de eleições anuais

Acredito que seria melhor implantarmos eleições anuais para acelerar o desenvolvimento democrático e ajudar os eleitores a distinguirem, com mais facilidade, o bom político do mau político. A eleição anual permitiria corrigir eventuais erros logo no ano seguinte sem ter que esperar 4 anos. Quatro anos é um tempo muito longo para um país ainda em desenvolvimento e, às vezes, essa demora nos faz esquecer os erros que eventualmente cometemos na eleição anterior.

A proposta aqui apresentada não altera o tempo de mandato dos deputados e vereadores, o que altera é a forma de substituição dos parlamentares que passaria a ser parcelada e anual. Neste caso, apenas um quarto ($\frac{1}{4}$) dos deputados e vereadores seria substituído ano-a-ano, mas continuariam cumprindo um mandato de 4 anos. Com este novo sistema, o Congresso nunca sofreria mudanças bruscas por ocasião das eleições. Em qualquer época, ou ano, três quartos ($\frac{3}{4}$) dos deputados seriam antigos e estariam em pleno mandato. Alguns estariam cumprindo o segundo ano, outros o terceiro e outros o último ano de mandato. Apenas $\frac{1}{4}$ dos deputados e vereadores estariam exercendo o primeiro ano de mandato.

Este processo, de preenchimento anual e parcelado (causando desconforto nos termos dos mandatos), garantiria um Legislativo menos corporativista e menos sujeito à corrupção. Os maus políticos certamente teriam dificuldades para fazer conchavos entre si. Além disso, o eleitor teria oportunidade de corrigir qualquer má tendência anualmente sem precisar amargar 4 anos de espera. A eleição anual não precisaria de tanta “pompa”² como ocorre nas eleições de 4 em 4 anos. Nesse caso, tudo poderia ser dividido por 4, inclusive o tempo de propaganda eleitoral gratuita e todas as verbas de campanha.

Sabemos que o brasileiro tem pressa em desenvolver o país. Ninguém quer passar por situações caóticas e de alto risco democrático como as que vivemos nas décadas de 80 e 90. Por isso, as propostas deste capítulo visam acelerar o processo de desenvolvimento democrático

² “pompa” – suntuosidade, luxo, desperdício, exageros.

implicando na aceleração do desenvolvimento cultural (comportamental)³, social e econômico.

É verdade que o povo brasileiro não tem nenhum prazer em ir às urnas votar. Falar em eleição anual pode parecer um fardo a mais na vida do cidadão comum. Entretanto, a partir do momento que as propostas anteriores fossem implantadas, o eleitor se sentiria importante e respeitado, tornando o ato de votar muito mais interessante. Portanto, a eleição anual não desenvolveria rejeição por parte dos eleitores.

Outra questão que devemos analisar também é a viabilidade do próprio governo custear as campanhas eleitorais. A idéia é não permitir a entrada de dinheiro particular (privado) no processo eleitoral. Sabemos que algumas empresas financiam campanhas eleitorais visando retornos quadruplicados após as eleições. Alguns candidatos, depois de eleitos, criam vantagens, privilégios, "incentivos fiscais", superfaturamentos, obras fantasmas etc., para recompensar seus "colaboradores" de campanha. Na prática, as campanhas eleitorais já estão sendo pagas com o dinheiro público, só que de forma disfarçada e superfaturada. Portanto, seria melhor darmos transparência a esse processo e criarmos uma verba específica para campanhas eleitorais. Nesse caso, o governo teria que proibir toda e qualquer utilização de verbas pessoais ou privadas no processo eleitoral. Assim garantiríamos igualdade de condições, a todos os candidatos, e evitaríamos os altos índices de corrupção e de suborno na política brasileira.

Os riscos da urna eletrônica

Independentemente do fato de se colocar em prática, ou não, as modificações até aqui propostas, a Justiça Eleitoral poderia corrigir um erro de caráter técnico que cometeu ao implantar o sistema informatizado. A urna eletrônica, da forma como foi implantada, não oferece

³ **Cultural** – Neste livro, a palavra *cultura* é utilizada para referir-se ao conjunto de crenças, hábitos e costumes de um povo. Em nenhum momento ela é utilizada para referir-se a manifestações artísticas especificamente.

segurança ao eleitor, aos partidos políticos e nem mesmo aos candidatos. Observe que é muito mais fácil (para os maus elementos) fraudar um programa de informática do que fraudar milhares de cédulas de votação tradicional. Atualmente não há garantias de que, o candidato que aparece na tela da urna eletrônica, seja o mesmo candidato que a urna eletrônica vai registrar no disquete no momento em que o eleitor confirma o seu voto. Qualquer microempresa de informática consegue adulterar facilmente estes programas, fazendo a urna eletrônica mostrar uma coisa na tela, mas registrar outra no disquete e no boletim de urna. Os próprios responsáveis pelo departamento de informática, da Justiça Eleitoral, podem se corromper e facilitar esse tipo de fraude.

Imagine de que maneira o eleitor vai certificar-se de que, seu voto, foi realmente registrado conforme ele viu na tela no momento em que o confirmou?... Quem vai comprovar e como vai comprovar que não há fraude eletrônica no momento em que a informação (do voto) sai da tela para o disquete?

Essa falha operacional já deve estar sendo objeto de especulação pelos maus elementos. Se nada for feito para corrigir este grave erro, as eleições brasileiras podem se transformar num grande poço de fraudes informatizadas. Tal possibilidade é real porque não há contraprova, física e visível (no papel), para que o eleitor possa inspecionar após confirmar o seu voto. Por isso, a facilidade de fraudes vai desde a adulteração prévia ou posterior, dos disquetes contendo os dados, até sua simples troca por parte de quem o esteja transportando.

Na área financeira e na maioria dos setores informatizados, como bancos e outros, as fraudes eletrônicas não são comuns porque existe um comprovante (um recibo) que permanece em poder da pessoa interessada para que possa reclamar se houver falha, ou fraude, no processamento eletrônico. Isso inibe as fraudes nesses setores porque podem ser facilmente constatadas por intermédio de um reclamante com o comprovante em mãos. Mas, no sistema de votação eletrônica, não temos meios de comprovar o que realmente aconteceu no momento do voto.

Se as eleições permanecerem somente de 4 em 4 anos, poderemos classificar as urnas eletrônicas como mais um dos grandes “elefantes brancos” brasileiros. Note que estas máquinas são pequenos compu-

tadores, de alta tecnologia, fabricados para serem utilizados apenas 1 dia, a cada 2 anos. (Uma relação de 729 dias parados, para 1 único dia de utilização.) Um grande desrespeito ao dinheiro público, especialmente em um país com tanta pobreza como o Brasil.

De qualquer forma, já que as máquinas estão pagas e disponíveis, poderíamos aproveitá-las fazendo algumas alterações na operacionalidade da votação. Poderíamos criar um comprovante (uma cédula) para ser inspecionada pelo eleitor após a confirmação do seu voto. Neste caso, a urna eletrônica usaria sua impressora interna para emitir este comprovante no momento da confirmação do voto. O eleitor retiraria esta "cédula" e faria a inspeção (conferiria se o voto está correto) e a depositaria numa urna tradicional com a mesma segurança das urnas antigas.

Este processo é para que, após as eleições, os partidos e candidatos tenham meios de fazer a contraprova, se assim o desejarem, ou suspeitarem de alguma fraude. Neste caso, as urnas antigas teriam que retornar ao processo eleitoral a fim de acolherem estes "comprovantes" depositados pelos próprios eleitores.

Com esta modificação a segurança do processo de contagem de votos ficaria garantida graças aos comprovantes contidos nas urnas tradicionais (que fariam par com as urnas eletrônicas).

Neste novo sistema o eleitor teria a certeza de que, o voto (impresso em papel) que ele depositou na urna tradicional e que conferiu com os próprios olhos, é verdadeiro e poderia ser posteriormente comprovado. O uso das urnas tradicionais, em conjunto com as urnas eletrônicas, seria uma segurança para o eleitor, para os partidos e para os próprios candidatos. Isso, com certeza, tornaria o processo muito mais seguro e inibiria todo tipo de fraude.

CAPÍTULO 14

CENSURA ÉTICA E MORAL

No período da ditadura militar, na década de 60 e 70, os veículos de comunicação estavam sujeitos a uma forte censura executada por agentes da polícia federal. Naquela época, as produções artísticas tinham que passar pelo setor de censura antes de ser apresentadas em público. Isso quer dizer que a população só podia ver e ouvir o que a polícia federal previamente aprovasse. O objetivo era filtrar as “impurezas” dos veículos de comunicações. O objetivo era nobre, porém sua execução muito exagerada e a metodologia arcaica. Podemos até dizer que naquela época a conduta brasileira era controlada pela polícia federal através dos veículos de comunicação.

Passado a ditadura militar, o retorno à Democracia aboliu todos os órgãos de censura. Saímos do extremo de “filtro em demasia” e fomos parar no extremo oposto, “nenhum filtro”. A consequência disso logo floresceu, deixamos de ser controlados pela polícia federal e passamos a ser controlados pelos diretores de rádio e de TV. Hoje eles fazem de nós tudo o que bem querem, nos induzindo a isso ou aquilo através do que denominam arte, cultura e entretenimento (programas de auditório, novelas, entrevistas manipuladas, reportagens tendenciosas, etc...). Muitos jornalistas, autores e diretores de TV, não se contentam em apenas dar lazer, divertimento e informação. A maioria quer reformatar o comportamento humano induzindo em nós (telespectadores) todos os seus desejos e fantasias para que os absorvemos e os pratiquemos como se fossem realidades. Eles se justificam dizendo: *“é a vida imitando a arte”*.

Essa influência, às vezes sutil, tem produzido muito mal à sociedade. Observe que a televisão obtém mais ibope quando faz apresentações escandalosas, exóticas, irreverentes e fantasiadas. Logo, a TV prefere artistas, diretores e apresentadores que também tenham estes perfis. Tal preferência influencia a população nessa mesma direção, isto é, na direção da vulgaridade, da indecência, da irresponsabilidade, da fantasia atraente

porém destrutiva, da rebeldia etc... O grande problema é que essa linha de comportamento é típica do sistema pagão. Se não revertermos essa tendência, poderemos levar o Brasil a colher resultados também típicos dos povos de cultura pagã, (violências descontroladas, miséria, enfermidades, conflitos e dores de várias naturezas).

Restabelecendo a Decência e a Censura Moral

O sistema de censura que está sendo proposto, neste livro, não é de avaliação prévia como nos tempos da ditadura militar. O método sugerido aqui é apenas punitivo. A idéia é criar multas e suspensões e aplicá-las às emissoras que cometem abusos. As multas e suspensões seriam definidas democraticamente e aplicadas somente depois do fato censurável ser consumado. Com este sistema, a avaliação prévia ficaria a cargo das próprias emissoras. Sabendo que todo abuso, todo erro e todo exagero seriam punidos com pesadas multas, examinariam melhor suas programações para não serem multadas nem sofrerem suspensões.

O principal objetivo, de uma instituição de censura, nos dias de hoje, é proteger a criança e o adolescente de serem mal influenciados por cenas e informações inadequadas às suas faixas de idade. Precisamos restabelecer o respeito às diferenças etárias para obtermos uma boa formação da infância e da adolescência. Se não combatermos a mentira, a imoralidade, a irreverência e o desrespeito, dificilmente conseguiremos formar adultos socialmente normais, emocionalmente equilibrados e aptos a serem bem-sucedidos como seres humanos e cidadãos.

Observe que nos últimos anos têm ocorrido inúmeros exageros nos veículos de comunicação. Tais exageros têm induzindo crianças e adolescentes a se envolverem precocemente com o sexo, inclusive de forma promíscua, além de desenvolverem brincadeiras desrespeitosas e violentas inspiradas em certas cenas da TV. Toda cena, que não é bem esclarecida como meramente artística, deturpa os limites da realidade e da fantasia e induz até mesmo os adultos a cometerem irracionalidades também. Tal efeito não é bom para nenhuma parcela da sociedade brasileira, que além de ver seus filhos fracassarem como simples seres humanos, ainda têm que arcar com as graves e dolorosas conseqüências sociais. As conseqüências mais comuns são o aumento da violência

urbana e familiar, aumento das enfermidades promíscuas, aumento da imprudência, aumento dos acidentes com deformações físicas, aumento das crianças de rua (fruto de meras relações sexuais e não de relações conjugais) e o aumento da população carcerária e improdutiva. Além disso, a falta de fiscalização aos veículos de comunicação permite que maus exemplos, maus conselhos e mentiras sejam propagados livremente especialmente na TV.

Um outro detalhe é que em função da falta de fiscalização, boa parte da mídia já manda mais no país que os próprios governantes. A manipulação de informações e a técnica de edição (cortes e montagens), têm propiciado indevido poder à mídia e à imprensa em geral. Esta inversão de autoridade, onde o Poder Democrático é que está sendo controlado pela mídia, precisa ser corrigido. É verdade que o mercado de notícia, informação e entretenimento não deve ficar debaixo de poderes ditatoriais, mas também não pode ficar acima dos Poderes Democráticos. Órgãos democráticos, devidamente preparados precisam supervisionar esse mercado.

Já há consenso no meio político sobre o fato de que a mídia brasileira não pode se comportar como se fosse um 4º Poder atuando no Estado. Os senadores já tentaram modificar a legislação visando minimizar os males causados pela concentração de veículos de comunicação em poucas mãos. O problema é que criar leis para alterar o comportamento de produtores, na esperança de que o produto final melhore, não é uma solução muito confiável. O mais seguro, neste caso, é inspecionar o próprio produto final (as reportagens, as novelas, as propagandas, etc.) deixando que os produtores desenvolvam suas próprias soluções para isentar o produto final, de mentiras, exageros, omissões, imoralidades, indecências etc. A censura democrática, proposta neste capítulo, também solucionaria os problemas gerados pela má distribuição das comcessões públicas na área da radiodifusão.

É fácil ver que não existe insensatez nesta proposta se lembrarmos que já aprovamos um código de defesa, do consumidor, para nos proteger de abusos de comerciantes. Então, é natural que aprovemos, também, um código de defesa do telespectador para nos proteger dos eventuais abusos de “artistas”, jornalistas e anunciante. O Brasil é um país de grandes dimensões territoriais e com inúmeras carências

educacionais em diversas regiões. Esta característica acentua, ainda mais, a necessidade de fiscalização sobre os veículos de comunicação. Precisamos evitar a degradação da parcela menos esclarecida da sociedade brasileira. (Uma parcela normalmente mais pobre e mais susceptível às influências fantasiosas, ilusórias e danosas do rádio e da TV).

A televisão brasileira não chega a ter má intenção com relação a estas questões, mas o fato de depender de retornos financeiros, para sobreviver, faz com que planeje sua programação em função da parcela de maior poder econômico. (Uma parcela normalmente esclarecida e que, teoricamente, sabe separar a realidade da fantasia.) Por isso, tudo o que desejam é muito lazer, muita fantasia e mero divertimento. O problema é que este lazer, esta fantasia e este divertimento, geralmente irreverente e preparado para pessoas de um razoável nível de esclarecimento, produz um efeito altamente danoso na parcela mais pobre e desinformada da população. Este efeito, altamente negativo, ocorre porque um povo sofrido e pouco esclarecido, (povo que ainda não sabe diferenciar corretamente a simples fantasia da dura realidade), passa a tentar viver conforme as atrativas situações apresentadas na TV. Na prática, isso os leva a decepções e desilusões que alimentam os inevitáveis desgostos e as conseqüentes irracionalidades e violências.

Infelizmente, alguns programas de TV ignoram a realidade e induzem os telespectadores a serem malsucedidos com suas famílias, com seus sonhos e até mesmo com suas finanças. Tal efeito também vem atingindo a infância e a juventude de várias classes sociais. Isso tem acontecido porque atualmente tudo é permitido em qualquer programa e em qualquer horário da TV. O próprio Ministério da Educação tem se omitido mesmo sabendo que a televisão é o maior instrumento de educação informal em qualquer nação. Logo, a TV deveria dar exemplo de boa conduta e não de má conduta como vem acontecendo desde a década de 90.

Precisamos nos conscientizar, também, da significativa influência do vocabulário no comportamento de um povo. Um vocabulário respeitador (sem palavões, baixarias, etc.) induz o povo a agir de forma respeitadora e sem baixarias também. Já um vocabulário vulgar e desrespeitador, induz o povo a agir de forma vulgar e desrespeitadora também.

O comportamento de qualquer povo é fortemente influenciado pelas características da sua língua. Infelizmente, nós, brasileiros, herdamos uma língua pouco sensata e muito imprecisa, (a Língua Portuguesa é uma ramificação do Latim vulgar utilizado pelos soldados do Império Romano), o que certamente nos desfavoreceu em relação a outros povos. Se tivéssemos herdado uma língua menos empírica e mais elaborada (que estimulasse o raciocínio lógico e a razão durante a formulação de frases) como as de origem germânica, por exemplo, (inglesa, alemã, sueca, finlandesa etc.), com certeza o desempenho brasileiro teria sido bem melhor nestes 500 anos de existência. De qualquer modo, o nosso problema atual é que algumas personalidades artísticas, com objetivos aparentemente pagãos, vêm deformando e vulgarizando ainda mais o nosso vocabulário (distorcendo palavras antigas ou inventando palavras sem lógica). Parece que o objetivo é confundir as pessoas e destruir os valores morais e sociais de origem cristãos. As forças do mal, tenham elas o nome que tiverem, sabem que quando se altera o vocabulário de um povo altera-se também o seu comportamento. Portanto, temos que encontrar uma maneira de zelar pela boa qualidade do vocabulário português, tanto na exatidão quanto na moralidade para afastarmos esse mal sutil da nossa sociedade.

Um outro motivo, que nos leva à necessidade de uma instituição de censura é a crescente utilização de informação enganosa nas propagandas, reportagens meramente sensacionalistas e inúmeras notícias tendenciosas ou precipitadas. Em 1997, por exemplo, a TV mostrou as imagens de um pai que teria estuprado a própria filha de 3 anos de idade. Logo após a reportagem ele foi violentamente espancado e estuprado pelos colegas de cela. O problema é que duas semanas depois descobriu-se que tudo não passou de um grande engano da TV, embora um inocente já tivesse sido desmoralizado e brutalmente espancado por um erro de reportagem. Em outra ocasião, deste mesmo ano, a TV noticiou a descoberta do cativo de menino de 11 anos supostamente seqüestrado, o que resultou mais uma vez em prisão, espancamento etc... novamente tudo não passou de um grande engano da TV, o menino apenas fugiu de casa e foi acolhido por um amigo.

Assim como esses exemplos, de 1997, centenas de outros erros e exageros têm sido cometidos anualmente pelos veículos de comunica-

ção. A falta de um órgão de fiscalização, com autoridade para punir os abusos, os excessos e os erros, tem propiciado vários tipos de problemas. É óbvio que a partir do momento que existir fiscalização, as empresas de rádio, televisão, outdoors, revistas etc., se tornarão menos negligentes e mais cuidadosas. As empresas melhorarão a moralidade, a confiabilidade das informações, das reportagens e das propagandas em geral. Além disso, o mercado de informação, notícias e entretenimento, é o único que não possui órgão público para fiscalizar suas atividades. Todos os demais mercados estão sujeitos à fiscalização e punição, como é o caso do mercado de alimentos, combustíveis, eletrodomésticos, remédios, brinquedos, energia, etc... Portanto, não há razão para continuarmos dando privilégios ao mercado de comunicação e entretenimento.

Detalhes da Censura Democrática

Tudo o que precisamos fazer para implantar um sistema de censura democrática, respeitando a liberdade de imprensa e a liberdade dos telespectadores, pode ser resumido em três itens:

- 1- *Primeiramente precisamos de fiscais de censura (censores), mas que sejam legítimos representantes do povo (escolhidos democraticamente entre toda a população). Os próprios deputados e vereadores poderiam executar esse trabalho durante o primeiro ano de seus mandatos. Nesse caso seria indispensável a implantação da eleição anual conforme proposto no capítulo 13. Nesse primeiro ano os deputados e vereadores fiscalizariam os veículos de comunicação e as instituições públicas em geral. Com esse modelo os fiscais de censura seriam substituídos todos os anos. Isso diminuiria o risco de se tornarem autoritários, negligentes ou até mesmo de se corromperem.*
- 2- *Em segundo lugar precisaríamos de instalações prediais e equipamentos para monitorar a programação de rádio e TV. Tais instalações poderiam ficar nas próprias Câmaras Estaduais (para fiscalização estadual), e uma no Congresso Nacional (para fiscalização federal).*

- 3- *Em terceiro lugar precisaríamos de uma legislação específica definindo o que seria censurável e em quais horários. Essa legislação não precisa de grandes quantidades de leis ou de leis muito complexas. Sabemos que leis muito complexas só servem para confundir a todos e serem facilmente burladas. Portanto, o ideal é um código de censura bem simples como o exemplo abaixo para rádio e TV.*

Sugestão de código

Fica passível de multa e de suspensão toda empresa de comunicação (radio e TV em geral) que descumprir este código em qualquer dos seus IV parágrafos:

- I • Em todos os horários do rádio e da TV • Obrigatório um claro alerta informando se a programação é de cenas de fantasia ou de cenas reais. — Fica sujeito à multa e suspensão toda emissora que colocar no ar afirmação mentirosa, tendenciosa ou enganadora, seja nos programas de auditório, nas propagandas, reportagens, estatísticas, etc. (Desde que facilmente comprovada ou demonstrado o contrário).**
- II • Das 6:00 às 19:00 horas • horário de completo respeito à criança: — Obrigatório o uso de vocabulário moralmente compatível com a boa formação da infância. — Sem nudez. — Sem alusões sexuais. — Sem violência sanguinária. — Sem propaganda de produtos e serviços proibidos ou desaconselháveis às crianças.**
- III • Das 19:00 às 23:00 horas • horário de respeito ao adolescente: — Obrigatório o uso de vocabulário moralmente compatível com a boa formação da adolescência. — Sem nudez provocante e desnecessária. — Moderação nas violências e alusões sexuais. — Sem propaganda de produtos e serviços proibidos ou desaconselháveis a adolescentes.**
- IV • Das 23:00 às 6:00 horas • horário de respeito ao adulto: — Admissível nudez moderada, alusões sexuais sem promiscuidade e sem prostituição. — Propagandas livres.**

Está pronto uma legislação simples que visa estabelecer ordem e respeito por parte dos veículos de comunicação. Não é recomendável a formulação de leis complexas para resolver esse tipo de problema. Leis muito complexas costumam não produzir bons resultados e serem mais fáceis de burlar.

O valor das multas, a serem aplicadas às emissoras que cometerem infrações, deve ser proporcional ao preço do minuto comercial, de cada emissora, dentro do horário de cada infração. As multas devem se restringir a três níveis de classificação: leve, média e grave. O valor deve ser suficientemente alto para inibir a reincidência e ajudar a custear as despesas desse novo órgão.

Este sistema, de filtro indireto das comunicações, ajudaria o Brasil a praticar a liberdade de comunicação e expressão de forma mais útil e proveitosa. Ultimamente a liberdade de expressão vem sendo utilizada como instrumento de manipulação, vulgarização e destruição da sociedade. Além disso, a falta de censura nos veículos de comunicação e nas escolas em geral tem estimulado a sensação de impunidade já na infância e na adolescência.

Censurar opiniões é, de fato, um erro muito grave e devemos evitar tal tipo de censura. Entretanto, não censurar a mentira, a imoralidade, a vulgaridade e a indecência, é um erro várias vezes mais grave. Não podemos continuar coniventes com a imoralidade e a libertinagem atual.

O direito de indenização do telespectador

Se a proposta acima não agradar os políticos brasileiros, então cabe a eles elaborar uma lei, simples e prática, permitindo aos cidadãos processar todo e qualquer veículo de comunicação sempre que se sentirem mal influenciados por eles. O governo precisa dar aos cidadãos o direito de requerer indenizações para compensar as eventuais conseqüências, maléficas, causadas por este ou aquele veículo de comunicação. Se um cidadão entender que o programa de uma determinada emissora, induziu, estimulou ou influenciou seu filho ou sua filha menor, à prostituição, à gravidez indesejada, ao envolvimento com drogas, à destruição familiar, à marginalidade e outros, ele deve ter o direito de solicitar uma inden-

zação compatível com o prejuízo moral, econômico e físico relativo ao respectivo caso.

Sempre que um cidadão entender que por influência deste ou daquele programa, tenha sofrido qualquer tipo de prejuízo — seja por indução direta, por informação errada, informação enganosa ou tudo que tenha sido propagado como bom, e que produzisse felicidade, mas que o cidadão acreditasse que por influência dessas programações tivesse sofrido desilusões, prejuízos, fracassos, infelicidade, etc., ele teria ajuda de órgãos competentes para processar a emissora em questão e ser indenizado segundo o seu prejuízo moral e material. Até mesmo as pessoas que se enchessem de tatuagens e mais tarde se arrependessem, alegando que só fizeram isso por influência deste ou daquele programa de TV, seriam indenizadas pelas respectivas emissoras de acordo com os prejuízos físicos e morais que cada um alegasse.

Agora temos duas opções para combater e controlar os excessos da TV. Precisamos implantar pelo menos uma, dessas duas alternativas, para redirecionarmos o destino dos nossos jovens e recolocar este país num caminho cultural seguro e moralmente saudável.

CAPÍTULO 15

REFORMA POLÍTICA e GOVERNAMENTAL

Os povos do Primeiro Mundo desenvolveram formas próprias para administrar suas diferentes necessidades sociais. A maioria dos países desenvolvidos garantiu a estabilidade e a eficiência dos seus governos elaborando suas próprias estruturas democráticas. Daí a existência de diferentes formas de democracia em vários países: alguns com sistemas parlamentaristas, monárquicos, outros com sistemas presidencialistas, mistos, etc. Os diferentes sistemas foram desenvolvidos para satisfazer adequadamente às necessidades específicas de cada país.

O Brasil também tem particularidades econômicas, culturais, sociais e territoriais. E é justamente por isso que precisamos “nacionalizar” a nossa Democracia também. Precisamos adaptá-la às nossas reais necessidades para facilitar a resolução dos problemas nacionais.

Um dos mais graves problemas da Democracia brasileira é a descontinuidade dos projetos públicos e políticos que ocorre de governo para governo. Observe que todas as vezes que elegemos um novo governante, os Ministros e diretores das instituições públicas também são substituídos. O problema é que estas substituições alteram a maioria dos projetos que estavam em andamento no governo anterior. Em geral, quase tudo é interrompido para dar lugar aos projetos do novo governante que, sendo o comandante supremo, quer fazer tudo à sua própria maneira e não à maneira do antigo governante.

Além da descontinuidade administrativa, o modelo atual tem provocado desperdício de dinheiro público também. O desperdício é conseqüente de obras que começam num governo e são abandonadas nos governos seguintes. Talvez, se o povo e a Democracia já estivessem numa fase mais desenvolvida, as constantes mudanças de rumo e os grandes prejuízos não aconteceriam com tanta freqüência. Mas, lamentavelmente, ainda não alcançamos este estágio e, portanto, temos que formular soluções criativas e eficientes para resolver os problemas do país.

Sugestão de reforma do Poder Executivo

No Sistema Presidencialista brasileiro, o poder de execução está concentrado nas mãos de uma única pessoa: o Presidente. A proposta deste livro é dividir a chefia do Executivo Federal entre um Presidente e um Conselho Presidencial. O país precisa de um Conselho Presidencial permanente, democrático, forte, experiente e que não sofra grandes mudanças a cada nova eleição de Presidente. A sugestão é utilizar os próprios Presidentes para formar este novo Conselho. Neste caso, ao término dos seus mandatos os ex-presidentes se tornariam integrantes vitalícios do novo Sistema. A idéia é acrescentar uma componente de continuidade administrativa ao nosso Sistema de Governo.

Com esta modificação o Poder Executivo se tornaria mais estável e com um toque conservador: a cada nova eleição mudaria o Presidente da República, mas o Conselho permaneceria. O Conselho só seria alterado pela inclusão de mais um ex-presidente ao final de cada mandato. Os ex-presidentes, ao se tornarem Conselheiros, certamente continuariam trabalhando em prol dos projetos que estivessem em andamento desde a época em que eram Presidentes, (mesmo que de forma menos intensa, já que agora seriam apenas Conselheiros).

Este novo sistema promoveria uma estabilidade governamental semelhante à Monarquia e ao Parlamentarismo, sem, porém, eliminar a componente de modernização proporcionada pela troca periódica da pessoa do Presidente. O governo se tornaria mais prudente e responsável porque todos os decretos e decisões teriam a assinatura de 50% do Conselho Presidencial também. Neste sistema, cinquenta por cento do poder de execução ficaria nas mãos do Presidente e os outros cinquenta por cento nas mãos dos Conselheiros.

Uma outra vantagem é que todos os Presidentes, que concluíssem seus mandatos normalmente, se tornariam Conselheiros vitalícios em vez de ficarem perambulando pelos meios políticos comprometendo a si e à nação. O cargo de presidente finalizaria totalmente a carreira política e eleitoral, retendo definitivamente o título de eleitor e só admitindo a função pública de Conselheiro Presidencial. É importante entendermos

que mesmo que os ex-presidentes não sejam "grandes coisas", e não saibam administrar corretamente, pelo menos saberiam o que não se deveria fazer e impediriam a repetição de erros anteriores.

O novo Poder Executivo dispensaria a função de vice-presidente e permitiria inúmeras melhorias, inclusive, no Poder Legislativo e no Poder Judiciário também. Hoje, é notório que três poderes totalmente independentes tornam-se muito corporativistas e, às vezes, ineficientes. A independência em demasia os tem feito trabalhar de maneira desordenada e muitas vezes contrária aos interesses da sociedade.

Com a implantação do Conselho Presidencial, o Poder Executivo se tornaria forte e democraticamente legítimo para proceder como o cabeça da nação. Enquanto isso, o Legislativo e o Judiciário seriam transformados em braço esquerdo e braço direito, tendo seus salários, seus feriados, suas aposentadorias e todas as suas normas administrativas subordinadas a esse novo Poder Executivo. Isso possibilitaria uma boa reorganização do Poder Legislativo e do Poder Judiciário também.

Os três Poderes continuariam independentes no que diz respeito às suas finalidades e objetivos. O Legislativo continuaria cuidando das leis e o Judiciário cuidando da justiça. No entanto, isso ocorreria de forma mais eficiente porque os deputados e juízes não seriam mais os patrões de si mesmos como ocorre atualmente.

Com essas mudanças todos os servidores, do Legislativo e do Judiciário, ficariam subordinados às normas administrativas do novo Poder Executivo. Essa subordinação, no entanto, só se tornaria legítima, viável e bem-sucedida com o Poder Executivo reformulado e fortalecido pelo Conselho Vitalício de ex-presidentes.

No caso dos governos Estaduais e Municipais, as regras deveriam ser as mesmas, mas o Conselho de ex-governadores e o Conselho de ex-prefeitos não seriam vitalícios como o de ex-presidentes. Nos estados e municípios, o Conselho seria formado pelos dois últimos governadores e dois últimos prefeitos. Nesse caso, cada governador e cada prefeito cumpriria três mandatos consecutivos: o primeiro seria como governador ou prefeito, e os dois seguintes como Conselheiros do estado ou da prefeitura, respectivamente.

Sugestão de reforma do Poder Legislativo

Uma das principais alterações é subordinar as questões administrativas ao novo Poder Executivo. As outras modificações estão relacionadas à qualidade e quantidade das nossas leis. Atualmente as leis brasileiras são em grande número e muitas delas totalmente circunstanciais. A maioria foi criada em função de certa situação passada e nos dias de hoje já não fazem muito sentido (estão desatualizadas). Além disso, a enorme variedade de leis facilita a atuação de pessoas mal intencionadas. Elas sempre descobrem "brechas legais" para prorrogar definições judiciais e burlar as mais diversas situações da Justiça. Portanto, considerando que os nossos parlamentares ainda não são catedráticos em formulação de leis, seria prudente então submeter as nossas leis a freqüentes reavaliações periódicas. A idéia das revisões periódicas é para reduzir o número de leis mal formuladas no Brasil.

Para automatizar o processo de reavaliação periódica, poderíamos atribuir prazos de validade para todas as leis (20 anos, por exemplo). Assim, o Congresso ficaria sempre ocupado reavaliando e votando as leis que estivessem completando seu prazo de validade. Esta reavaliação definiria quais leis seriam revalidadas, corrigidas, melhoradas ou então canceladas se assim fosse o caso. Com este procedimento diminuiríamos o número de leis inúteis e mal formuladas no Brasil, conservando as boas e as úteis sempre atualizadas da forma mais justa possível. As revisões periódicas diminuiriam as brechas da Justiça brasileira e também a necessidade, freqüente, de inventar novas leis para corrigir problemas causados por leis anteriores. Neste novo sistema, o Congresso ficaria envolvido no estudo, melhoria e manutenção das leis já existentes. E, conseqüentemente, se envolveria com menor intensidade nas questões governamentais do novo Poder Executivo. Isso propiciaria mais agilidade e rapidez às decisões do governo e ao próprio Poder Legislativo.

Seria bom, também, se toda nova lei tivesse que ser avaliada por uma comissão técnica, de justiça e de economia, antes de ser oficializada. A idéia é analisá-las sobre o ponto de vista do que é realmente justo e economicamente eficiente para todas as partes envolvidas. Desta forma,

as leis brasileiras só seriam promulgadas após receberem aprovação destas duas áreas. Tal processo, de caráter mais técnico do que político, ajudaria a diminuir o número de leis insensatas e utópicas, tão comuns no Brasil (leis que só funcionam na teoria).

Com a criação do Conselho Presidencial Vitalício, o Senado e os senadores se tornariam desnecessários. Todas as atribuições não-legislativas, do Senado, poderiam ficar a cargo dos integrantes do novo Conselho Presidencial. O Congresso ficaria formado apenas por deputados. Dessa forma o país economizaria as verbas hoje destinadas ao Senado, extinguindo este órgão que, mesmo nos dias de hoje, não sabemos ao certo se ele ajuda ou se atrapalha. Observe que muitas leis e projetos chegam ao Senado, vão para a Câmara dos deputados, depois voltam para o Senado, depois vão e voltam e assim passam-se anos e anos sem que cheguem a um acordo. Nós, sequer sabemos quem está certo e quem está errado. Tudo o que sabemos é que, de um jeito ou de outro, somos nós, os simples cidadãos que pagamos todas as despesas dos Senadores e de seus orçamentos.

Portanto, a partir do momento que se tenha este novo Poder Executivo com um Conselho vitalício, seria melhor simplificarmos o Legislativo desfazendo o Senado e mantendo apenas os deputados e vereadores como legisladores e representantes do povo. (Com uma única Câmara Legislativa como já ocorre em alguns países).

O primeiro ano de mandato, dos deputados e vereadores, deveria ser dedicado exclusivamente ao trabalho de agentes de censura (censores) e fiscais das instituições públicas em geral, (hospitais, escolas, universidades, delegacias etc.). Neste primeiro ano, os deputados e vereadores supervisionariam a contabilidade das Instituições e a eficiência do funcionalismo, mantendo-se atualizados sobre suas necessidades para que produzissem bem e a favor da sociedade. Os recém-eleitos fiscalizariam também as empresas de concessões públicas para que não se desviem do compromisso público e social. Esse primeiro ano, diferente, seria de grande utilidade à nação tanto no que diz respeito a fiscalização dos veículos de comunicação, como também pela inspeção freqüente das instituições públicas e das empresas estatais.

Com a eleição anual (proposta no capítulo Eleições) teríamos 25% dos deputados e vereadores sendo substituídos todos os anos. Os 25% recém-eleitos assumiriam a tarefa de fiscalizar; só a partir do segundo ano é que se tornariam legisladores. Deste modo, em qualquer época, 75% dos deputados e vereadores estariam trabalhando como legisladores (cuidando de leis), e os 25% novatos estariam trabalhando como fiscais públicos e agentes de censura. O primeiro ano serviria, também, para elevar o nível de conhecimentos gerais dos novos deputados e dos novos vereadores. A tarefa de fiscalizar as comunicações e o setor público proporcionaria experiências positivas aos novos representantes do povo. Isso os tornaria mais competentes e realistas durante os três anos seguintes de seus mandatos.

Sugestão de reforma do Poder Judiciário

Nessa proposta o Poder Judiciário seria transformado em braço direito da nova organização governamental, tornando-se subordinado administrativamente ao novo Poder Executivo. O Judiciário se submeteria às regras de salários, de horários, de férias, de aposentadorias e de todas as demais regras estabelecidas pelo novo Poder Executivo. O Judiciário teria ainda a palavra de consenso, entre o Presidente e os Conselheiros Vitalícios, como palavra final em quaisquer questões polêmicas de qualquer natureza. O objetivo é obter soluções mais rápidas nas questões nacionais.

Sempre que uma questão polêmica e complexa é definida a favor dos interesses da sociedade, ela é, na verdade, decidida a favor de todo um povo que passa a dar mais valor ao sistema de Justiça do país. Quando o Judiciário, na dúvida, ou na falta de lei específica, se inclina para interesses individuais ou de pequenos grupos, desconsiderando o interesse da maioria, a "Justiça" do país é desacreditada, desrespeitada e desobedecida. Por isso, o Judiciário precisa de uma supervisão, democrática, para trabalhar um pouco mais para a nação e um pouco menos para si mesmo.

Sabemos que é difícil para o Judiciário fazer o que é justo satisfazendo, ao mesmo tempo, a uma infinidade de leis ingênuas e

insensatas inventadas no Brasil. A própria Constituição é uma colcha de retalhos com inúmeros pedaços desconexos e contraditórios. No entanto, a falta de uma boa fiscalização, ou seja, de um órgão com legítimo poder administrativo sobre o Judiciário, tem facilitado a displicência, o descaso e a ineficiência dos setores que, teoricamente, estabelecem e promovem o princípio de justiça na sociedade brasileira.

No caso do Poder Legislativo, os deputados têm que dar satisfação ao eleitor para conseguirem o voto e se manterem no cargo. Mas no caso do Poder Judiciário, os juízes não têm a quem dar satisfação, trabalhem bem ou trabalhem mal. Esta falta de supervisão torna os juízes muito acomodados e pouco produtivos. Portanto, a eficiência do Poder Judiciário aumentaria com a subordinação administrativa ao novo Poder Executivo.

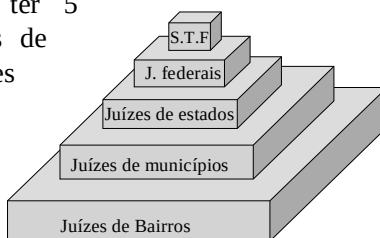
A experiência do dia-a-dia tem demonstrado que o ato de julgar, com justiça e com sabedoria, é muito mais dependente da vivência pessoal e da capacitação natural de cada ser humano do que o conhecimento das muitas leis e procedimentos jurídicos. Logo, o Judiciário brasileiro precisa repensar o método de seleção de pessoal para o cargo de juiz. É preciso dar mais ênfase ao dom natural, à vocação, ao instinto de justiça e à vivência de cada candidato. Além disso, precisamos estabelecer uma idade mínima (35 a 40 anos, por exemplo) para o exercício desse cargo. Jovens de 25 anos (por mais que entendam de leis) não conseguem compreender situações matrimoniais complexas que só se desenvolvem depois de 10 a 15 anos de casamento. Os juízes precisariam estar casados há pelo menos esse tempo para compreender tais problemas e julgá-los com justiça e sabedoria. São inúmeros os casos onde somente a vivência e a experiência humana têm a solução justa e correta.

Portanto, o Poder Judiciário precisa restabelecer a importância da experiência de vida na hora de escolher os responsáveis pela tarefa de julgar e de fazer justiça no país. O Judiciário precisa fazer mais avaliações psicotécnicas deixando em segundo plano o conhecimento de leis e procedimentos jurídicos. As leis, hoje, são de um jeito, mas amanhã podem ser de outro. Além disso, o povo está desejoso e carente é de verdadeira justiça, e não do simples cumprimento das leis por parte dos juízes. Precisamos de juízes justos e não simplesmente exatos. Os

juízes, que só sabem seguir leis ao pé da letra, sem visualizarem o que é realmente justo, não promovem justiça; promovem apenas vantagens ou desvantagens (benefícios ou malefícios, impunidade ou vinganças).

Já é tempo do Judiciário brasileiro estabelecer diferentes níveis de juízes para melhor atender a toda a população. Poderíamos, por exemplo, criar um modelo de hierarquia do tipo pirâmide. A base da pirâmide seria constituída de juízes simples e bem mais próximos da população. Os juízes da base trabalhariam diretamente nos bairros para julgar rapidamente as pequenas questões locais ou encaminhá-las aos degraus superiores de acordo com o grau de complexidade de cada questão.

A pirâmide Judiciária poderia ter 5 degraus: o primeiro seria de juízes de bairros – o segundo degrau de juízes municipais – o terceiro de juízes estaduais – o quarto de juízes federais – e o quinto degrau seria constituído de ministros do Supremo Tribunal Federal.



De um jeito ou de outro, o Poder Judiciário precisa descer um pouco mais para ficar ao alcance dos cidadãos comuns. A aproximação é necessária para que o povo aprenda a fazer uso das Instituições e a dar mais valor ao que é justo e correto. O ideal é não haver necessidade de constituir advogado para ser atendido pelos dois primeiros níveis da pirâmide (juízes de bairro e juízes de município). Sabemos que, tratando-se de pequenas causas, os advogados atrapalham mais do que ajudam. Além disso, são um empecilho a mais que dificulta o acesso do cidadão comum aos servidores públicos encarregados de promover a justiça.

Relembrando o que é justiça

O povo brasileiro precisa de órgãos de justiça que sejam simples, de fácil acesso e totalmente imparciais. Órgãos tendenciosos (de defesa e de

proteção disso e daquilo) não ajudam no desenvolvimento social e humano. Somente a infância e a adolescência necessitam de defesa e de proteção, o adulto necessita apenas de justiça (de tratamento justo e correto) para que se desenvolva e aprenda a se defender e se proteger por si só. Um povo acostumado a recorrer a órgãos de defesa e de proteção, para isso e para aquilo, dificilmente aprende a praticar o que é realmente justo, confundindo justiça com protecionismo, benefício, punição ou vingança.

As filosofias de paternalismo público (de defesa e de proteção disso e daquilo) enfraquecem a dinâmica social (a prática pacífica da autodefesa) tornando os cidadãos dependentes e estagnados. O ideal, para uma boa evolução coletiva, é tornar o cidadão mais ativo e mais responsável. Para isso, é preciso dar-lhe orientação e liberdade para agir como fiscal, como questionador e como autoridade no trato de problemas simples relativos ao cotidiano. Somente nos casos em que houvesse confrontação e desrespeito, aí sim, o cidadão que se sentisse prejudicado deveria procurar um juiz para julgar a questão. O juiz estabeleceria a justa solução e aplicaria uma multa e uma punição em quem estivesse errado.

A multa de 20% a 25%,¹ sobre o valor da questão, deve ser imposta ao injusto, ao explorador ou ao “esquecido”, principalmente por ser uma orientação bíblica seguida por vários países desenvolvidos. A punição, no formato econômico, estimula os cidadãos a resolverem suas questões de forma justa e por si mesmos. Toda multa, quando bem aplicada, ajuda a inibir as injustiças porque impõe prejuízo no bolso do infrator (do explorador e do injusto). A adoção de multas também é uma forma de auto-custear o Judiciário.

Em setembro de 1988, presenciei uma cena simples mas que acabou marcando o início das minhas meditações no campo da Sociologia. Naquela ocasião eu andava muito intrigado. Queria saber quais eram as diferenças físicas ou culturais capazes de produzir desenvolvimento rápido, em alguns países do hemisfério Norte, e desenvolvimento lento,

¹ 20% a 25% – Em linguagem bíblica significa a *quinta parte* e a *quarta parte*.

em alguns países do hemisfério Sul. Estados Unidos e Brasil, por exemplo, têm idade, território e riquezas naturais bastante semelhantes, porém, níveis de desenvolvimento bem diferentes. Foi neste clima de pesquisa e meditação que presenciei a cena que deu início à compreensão destas diferenças. A cena ocorreu quando entrei no elevador de um hotel, na cidade de Nova Iorque. Tão logo o elevador fechou as portas percebi um leve cheiro de cigarro no ar. Havia umas cinco ou seis pessoas no interior do elevador, então uma delas ergueu a voz e disse em bom tom: *“Quem estiver fumando faça o favor de apagar o cigarro imediatamente”*. Uma mulher, que estava em um dos cantos do elevador, com as mãos para trás, deixou cair o cigarro discretamente e pisou em cima sem nada dizer.

O marcante para mim foi a coragem de um simples cidadão requerer imediatamente o seu direito sem esperar pelo auxílio de ninguém, uma reação que eu não estava acostumado a ver no Brasil. Depois de observar outros exemplos, naquele país do Primeiro Mundo, percebi as consequências benéficas de um ambiente social com liberdade de ação e de reação, porém, com princípios de justiça rigorosos e sem paternalismo público. (Sem delegacias do tipo defesa do consumidor, defesa da mulher, defesa do trabalhador, defesa do índio, etc.) Parece que os países do Primeiro Mundo se empenham em estabelecer o que é justo para todos sem puxar a “sardinha” para nenhum dos lados.

É neste caminho que o Poder Judiciário brasileiro também precisa avançar. O órgão da Justiça, que recebe reclamações do consumidor deve ser também o órgão que recebe as reclamações do comerciante, do vendedor, do produtor, etc... Toda ramificação, do Ministério da Justiça, ou do Poder Judiciário, deve portar-se de forma totalmente imparcial nas reclamações de ambos os lados, seja nas relações comerciais ou em qualquer outro tipo de relacionamento social. Precisamos considerar os direitos, mas também os deveres para estabelecermos a verdadeira justiça e alcançarmos, enfim, a paz e a prosperidade que tanto desejamos.

Portanto, seria melhor substituírmos as delegacias do tipo protectionistas (de defesa e de proteção desse ou daquele), por delegacias realmente imparciais, como, por exemplo: delegacia de relações

comerciais — delegacia de relações conjugais — delegacia de relações raciais — delegacia de relações trabalhistas etc. O par, direitos e deveres, não deve ser desmembrado em circunstância nenhuma. Não podemos correr o risco de faccionarmos a sociedade e estimularmos desavenças e conflitos que resultam em violências.

O Judiciário não deve se esquecer, também, de multar todo cidadão que praticar injustiças ou que usar de má fé para tirar vantagem de terceiros. É assim que se estabelece a verdadeira justiça e se cultiva o justo comportamento em uma sociedade. O principal retorno desse procedimento é que na medida em que o justo comportamento é absorvido pela maioria dos cidadãos, a necessidade de intervenção pública (por parte do judiciário) diminui na mesma proporção.

Dentro deste mesmo raciocínio, de criar ambiente adequado para que os cidadãos se desenvolvam, o Judiciário não deve se intrometer nas relações sociais para determinar de que maneira os cidadãos e empresas devem se relacionar. A liberdade de agir e reagir é que deve ser a regra usual. O papel do Judiciário deve ser, tão-somente, o de fazer cumprir aquilo que as partes combinarem em comum acordo e de boa fé. A convicção de que tudo o que for estabelecido em boa fé, será realmente cumprido, estimula os cidadãos a agirem prudentemente e a fazerem bons negócios. No entanto, sempre que o Judiciário se intromete para desfazer negócios já estabelecidos, ou para beneficiar alguma das partes, condena o povo a ser subdesenvolvido e a ser sempre dependente do Estado. Além disso, coloca insegurança e descrédito em toda e qualquer negociação realizada no país.

Uma outra questão muito importante também é o fato de um juiz tomar, sozinho, determinadas decisões que afetam milhares de pessoas. Os juizes não deveriam ter tanta autoridade assim. Precisamos acrescentar alguns limites ao poder de decisão de cada juiz.

Observe que de vez em quando alguns juízes tomam decisões arbitrárias que afetam centenas de empresas e milhares de pessoas. Em muitos casos as decisões individuais, desse ou daquele juiz, acabam por produzir enormes injustiças. Portanto, visando minimizar estes problemas, a minha sugestão é a seguinte: Reformular o Poder Judiciário de modo que cada juiz julgue questões que envolvam no máximo 10

peessoas. Exemplo: marido e mulher, vendedor e comprador, vítima e ladrão, patrão e até 9 empregados, quadrilhas com até 10 integrantes etc... Para todas as demais questões, que afetassem diretamente mais de 10 pessoas, as regras seriam as seguintes:

- ___ Quando afetassem de dez a cem pessoas — Seriam necessário 2 juízes para analisar e julgar a questão.
- ___ Quando afetassem de cem a mil pessoas — Seriam necessário 4 juízes para analisar e julgar a questão.
- ___ Quando afetassem de um mil a um milhão de pessoas — Seriam necessário 8 juízes para analisar e julgar a questão.
- ___ Quando afetassem mais de um milhão de pessoas — Seriam necessário 16 juízes para analisar e julgar a questão.

Estas modificações dificultariam o suborno, a corrupção e a prepotência que de vez em quando se observa no Poder Judiciário. Com esta modificação os juízes errariam menos e criaríamos meios mais seguros para fazermos verdadeira justiça em todo o país.

CAPÍTULO 16

IMPORTAÇÕES e PRIVATIZAÇÕES

Em meados da década de 90, o Brasil adotou a técnica de abertura de importações para forçar concorrência com os produtos nacionais e, assim, conter os preços inibindo a inflação. Naquela ocasião o governo conseguiu o que queria, só não previu os dolorosos efeitos colaterais que viriam logo a seguir.

É verdade que a liberdade de importar é benéfica a qualquer país, especialmente quando é administrada de forma a suprir apenas o que estiver em falta no mercado interno. Mas, se as importações têm outros objetivos, ou se é estimulada para mascarar alguma situação interna, como se fez no Brasil na década de 90, é lógico que isso vai gerar efeitos colaterais negativos e anti-sociais. É possível que as autoridades não tivessem outra alternativa para conter a inflação naquela ocasião. Hoje, no entanto, temos que dosar a liberdade com a justiça porque só o que é, livre e justo, permanece sólido e estável sem gerar efeitos imprevisíveis e danosos. Artimanhas espertas e maliciosas, ainda que muito bem formuladas e bem intencionadas, não passam de castelos de areia que se desmoronam rapidamente quando chega o mau tempo. Por isso precisamos desenvolver uma estrutura firme e definitiva para minimizar nossa dependência, seja de importações, seja de exportações.

Inflação: doença ou sintoma?

Já é tempo dos economistas do governo entenderem que inflação não é doença. A inflação é, na verdade, apenas sintoma de doença social e econômica em andamento. É exatamente como uma pessoa que tem febre; a febre não é doença, é apenas sintoma de alguma anomalia em andamento ou de alguma mutação e desequilíbrio no crescimento. Portanto, não podemos esquecer que analgésicos e antitérmicos combatem eficientemente os sintomas, mas não curam a doença. A maioria das "doenças brasileiras" só será curada a partir do momento que

fizermos uma reformulação cultural que dê ênfase aos 4 pilares sociais da cultura cristã. A carência da verdade, da justiça justa e social, da liberdade moderada e da igualdade de oportunidade, é a real causa de todos os males que atingem o Brasil. (Males que produzem dolorosos sintomas como: inflação, recessão, desemprego, violências, “favelamentos” e outros).

Infelizmente, os governantes brasileiros ainda não entenderam que conter a inflação não é a mesma coisa que conter o desequilíbrio econômico e social que faz as pessoas empobrecerem dia após dia. A inflação é apenas uma das válvulas, de escape, da pressão produzida pelos inúmeros desequilíbrios sociais e econômicos existentes no Brasil. Se a válvula da inflação é bloqueada, ou contida por qualquer técnica de esperteza (do tipo congelamentos, excesso de importações ou exportações, juros estratosféricos, etc.), outras válvulas se romperão para dar vazão a tal pressão e continuar corroendo a economia do país. (Em 1998, Um Real valia Um Dólar. Hoje, quanto vale?...).

A contenção forçada da inflação (sem a correção da verdadeira causa) aciona a válvula da recessão, do desemprego, dos juros absurdos, do endividamento público, da desvalorização cambial e da violência que destrói, que gera rebeliões e que algumas vezes resultam em guerras civis. Portanto, não adianta elaborarmos planos engenhosos e “espertos” para tentar desenvolver o Brasil. As verdadeiras soluções só virão quando dermos mais crédito aos 4 pilares fundamentais da cultura cristã. (Pilares que, até o século XX, eram seriamente respeitados pelos países desenvolvidos). Precisamos entender, de fato, que uma grande nação se faz com um bom padrão cultural, ou seja, bons hábitos, boa conduta, crenças verdadeiras, costumes decentes e boa educação. Planos econômicos, sozinhos, não são suficientes.

Com relação à política de importação, a liberdade de importar é boa e deve ser permitida e estimulada. Entretanto, precisamos retocar alguns detalhes nesta área para não complicarmos ainda mais a situação brasileira. O excesso de importação, de produtos industrializados, ou o excesso de exportação de matéria prima, pode até ajudar a segurar a inflação, mas isso não produz lucro real para o país. Os resultados econômicos e sociais, da década de 90, significativamente recessivos comprovam esta realidade.

O efeito recessivo acontece porque os preços de uma indústria estão diretamente relacionados ao seu volume de vendas. Quando uma indústria tem as vendas aumentadas, os custos de produção diminuem aumentando assim a sua margem de lucro. Logo, ela pode baixar seus preços sem nenhum problema caso seja necessário. Portanto, quando importamos das indústrias internacionais estamos aumentando os seus mercados e dando a elas recursos financeiros para diminuírem seus preços. O grande problema é que isso reduz a capacidade de competição da indústria nacional, que tendo suas vendas e sua produção diminuídas ficam em dificuldades financeiras para baixar os seus preços também. O resultado, entre outras coisas, é a "quebradeira" e o desemprego que constatamos na década de 90. Se, por outro lado, exportamos matéria prima a baixos preços para fazer "superávits", estamos da mesma forma fortalecendo as indústrias internacionais e comprometendo o futuro do nosso mercado.

Em meados dos anos 90, algumas indústrias, pressionadas pela recessão, tentaram sobreviver importando produtos pré-fabricados para comercializá-los como "Made in Brazil". Este "jeitinho brasileiro" (provocado pelo próprio governo) abriu espaço para os produtos "*espertos*", produtos de atrativa aparência externa, baratos, porém de péssima qualidade interna e de baixíssima durabilidade.

A partir dessa ocasião o consumidor brasileiro passou a comprar produtos de boa aparência e bom preço, mas de baixa resistência e que logo se danificam transformando o aparentemente barato em muito mais caro ao final das contas. Este fato ocorreu em vários setores, principalmente nos de eletro-eletrônicos e de brinquedos (setores onde a qualidade dos produtos foi denegrada em prol do preço¹ para manter o programa de inflação zero).

Durante os anos 90, o Brasil não lucrou muita coisa com a abertura exagerada das importações. Até os números do governo deixaram de ser

¹ **Qualidade versus preço** – Precisamos ficar atentos às pressões do governo sobre o setor de medicamentos também. O Governo se preocupou demais em conter a inflação e, com isso, estimulou a falsificação e a pirataria através dos chamados "*genéricos*". (Essa concorrência desleal pode ter colocado em risco a qualidade e a eficiência dos medicamentos originais também).

confiáveis. Produtos pré-fabricados, fora do Brasil, foram contabilizados como se fossem frutos da indústria nacional (só porque a etiqueta de identificação era brasileira). Em 1998, qualquer cidadão poderia constatar esta realidade, bastaria observar que nas lojas de eletro-eletrônicos existia um mesmo modelo de aparelho, mas com nome de fabricantes diferentes. A igualdade exata demonstrava que saíram de uma mesma indústria, normalmente asiática, porém receberam etiquetas com nomes de empresas brasileiras. A maioria dessas empresas fez isso para se manter na ativa e não ser obrigada a fechar suas portas.

O tratamento do sintoma, inflação, através de “overdoses” de importação e de juros, provocou inúmeros efeitos colaterais. O mais preocupante, no entanto, é que as manipulações cambiais e a contenção de salários não vão resolver estes problemas. Elas vão apenas mudá-los de cara e empobrecer o Brasil, podendo, inclusive, reacender a inflação.

Portanto, temos que melhorar a política de importação e exportação principalmente de produtos industrializados. Nesse caso, poderíamos utilizar o método da consequência recaindo sobre a causa. Se os aparelhos eletrônicos, por exemplo, estão sendo importados porque os equivalentes nacionais ainda estão tecnologicamente atrasados, então o dinheiro da taxa de importação, destes produtos, tem que ser utilizado no aperfeiçoamento tecnológico da indústria nacional de eletrônicos. Se os produtos têxteis também estão sendo importados por consequência de preços nacionais elevados, então o dinheiro das taxas de importação, destes produtos, deve ser utilizado no aperfeiçoamento tecnológico da indústria têxtil nacional, para que ela se desenvolva e melhore sua qualidade e seus preços.

Essa técnica combateria a defasagem de preços e o excesso de importações em todos os setores sujeitos à concorrência externa. Observe que sempre que as importações aumentassem, os recursos para desenvolver tecnologia brasileira também aumentariam na mesma proporção. Essa é a melhor maneira de combatermos as verdadeiras causas que dão origem ao excesso de importações. É bom lembrarmos, inclusive, que se o Brasil tem algum inimigo que mereça ser punido por todos os nossos problemas econômicos, esse inimigo não é a indústria nacional. A indústria nacional pode não ser perfeita, mas tem que ser tratada como aliada do país.

Para viabilizar este projeto, de auto-equilíbrio das importações e dos preços nacionais, precisaríamos criar alguns centros de pesquisas tecnológicas especificamente para esta finalidade. Estes centros ficariam sob a administração das empresas que utilizariam a respectiva tecnologia. As empresas entrariam com a responsabilidade administrativa e com as diretrizes de pesquisa, enquanto o Governo entraria com o dinheiro das taxas de importações.

A escolha do setor privado, para ser o administrador é porque um centro de desenvolvimento tecnológico dá ótimos resultados desde que constituído de verdadeiros profissionais de pesquisa (que tenham verdadeira vocação científica). Sabemos que a iniciativa privada tem melhor capacidade de identificar os cientistas realmente capazes de gerar soluções. O setor público brasileiro é por demais generoso e tem o hábito do apadrinhamento (“cabide de emprego”). Por isso, a administração destes centros tecnológicos deve ficar a cargo da iniciativa privada, por ter maiores chances de apresentar bons resultados num tempo menor.

Um bom exemplo, de sucesso, de semelhante tipo de parceria entre o governo e a iniciativa privada, é o SENAI e o SENAC. Portanto, esta seria a alternativa mais adequada para equilibrar importações e exportações mantendo a taxa de câmbio no seu nível normal, (sem sacrificar o salário dos brasileiros com vem ocorrendo nos últimos anos). Este projeto, apesar de positivo, só deve apresentar pleno retorno no médio e no longo prazo; no curto prazo a implantação do “*Imposto Globalizado*” seria uma ótima alternativa. A utilização do *Imposto Globalizado* (capítulo 7) reduziria a tributação dos produtos nacionais ao mesmo tempo em que tributaria os produtos importados também.

A concorrência como condição para privatizações

As privatizações podem ser realmente importantes dentro de um processo de desenvolvimento, especialmente quando o Estado acumula empresas inúteis ou de baixo rendimento. No entanto, fazer uso do bom senso no trato desta questão é inúmeras vezes mais importante do que fazer qualquer privatização. Então, na hora de decidir sobre o que é

"privatizavel", o bom senso é que deve ser a referência. Neste caso, usar de bom senso é ouvir atentamente os capitalistas e os socialistas antes de se tomar qualquer decisão. Os capitalistas preocupam-se com a eficiência e com a economia, mas os socialistas preocupam-se com o fator social e com o bem-estar geral. Logo, precisamos respeitar ambas as opiniões em todas as situações.

Já sabemos que a concorrência, quando leal e moderada, é o mecanismo mais eficiente para auto-regular preço e qualidade. Sabemos também que a livre concorrência estimula o desenvolvimento tecnológico em todos os setores produtivos, seja de bens, seja de serviços. Observe que a técnica da livre concorrência está presente em praticamente todos os setores onde a iniciativa privada atua — setores de alimentos, de vestimentas, de eletrodomésticos, de serviços, etc. Já nos setores estatais normalmente não existe concorrência. Daí surge a seguinte pergunta: qual seria o real motivo da diferença de eficiência entre as empresas privadas e as empresas estatais?

Num primeiro momento podemos pensar que tal diferença é porque a empresa privada visa sempre o lucro e, se relaxar e trabalhar mal, terá prejuízo e poderá falir. Por outro lado, a empresa estatal, não tendo esta preocupação porque o governo a ampara, relaxa e trabalha mal.

Essa desconfiança não está muito longe da realidade brasileira. Entretanto, o fenômeno concorrência é uma variável muito importante e está presente em praticamente todo o setor privado. Portanto, parece que são os efeitos da concorrência que fazem com que as empresas privadas trabalhem melhor. Elas se empenham em tempo integral porque não querem perder mercado umas para as outras. A consequência desta constante preocupação resulta no desenvolvimento administrativo e tecnológico destes setores. Logo, se esta variável chamada concorrência deixasse de existir, a empresa privada também começaria a relaxar até ficar igual a uma empresa estatal (dessas que dão prejuízo).

Por essa razão, antes de passarmos qualquer empresa estatal para a iniciativa privada, temos que avaliar muito bem a situação do mercado na área de atuação da empresa. Se não houver possibilidade de livre

concorrência, entre no mínimo duas empresas, certamente que a privatização será um passo totalmente equivocado, cujos prejuízos futuros recairão sobre os cofres públicos do mesmo jeito.

Em caso de incompetência ou de falência, de qualquer empresa que seja a única a atuar em uma atividade essencial, o governo não tem outra alternativa, a não ser socorrê-la com o dinheiro público da mesma maneira que faz com as empresas estatais. Imagine se o governo poderia deixar falir a única distribuidora de energia elétrica de uma cidade?... Seria correto deixá-la no escuro?...

É claro que o governo se veria na obrigação de arcar com os prejuízos dessa empresa para não deixar a respectiva cidade sem energia. Logo, na hora de o governo avaliar a possibilidade de privatização de uma estatal, deve considerar a viabilidade de concorrência naquele respectivo setor. Se houver possibilidade de livre concorrência, o mais provável é que a privatização se torne bem-sucedida e benéfica para a nação. Se não houver esta possibilidade, entre duas ou mais empresas, de modo que o consumidor possa optar entre uma e outra, certamente que a médio e longo prazo essa privatização poderá se transformar num grande fracasso.

A distribuição de água e de energia elétrica, por exemplo, não admite a possibilidade de concorrência (pelo menos nos dias atuais). Isso acontece porque não é tecnicamente e economicamente viável a construção de outras linhas de distribuição para o consumidor escolher entre uma e outra. No entanto, no caso da geração e produção (no atacado), a concorrência é plenamente possível, já que um único distribuidor, seja de eletricidade, seja de água, pode comprá-las de diferentes fornecedores num clima de total concorrência.

No caso do petróleo, por exemplo, a concorrência é plenamente possível, tanto na fase de produção quanto na fase de distribuição. Note que não existe inviabilidade técnica ou prática que impeça a existência de várias empresas de prospecção, de refinamento e de distribuição em todo o país.

Na década de 90, alguns políticos avaliavam a possibilidade de privatização analisando apenas se a empresa atuava em algum setor essencial e estratégico. Se a empresa atuava num setor essencial, então consideravam que, por segurança, ela deveria permanecer estatal. Se a empresa não atuava em algum setor essencial, então consideravam que podia ser privatizada. Esse ponto de vista pode até não ser totalmente errado, mas se não for considerado também o efeito concorrência, estas decisões não darão bons resultados. Não existe necessidade mais essencial para uma nação do que a produção de alimentos. No entanto, se a nossa produção de alimentos fosse estatizada, com certeza seria um grande fracasso. Portanto, o sucesso da iniciativa privada está na existência do fenômeno seletivo e autocorretivo chamado concorrência. De qualquer modo, é bom lembrarmos que a concorrência não é a salvação de todos os problemas da economia brasileira, e que deve ser considerada com a devida moderação², pois, em excesso, pode provocar irracionalidades, selvagerias, fraudes ou múltiplas falências por ausência de lucro.

Ainda na década de 90, muitos políticos não queriam sequer falar em privatizações, outros, no entanto, queriam privatizar tudo, até mesmo as rodovias. Mas, de que maneira um cidadão poderá reagir contra o preço alto, contra a má conservação, contra qualquer tipo de exploração que no

² **Concorrência moderada** – Concorrência que admite a prática de preços mínimos para que não haja queda de qualidade ou autodestruição do setor. A contrapartida fica por conta da liberdade ilimitada do número de concorrentes. O governo não pode proibir as reuniões setoriais (o "cartel" para preço mínimo) e nem limitar as concessões públicas ou a quantidade de investidores em cada setor. Os investidores devem ter liberdade para atuar em qualquer setor a fim de que o preço mínimo seja regulado pelas reais necessidades de cada mercado. Com esta liberdade, se os comerciantes aumentassem o preço mínimo, o número de concorrentes aumentaria também, porque, havendo lucro, aumentaria o número de interessados pelo respectivo setor. E, aumentando o número de concorrentes, o preço mínimo diminuiria automaticamente acompanhando a expansão da oferta. Além de realmente livre, justo e respeitador, o sistema de concorrência moderada é menos vulnerável e muito mais estável do que o sistema de concorrência absoluta e total, que o governo tentou implantar, à força, na década de 90. (Um sistema muito selvagem e que, além de coibir o lucro, não admitia a união e a organização dos concorrentes considerando todo mundo como maus elementos).

decorrer do tempo os administradores de rodovias resolvam impor aos motoristas?

Se um supermercado tenta nos explorar, reagimos pacificamente deixando de comprar nele e indo comprar num outro. Mas, se uma rodovia como a Rio / São Paulo, por exemplo, começar a nos explorar, vamos deixar de passar por ela e vamos passar por onde?...

É lógico que as pessoas que raciocinam de forma socialista, defendendo as estatais, têm os seus motivos para agir desta forma e não podemos deixar de ouvi-las. As pessoas que raciocinam de forma capitalista têm outros motivos e não podemos deixar de ouvi-las também. No entanto, a possibilidade de concorrência, ou não, parece ser a melhor variável para abrir as discussões e definir se uma empresa, de caráter público, deve ser administrada pelo método socialista (estatizada) ou pelo método capitalista (privatizada).

É verdade que o padrão de administração pública dos últimos anos (especialmente das décadas de 80 e 90), não tem sido de boa qualidade. Mas, à medida que o país for se desenvolvendo e corrigindo os excessos, o padrão de qualidade da administração pública também tende a melhorar, principalmente se for adotado um método de concorrência profissional conforme sugerido no capítulo 17.

De qualquer modo, antes de privatizar temos que levar em conta que a administração pública precisa ser realmente melhorada, e, uma vez melhorada, seria melhor manter as atividades não-passíveis de concorrência sob o controle estatal. A partir do momento que a concorrência nesses setores se tornasse viável, aí então tal estatal poderia ser privatizada. Mas, enquanto monopólio, melhor ficar nas mãos do Estado. De qualquer maneira, não é bom sairmos precipitadamente de um extremo (de muita participação do Estado) e irmos parar no extremo oposto, ou vice-versa. Os planos econômicos brasileiros costumam ser passageiros, mas a necessidade de empresas de utilidade pública é uma necessidade permanece. Por isso, o ideal é usarmos o bom senso e

sermos, moderados, respeitando opiniões de capitalistas e de socialistas³ em todos os nossos planejamentos.

³ **Capitalistas e Socialistas** – Refiro-me ao Capitalismo Protestante e ao Socialismo Católico. O Capitalismo Pagão e o Socialismo Ateu (cap. 6), na minha opinião devem ser evitados e desestimulados por serem destrutivos.

CAPÍTULO 17

OTIMIZANDO o SERVIÇO PÚBLICO

A maioria dos cidadãos concorda que os setores públicos e estatais têm excesso de funcionários. A maioria entende, também, que o governo deveria equacionar este problema de forma justa e social. Na verdade, o governo não pode simplesmente demitir, ou deixar desamparado os funcionários que se tornaram pouco produtivos por consequência da má organização e má administração dos setores públicos em geral. Mas, por outro lado, não é justo que o cidadão comum, do setor privado, que trabalha duro para ganhar seu dinheiro no dia-a-dia, tenha que sustentar, via impostos embutidos, todos os funcionários públicos, sejam produtivos, sejam improdutivos. Sabemos que além do número excessivo, alguns servidores ainda recebem salários absurdamente altos, em relação à média nacional, e têm vantagens e garantias que o trabalhador comum não tem.

Para resolver este problema, preservando o bom funcionário público e tornando-o mais eficiente, o governo precisa implantar um sistema de “concorrência profissional” em todos os setores públicos e estatais do país. A utilização do conceito de concorrência, de forma moderada, ajudaria a diminuir custos e melhoraria a eficiência dos setores públicos em geral. A técnica da concorrência permitiria ao governo se desfazer dos funcionários excedentes, dos incompetentes, dos irresponsáveis e “fantasmas”, mas sem risco de injustiça a qualquer dos servidores conforme veremos mais adiante.

Implantando a concorrência profissional

A concorrência profissional (moderada) pode ser obtida por intermédio da diferenciação dos reajustes salariais — quem trabalha melhor receberia mais, quem trabalha pior receberia menos. A idéia é

reajustar os salários dos servidores de 4 em 4 meses para fazer as respectivas diferenciações. Nesse caso os melhores funcionários receberiam um aumento de 10%. Os piores receberiam uma redução de 10%. Desta forma o novo sistema não alteraria o montante das despesas do governo. O "bolo salarial" continuaria sendo o mesmo. Na prática, ele seria apenas redistribuído de acordo com o desempenho de cada funcionário.

O fundamental neste projeto é que a avaliação dos servidores tenha obrigatoriamente que ficar a cargo dos próprios funcionários de cada setor. Os servidores avaliariam os colegas de trabalho atribuindo nota de 0 a 10, por exemplo, num processo livre e secreto. Esta classificação, entre si, seria feita a cada 4 meses e definiria quem receberia +10% de reajuste e quem receberia -10% de reajuste. A distribuição destes reajustes poderia ser feita da seguinte maneira:

- *Os 25%, melhores classificados de cada setor, na opinião dos próprios colegas de trabalho, levando em conta a assiduidade, presteza, eficiência, produtividade etc., receberiam um aumento salarial de 10%.*
- *Os 25%, piores classificados de cada setor, na opinião dos próprios colegas de trabalho, receberiam um decréscimo salarial de 10%, inclusive, para custear os 10% de aumento dos funcionários melhores.*
- *Os 50% restantes, que ficassem na média entre os melhores e os piores, continuariam com os mesmos salários.*

O processo de avaliação deve ser feito entre grupos que preferencialmente trabalhem juntos, limitando em 40 funcionários o número máximo de cada grupo para que a avaliação seja a mais realística possível. Um dos objetivos deste sistema é recompensar os melhores funcionários sob o ponto de vista prático, transparente e desvinculado da politicagem. Além disso, esse sistema puniria economicamente os piores funcionários desestimulando assim os oportunistas, os “sanguessuga”, os “fantasmas” e outros. Observe que se o funcionário for muito ruim, faltoso, etc., ele poderá perder 10% do seu salário a cada 4 meses,

chegando a um ponto em que ele próprio procuraria outra alternativa de trabalho.

Com este sistema, os piores funcionários abandonariam o serviço público por si mesmos, sem ter que passar por processos injustos e inesperados. Por outro lado, a concorrência profissional daria chances a todas as pessoas de melhorarem e se recomporem dentro do próprio setor público. Este novo sistema proporcionaria uma seleção qualitativa e quantitativa, mas sob o ponto de vista exclusivamente prático e justo, que é o que realmente interessa à população. Os cidadãos querem ver resultados dos setores públicos e não funcionários cheios de diplomas, ou de títulos, porém pouco produtivos.

O processo de avaliação, entre si, deve ser feito de tal maneira que cada funcionário avalie 5 dos seus colegas. A cédula de avaliação deve conter o salário do funcionário a ser avaliado, para que seus colegas façam uma justa avaliação comparando produtividade com rendimentos. Com este sistema, os servidores públicos seriam fiscalizados e avaliados continuamente pelos próprios colegas de trabalho. Na época da avaliação, as cédulas, contendo nomes de 5 servidores do respectivo setor, seriam distribuídas ao acaso para que a avaliação fosse a mais imparcial possível.

Serviço Público Temporário

Uma outra possibilidade é transformar o serviço público em atividade exclusivamente temporária. Se limitássemos em 7anos, o tempo que cada brasileiro poderia trabalhar como servidor público, contemplaríamos milhares de pessoas, a mais, e ainda alcançaríamos resultados bem mais eficientes.

A grande maioria dos brasileiros gostaria de trabalhar como servidor público. Então, porque dar esse privilégio somente a uns poucos e negá-lo à maioria. A tão falada estabilidade pública é um privilégio para uns poucos e uma enorme injustiça para a maioria dos cidadãos. Além disso, o serviço público em caráter definitivo é um estímulo à prepotência, ao

abuso de poder, à acomodação e a outros comportamentos que resultam em ineficiência e baixa produtividade. Tornar o serviço público exclusivamente temporário (7 anos, por exemplo), faria justiça a milhares de cidadãos (“sociãos”) e melhoraria significativamente a qualidade de todos os serviços prestados. No caso de um policial, por exemplo, se ele tivesse convicção de que, em 7 anos teria que deixar a farda (dando lugar a outro cidadão), pensaria 10 vezes antes de cometer certas atrocidades que de vez em quando comete. O mesmo ocorreria com o juiz, com o professor, com o atendente, com o enfermeiro etc.

Implantando um Serviço Público Obrigatório

Outra questão que o povo brasileiro precisa compreender é que o setor público não tem a finalidade de dar emprego à sociedade. A finalidade do setor público é realizar as atividades comuns e necessárias a todos os cidadãos. Já é hora de entendermos que o emprego público é apenas uma consequência desta necessidade, e não pode ser tratado de maneira diferente. Por isso, o governo deveria criar um *Serviço Público Obrigatório*, semelhante ao serviço militar obrigatório, para diminuir o número de funcionários públicos (efetivos) no Brasil. Hoje, em número exagerado (comparado aos países do Primeiro Mundo), os funcionários públicos representam um grande peso na economia do país e conseqüentemente um grande peso nos ombros dos cidadãos comuns.

Portanto, o governo precisa criar um serviço público obrigatório para homens e para mulheres sem, no entanto, prejudicar o futuro dos nossos jovens. Os rapazes que “sobrassem” do serviço militar, durante o processo de seleção das Forças Armadas, seriam encaminhados ao serviço público obrigatório. As moças fariam o serviço público obrigatório ao completarem 18 anos dando também sua contribuição social à nação.

O governo poderia instituir um serviço público obrigatório aos formandos de cursos superiores também. Neste caso, o serviço seria prestado dentro das respectivas áreas, de forma que funcionasse como contribuição à nação e um bom estágio aos cidadãos recém-formados.

Os Serviços Públicos Obrigatórios ajudariam a reduzir os custos das atividades brasileiras liberando mais dinheiro para investimentos estruturais e projetos sociais. Além disso, a participação de todos, quando ainda jovens, desenvolveria o verdadeiro espírito de “sociedade”.

Independentemente do fato de o governo implantar, ou não, as propostas acima mencionadas, precisamos melhorar a relação do trabalho público com a sociedade brasileira. O emprego público não pode continuar como instrumento de privilégios funcionais. Precisamos transformá-lo em instrumento de equilíbrio social e iniciação profissional. O emprego público deveria atender, mesmo que de forma temporária, às classes mais pobres, aos presidiários e ex-presidiários e aos jovens que precisam do primeiro emprego. Em um país, como o Brasil, existe muitos presidiários que poderiam cumprir parte das suas penas trabalhando em instituições públicas. Isso seria bom para os “marginalizados”, para a sociedade em geral e para a economia também.

CAPÍTULO 18

MACHISMO ou FEMINISMO?

Antes de discutir essa questão precisamos saber de antemão o que é machismo e o que é feminismo: A palavra machismo está associada ao sistema patriarcal (sistema familiar e social ensinado na Bíblia, no Alcorão e em outros livros também religiosos). Nesse sistema, o pai é o líder da família sob todos os aspectos. Já a palavra feminismo está associada a movimentos anti-patriarcalistas e ao sistema matriarcal (sistema mais ou menos teórico em que a mãe é a líder da família). Alguns historiadores dizem existir indícios de que o matriarcado já teria existido em algumas tribos da região africana (região mais subdesenvolvida do mundo). De qualquer modo, o sistema matriarcal é utilizado por algumas espécies de animais. A mais famosa é a hiena, onde matriarcas (fêmeas) disputam o poder a força e comandam pequenos grupos. No Brasil, as feministas dizem que só querem igualdade, mas, os adeptos do patriarcalismo acham que a maioria delas quer reverter a ordem natural das coisas para dominar sobre os homens.

Na década de 90, vários países ficaram meio desorientados com relação ao papel ideal do homem e da mulher em suas sociedades. A expansão das liberdades e a expectativa de um novo milênio tornaram esta questão um pouco complicada. No caso brasileiro, a ingenuidade modernista e o enfraquecimento do referencial religioso levaram os políticos a optarem por igualdade jurídica entre homens e mulheres. Essa igualdade, de direitos e de responsabilidades, parece não estar de acordo com a natureza humana, apesar de compreensível a tentativa de corrigir algumas distorções existentes no passado. No entanto, sair de um extremo e ir para o extremo oposto, como se tem feito no Brasil não é dar solução; na verdade, é mudar de problema. Homem e mulher são complemento um do outro e não podem ser tratados como se fossem concorrentes um do outro. Qualquer observação da Natureza comprova que toda espécie animal subsiste e se desenvolve em função da perfeita união entre macho e fêmea. Tudo funciona bem quando cada um faz a

parte que lhe cabe, a parte predeterminada pela “Natureza” (pelo Deus Criador) com a adequada capacitação física e emocional tanto do macho quanto da fêmea.

Em geral, o homem é mais racional e conservador enquanto a mulher é mais sentimental e inovadora. A combinação destas características produz equilíbrio e eficiência na formação educacional e no sustento da espécie humana. De fato, tal combinação, se bem administrada, pode ajudar também na formulação das nossas leis e dos nossos princípios sociais. Entretanto, precisamos nos organizar de forma a evitar disputas de poder entre homens e mulheres. As disputas entre homens e mulheres geram violências dentro da própria família e comprometem a sociedade também.

Algumas disputas e confrontos, que vêm sendo estimulados desde os anos 90, principalmente via TV, geram um processo destrutivo que geralmente só interessa às pessoas que tem problemas de identidade sexual. Estas pessoas, por terem o sexo não muito bem definido, sentem prazer em estimular separações familiares, rebeldia conjugal, imoralidades, sodomia e várias outras práticas pagãs. Os principais militantes desses movimentos são lésbicas e gays abertamente declarados. No entanto, existem também alguns grupos discretos (os “moderninhos”): são homens ligeiramente afeminados que querem se comportar como mulheres, e mulheres insaciáveis que querem se comportar como homens. Na realidade, de maneira declarada ou não, tudo isso é fruto de um “distúrbio de comportamento” que visa destruir a normalidade familiar e, por consequência, o próprio ser humano.

Para compreendermos a origem do distúrbio acima citado, temos que lembrar que o ser humano está sujeito a inúmeras doenças que tentam nos destruir atacando o nosso corpo (sarampo, dengue, pneumonia, câncer, etc.). Estas doenças, apesar de maléficas, são facilmente detectáveis porque a tecnologia atual já nos permite radiografar e analisar os diversos órgãos do corpo humano. A questão, neste novo século, são as doenças que não são constituídas de matéria (doenças

espirituais)¹. Estas, sim, são muito mais graves e destrutivas porque atacam o comportamento humano e ainda não são detectáveis pela tecnologia atual. Além disso, uma única pessoa, “contaminada”, pode destruir várias outras à sua volta sem que se perceba a raiz do problema.

Nos anos 90, uma destas doenças, que contaminam o comportamento em vez do corpo, estimulou conflitos entre homens e mulheres e destruiu centenas de famílias brasileiras. Por isso, antes de tentar combater esse tipo de problema, temos que entender que a atuação do “predador”,² na mente humana, não é mera fantasia, nem mito, nem fábula. O efeito predatório maligno é uma realidade que atua no “software humano” (no espírito do ser humano) iludindo as pessoas mais fracas e induzindo-as à destruição. As alterações de comportamento, evidenciadas na década de 90, nos fazem lembrar um relato bíblico onde fala de uma serpente, uma fruta, Eva e Adão.

Por outro lado, se pensarmos bem, vamos ver que realmente não é sensato colocar mulheres para ocupar lugares tradicionalmente masculinos. Não parece sensato também utilizar os homens para cuidar de crianças no jardim da infância. Os povos que assim estão fazendo já estão passando por fortes perturbações sociais, climáticas e econômicas. Não podemos, sob nenhum pretexto, desconsiderar as incontestáveis diferenças naturais entre homens e mulheres. Todos sabemos que o

¹ **“Doenças espirituais”** – Qualquer computador pode ser atacado por insetos, fungos, marizias (salinação marítima), raios e oxidação, assim como pode ser atacado por vírus de computador que atingem sua “alma”, e não o seu “corpo”. Dessa mesma forma acontece com o ser humano, que pode sofrer ataques no seu corpo, mas pode, também, sofrer ataques diretamente sobre sua alma, (sobre seu espírito, sobre seu “software”) e, assim, adoecer espiritualmente mesmo sem perceber.

² **“Predador”** – Mais conhecido como Diabo ou Satanás, ele tem autorização do Criador para “tentar” (pôr à prova) todos os seres humanos a fim de que aprendam a se desviar das tentações e se fortalecerem espiritualmente. Com isso, o predador leva destruição aos desatentos, aos vaidosos e aos mal-informados. O predador age sempre de forma disfarçada, (oferecendo ilusório “poder”, vantagens e prazeres). Sua técnica mais comum é o uso de “iscas”, apetitosas, encobrindo malignos “anzóis” perceptíveis somente com o passar do tempo. (Em geral, só se percebe a cilada após a degustação da saborosa isca.) De qualquer forma, o recurso do conserto via arrependimento está sempre disponível por parte do Deus Criador.

homem tem mais músculos, mais cérebro, mais estatura, mais força física e mais frieza emocional. Em contrapartida, a mulher tem mais sensibilidade, mais imaginação, mais beleza, mais paciência e sentimentos afetivos, como solidariedade, etc. É lógico que não podemos desprezar estas diferenças na hora de estruturar uma organização social. O ideal é respeitar as diferenças estabelecidas pelo Deus Criador para não nos tornarmos malsucedidos como seres humanos e como nação.

No capítulo 6 falei que é preciso utilizar o conceito capitalista junto com o conceito socialista para bem administrar uma sociedade do porte da brasileira. De forma semelhante devemos fazer com homem e mulher, mas temos que considerar seus adequados lugares. A participação masculina é, por natureza, semelhante à capitalista — é racional, disciplinadora, um pouco fria, mas é edificante e conservadora. Já a participação feminina é semelhante à socialista — é sentimental, amorosa, mais decorativa e animadora e logicamente tem o seu adequado lugar na sociedade ativa também. Entretanto, temos que estimular diferenciações profissionais compatíveis com as naturais características humanas. Não podemos, de forma alguma, substituir a razão pelo sentimento nem o sentimento pela razão. O mais aconselhável é combinar razão e sentimento considerando suas adequadas proporções.

O casal no Poder Legislativo e Judiciário

Uma das possibilidades para tentar corrigir as distorções atuais é preencher os cargos de deputados e juízes com um casal em cada vaga e não mais com uma única pessoa como ocorre atualmente. Estes cargos, de grande poder social, deveriam ser preenchidos por casais moralmente e legalmente casados, de maneira a representarem a parte masculina e a parte feminina sem, porém, serem concorrentes um do outro. O homem continuaria a ser o líder do casal porque tudo indica que a natureza predeterminou assim (explicações mais à frente). Mas a mulher se tornaria participante bem ativa e com total poder de veto em todas as decisões do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

Com esta modificação, as vagas de legisladores e de juízes seriam preenchidas exclusivamente por casais "estáveis". Todas as decisões teriam que passar pelas mãos do marido e pelas mãos da esposa. Assim

conseguiríamos dosar, de forma pacífica, as avaliações racionais (mais característica dos homens) com as avaliações sentimentais (mais característica das mulheres). Este processo seria mais representativo e eliminaria eventuais tendências, machistas ou feministas, na hora de fazer justiça e na hora de formular projetos e leis. (Não há necessidade de a mulher ter a mesma formação profissional que o marido, bastaria ser esposa legítima convivendo normalmente).

A utilização de casais tradicionais, para formular as leis e estabelecer a justiça, resolveria vários conflitos atuais e valorizaria bem mais a família e o ser humano. Além disso, salvaria a nação de ser influenciada por extremistas machistas, feministas ou homossexuais que, uma vez no Poder, podem enfraquecer e danificar os já “fragilizados” laços familiares. O grande problema é que laços familiares destruídos, significa: violência familiar, violência doméstica, violência urbana e decadência social.

A opinião de um casal, que vive junto como marido e mulher, é, em geral, mais acertada que a opinião de uma única parte, seja a masculina, seja a feminina. Evidências biológicas demonstram que homem e mulher sempre foram complemento um do outro. Portanto, é natural que as características emocionais e psicológicas também se complementem. A utilização do conjunto, homem e mulher, (casados legalmente) daria mais imparcialidade à elaboração e execução das nossas leis, além de melhorar o relacionamento humano, familiar e social. O modelo que está sendo proposto evitaria, inclusive, o surgimento de facções, feministas ou machistas, nas instituições governamentais e na sociedade em geral.

Outro aspecto que precisamos reavaliar também é o papel da mulher nas atividades administrativas e governamentais. Não é sensato, nem cristão, retirar os homens da direção de empresas estatais, instituições públicas, Ministérios, Secretarias etc., para substituí-los por mulheres. Fazer isso é retirar uma administração racional e substituí-la por uma administração sentimental, ou o equivalente a substituir o conceito capitalista (mais rígido e mais realista), pelo conceito socialista (menos rígido, porém mais fantasioso). Na realidade, fazer estas inversões é desobedecer a Deus e gerar novos e imprevisíveis problemas. O mais aconselhável, neste caso, seria modificar estas funções criando o cargo de *chefia dupla*. Esse novo cargo seria ocupado por um diretor e uma

conselheira (uma ajudadora), de modo que toda administração pública, a este nível, seria executada por um homem (diretor) e uma mulher (conselheira). Até as escolas públicas deveriam ser administradas por um Diretor e uma Conselheira. O ideal é combinar a rigidez e a organização masculina com a sensibilidade e a flexibilidade feminina.

O erro da igualdade absoluta e irrestrita

Com relação à liderança masculina, a igualdade absoluta e irrestrita, como querem alguns grupos feministas, não foi planejada pela natureza nem mesmo entre o lado esquerdo e o lado direito dos seres humanos. Se dividíssemos o corpo humano exatamente ao meio, de forma que fizéssemos duas metades simétricas, ainda assim estas metades não seriam totalmente iguais. Em geral, o lado direito é líder sobre o lado esquerdo: a mão esquerda ajuda a escrever, mas é a mão direita que escreve – o pé esquerdo participa igualmente de toda a corrida, mas é o pé direito que normalmente chuta a bola. A liderança, na maioria dos casos, é uma necessidade real e tem a finalidade de organizar, de disciplinar e, portanto, não pode ser desrespeitada. É bom lembrarmos, também, que, *“todo reino dividido contra si mesmo, será assolado; e a casa dividida contra si mesma, cairá”*. (Palavras de Jesus Cristo em S. Lucas 11: 17). Em outras palavras, toda sociedade, toda família, todo casal dividido contra si mesmo e sem liderança (sem hierarquia), com certeza fracassará.

Se considerarmos que a espécie humana é composta de duas metades (uma metade feminina e uma metade masculina), então o nível de diferença entre a metade esquerda e a metade direita, do corpo humano, pode ser um ótimo referencial para compreendermos as diferenças jurídicas, civis e sociais que devem ser preservadas entre a metade humana feminina e a metade humana masculina. Já é evidente que as diferenças entre homem e mulher não são tão grandes como se praticava no passado ou como ainda se pratica nos países muçulmanos. Entretanto, tais diferenças não deixaram de existir.

Infelizmente, nas décadas de 80 e 90, grupos anti-cristãos usaram a televisão brasileira para convencer a mulher a se vulgarizar e se rebelar contra o homem. Tais grupos usavam o argumento da igualdade total

visando, na verdade, destruir a família tradicional e popularizar práticas pagãs na sociedade brasileira. Precisamos entender esta anormalidade e nos preparar para combatê-la, da mesma forma que combatemos a gripe, a dengue, a prostituição, a apologia às drogas, a marginalidade, etc...

Uma boa relação entre marido e mulher deve ser semelhante à relação entre a metade direita e a metade esquerda do corpo humano. A metade direita não explora nem menospreza a metade esquerda, mas também não deixa de exercer sua natural liderança. Imagine o que aconteceria se a mão esquerda e a mão direita tentassem levar o garfo até a boca, ao mesmo tempo?

A mão esquerda e a mão direita são mais ou menos iguais, mas têm finalidades ligeiramente diferentes. É óbvio que se a mão esquerda começar a se rebelar e tentar ocupar o lugar da mão direita, ou vice-versa, todo o corpo sairá prejudicado.

Hoje, é natural que a mulher queira participar ativamente do mercado de trabalho e, com certeza, ela deve ter liberdade para fazê-lo. Entretanto, temos que considerar que a principal missão que a Natureza preparou para a mulher não é a de sustentar a família. Na verdade, é a de gerá-la e educá-la com o sentimentalismo, o amor e a paciência que lhes são peculiares. Ao homem foi preparada a missão de sustentar e de proteger a família, já que está dotado de maior frieza emocional e de um porte físico mais adequado a esta tarefa. Portanto, o Brasil precisa encontrar uma forma mais flexível para atender os interesses individuais de mulheres e de homens, sem, no entanto, prejudicar os interesses da família. A família "normal" (pai, mãe e filhos) é a base da existência humana e sem ela não haveria mulheres nem homens para pleitear qualquer direito individual.

A cada ano que passa as crianças e os adolescentes necessitam cada vez mais de maior contato com os pais. Os jovens estão precisando de correto referencial, afetividade, disciplina e segurança familiar. A garantia de um futuro longe da marginalidade, respeitoso e saudável socialmente, depende quase que exclusivamente de uma boa educação familiar e não de uma educação governamental. O vínculo entre aluno e professor é de um relacionamento artificial e, logicamente, menos influente que o íntimo contato dos filhos com os pais. Por isso, a mulher

não pode abandonar a importantíssima missão, humana e social, de gerar, de educar e de acompanhar a família lhe dedicando o máximo de tempo possível. Se as mães biológicas estão com dificuldades para dar uma boa formação aos seus filhos (em função da crescente influência de conceitos pagãos na televisão), é lógico que não serão as creches e os colégios do governo (com conceitos marxistas) que vão evitar que as crianças brasileiras se tornem malsucedidas quando jovens e adultas.

Portanto, a participação da mulher, no lar, para garantir a boa formação da espécie humana, é socialmente mais importante que a participação em trabalhos externos para prover o sustento ou satisfazer vaidades. O abandono do lar tem demonstrado ingratidão para com a bênção da vida e irresponsabilidade para com o futuro da humanidade. A atual tendência, da mulher brasileira, de abandonar as tarefas familiares para trabalhar “fora”, pode até aumentar temporariamente o padrão de vida econômico de algumas famílias. Mas, com certeza, isso diminuirá o padrão emocional e espiritual provocando, por fim, descontentamentos, desilusões e infelicidades tanto pessoais quanto familiares.

Restabelecendo Diferenças

Uma das formas para se tentar reequilibrar esta situação, e assegurar a paz e o bom convívio entre homens e mulheres, é criar uma diferenciação nas leis trabalhistas na parte que trata da carga horária de trabalho. O ideal é reformular estas leis de maneira que as mulheres trabalhem apenas metade do dia. Na outra metade ficariam livres para dedicarem-se às questões familiares e do lar. Desta forma as mulheres poderiam trabalhar onde quisessem, mas apenas meio expediente. (Ainda que só isso não é suficiente, o ideal é estimular diferenciações entre tarefas femininas e tarefas masculinas para se restaurar o pleno respeito entre homens e mulheres, de modo a restabelecermos também a normalidade familiar).

A diferenciação de carga horária permitiria uma boa participação feminina sem, porém, desequilibrar as relações humanas nem criar danos à sociedade. As mulheres poderiam satisfazer seus desejos individuais sem se tornarem concorrentes dos próprios maridos. É certo que algumas mulheres vão preferir trabalhar em dois empregos para não se envol-

verem com tarefas familiares e domésticas. No entanto, a maioria deve preferir trabalhar somente meio turno, ganhando tempo extra para atividades familiares e do lar.

É verdade que os salários brasileiros ainda são muito baixo — trabalhar apenas meio expediente pode representar uma perda significativa. No entanto, se fizermos a coisa correta, agora, mais tarde tudo caminhará a nosso favor, seja na área financeira, seja na área pessoal, seja na área familiar.

Com a diferenciação de carga horária o mercado de trabalho seria distribuído de forma mais racional, valorizando a família e assegurando paz e bom convívio entre homens e mulheres. Nesse caso, a maior fatia do trabalho e da renda ficaria a cargo dos homens. Os homens, no entanto, sempre tiveram a responsabilidade de sustentar suas famílias conforme orientação divina e a própria intuição humana. Até mesmo os povos indígenas, por mais isolados que sejam, se organizam de maneira que o homem cuida da segurança, da liderança e do sustento, enquanto a mulher cuida da casa, das crianças e da decoração em geral.

Esta alternativa, de diferenciação trabalhista, é uma solução que pode ajudar o Brasil a construir uma identidade progressista, porém respeitando os ensinamentos cristãos. A diferenciação propiciaria o desenvolvimento humano ao mesmo tempo em que estimularia o respeito, o amor e a passividade entre homens e mulheres. Hoje, na falta de emprego para os homens sustentarem suas famílias, é grande o risco de se marginalizarem e movidos por instinto se voltarem contra a própria sociedade e contra mulheres que tiram o emprego de pais de família.

Precisamos avaliar minuciosamente esta questão para equacioná-la corretamente e da forma mais justa possível. Precisamos definir soluções antes que confrontos desleais e violentos, diretos ou indiretos venham a se tornar mais um grande tormento social.

A violência contra a mulher, e contra a sociedade em geral, cresceu na mesma proporção em que aumentou o desrespeito à estruturação familiar e social estabelecido pelo Deus Criador, (onde homem e mulher têm papéis específicos e bem diferenciados). Note que quanto maior é esse desrespeito, tanto maior é a violência resultante. A violência é, na

verdade, uma consequência direta do desrespeito, seja o desrespeito escancarado, seja o desrespeito camuflado.

Por isso, a mulher brasileira precisa entender sua divina missão e agir com sabedoria e prudência na hora de avaliar os diferentes estímulos, feministas, veiculados nos programas de televisão. No fundo, as “personalidades” da TV estão interessadas em obter fama e ganhar dinheiro; não estão nem um pouco preocupadas com o futuro do país e do povo brasileiro. As personalidades que aproveitam as idéias feministas para propagar imoralidades, rebeldia conjugal, vestimentas indecentes, sodomia, afronta e desrespeito, são pessoas de ideais pagãos; são simples adoradores dos prazeres físicos e do dinheiro e não levam em consideração nenhum dos mandamentos de Deus. Portanto, não são exemplos a serem seguidos porque certamente ao seu tempo, cairão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMANAQUE ABRIL. São Paulo: Editora Abril, 24º, 25º e 26º edições, 1998, 1999 e 2000 (v. Mundo).
2. TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América. 1º ed. São Paulo: Editora Itatiaia, 1998.
3. BÍBLIA SAGRADA. Tradução Centro Bíblico Católico. 99º ed. São Paulo: Editora Ave Maria Ltda, 1995.
4. BÍBLIA SAGRADA. Traduzida por João Ferreira de Almeida. Edição revista e corrigida. São Paulo: Editora Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.
5. HISTÓRIA EM REVISTA. Rio de Janeiro: Editora Abril, 1993. Volume 20.
6. JOHNSTONE, Patric J. Intercessão Mundial. 5º ed. Contagem – MG: WEC internacional, 1994.
7. MARX, Karl; ENGELS, Frederick. O manifesto Comunista. 4º ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.
8. WEBER, Max. A ética Protestante e o “espírito” do capitalismo. 9º ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1994.
9. WILGES, Irineu. Cultura religiosa: as religiões no mundo. 6º ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995

O AUTOR

Valvim M. Dutra é casado, três filhos, Professor de Ensino Médio e nos últimos anos tem dedicado parte do seu tempo estudando e escrevendo sobre assuntos sociológicos e teológicos. Quando jovem planejava ser cientista para ajudar o Brasil a desenvolver-se na área tecnológica. Parece, entretanto, que o "destino" tinha planos diferentes e não permitiu esse desenrolar. De modo que, em 1988, quando se mudou para os Estados Unidos com intuítos até então científicos, o autor deu conta de que Deus é real e que exerce rigorosa justiça sobre os povos da Terra. (Tal justiça não é facilmente perceptível porque é exercida de uma dimensão não-visível aos olhos humanos e à tecnologia atual.) A partir desta "descoberta" retornou ao Brasil e redirecionou sua capacidade de pesquisa para a área humana e social. Desta mudança de objetivos nasceu o livro **Acorda Brasil** (posteriormente alterado para **Renasce Brasil** por razões relacionadas a marcas e patentes). A idéia central é ajudar a sociedade brasileira a distinguir causas e conseqüências, de modo a visualizar as verdadeiras soluções e tornar-se apta a alcançar a paz e a prosperidade que há tanto tempo deseja.

valvim@renascebrasil.com.br